



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO EM LETRAS

Campus I – Prédio B4, sala 106 – Bairro São José – Cep. 99001-970 - Passo Fundo/RS

Fone (54) 3316-8341 – Fax (54) 3316-8330 – E-mail: mestradoletras@upf.br

Keila de Quadros Schermack

**A ENUNCIÇÃO EM TEXTOS DO GÊNERO
NOTÍCIA: UM ESTUDO DA SUBJETIVIDADE NA
LINGUAGEM**

Passo Fundo, abril de 2013

Keila de Quadros Schermack

**A ENUNCIÇÃO EM TEXTOS DO GÊNERO
NOTÍCIA: UM ESTUDO DA SUBJETIVIDADE NA
LINGUAGEM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de mestre em Letras, sob a orientação da Prof^a Dr^a. Claudia Stumpf Toldo Oudeste.

Passo Fundo

2013

Para Leandra Lara, razão da minha vida...

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me abençoado durante toda a minha caminhada acadêmica. Em seus braços divinos me confortou em momentos de angústia e possibilitou a realização deste sonho.

Aos meus pais, João e Ivonete, que me apoiaram tomando conta do meu bem mais precioso: minha filha Leandra Lara.

Ao meu esposo, Ivar Schermack, pelo incondicional apoio e compreensão.

A minha amada Leandra Lara, pela compreensão, carinho, amor e paciência... Pelos momentos que deixei de estar com ela para poder me dedicar à realização deste trabalho.

Ao meu colega e amigo Wilian Dal’Ponte, pelo companheirismo, por partilharmos experiências e, acima de tudo, por dividirmos as alegrias.

Aos meus primeiros mestres da graduação em Letras, da Universidade de Passo Fundo, em especial a professora Marlete Sandra Diedrich e ao professor Eládio Vilmar Weschenfelder, pelo carinho e disponibilidade dedicados durante meus estudos.

Aos professores que ministraram as aulas no mestrado, em especial ao professor Dr. Ernani Cesar de Freitas, pela disponibilidade, parceria e carinho dedicados durante o curso, e principalmente, pela oportunidade e privilégio que nos foi dado de podermos compartilhar tamanha sabedoria.

A UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, pela oportunidade de concessão de bolsa de estudos.

Por fim, à professora Dr^a. Claudia Stumpf Toldo Oudeste, que, além de minha orientadora, foi incentivadora, permitindo-me partilhar da sua experiência. Sua disponibilidade, seu profissionalismo, seus estudos, sua dedicação e postura acadêmica séria, será sempre um exemplo a ser seguido.

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.

Émile Benveniste

RESUMO

Neste trabalho, propomo-nos realizar um estudo enunciativo em textos do gênero discursivo notícia. Nosso objetivo geral é analisar a presença da categoria de pessoa em notícias jornalísticas de cunho político, no jornal Zero Hora, RS, identificando a constituição da subjetividade na linguagem, bem como apresentar algumas reflexões sobre a questão da “objetividade” da notícia. O marco teórico toma como base os pressupostos teóricos de Émile Benveniste (2005c) sobre a Teoria da Enunciação, complementados com apoio em Flores e Teixeira (2008), Fiorin (2005), Normand (2009), entre outros autores. Nesse contexto teórico, utilizamos um *corpus* composto por três notícias selecionadas do *site* oficial do jornal Zero Hora. Após a seleção do *corpus*, realizamos a análise de cada notícia em duas etapas: 1) descrição dos elementos textuais da notícia, contextualizando-a e apresentando suas características; 2) análise enunciativa da notícia, considerando a subjetividade e a intersubjetividade na linguagem; a presença da não-pessoa (ele), como “aquele de quem se fala”. Benveniste (2005c) propõe a subjetividade na linguagem como uma propriedade que se realiza através da categoria de pessoa. Segundo o autor, a enunciação é um acontecimento único e irrepetível. Caracteriza-se pela presença de um *eu* (locutor) que se apropria da língua e se enuncia, instaurando-se como sujeito e pressupondo o *tu* (alocutário) – condição que é reversível e constitutiva da enunciação. Nessa perspectiva teórica, evidenciamos que a materialidade discursiva desse texto produz determinados sentidos de acordo com as escolhas linguísticas realizadas pelo locutor (jornalista produtor dos enunciados) no processo de produção escrita da notícia. Analisar estes sentidos significa reconhecer a ausência de neutralidade no discurso noticioso, pois sempre que o sujeito se apropria da língua, manifesta sua subjetividade.

Palavras-chave: Enunciação. Gênero notícia. Intersubjetividade. Categoria de pessoa. Subjetividade.

ABSTRACT

In this study, we propose to conduct a study on enunciative texts of the news discursive genre. Our overall objective is to analyze the presence of the category of person in a political news reporter, the newspaper Zero Hora, RS, identifying the constitution of subjectivity in language, as well as presenting some reflections on the issue of "objectivity" of the news. The theoretical framework includes Émile Benveniste's (2005c) theoretical presuppositions about the Enunciation theory, complemented with support in Flores and Teixeira (2008), Fiorin (2005), Normand (2009), among others. In this theoretical context, we used a corpus composed of three selected news from the official website of the newspaper Zero Hora. After selecting the corpus, we conducted an analysis of each news into two phases: 1) description of textual news, contextualizing it and presenting their characteristics, 2) analysis of enunciative news considering the subjectivity and intersubjectivity in language; presence non-person (him), as "one who is absent." Benveniste (2005c) proposes subjectivity in language as a property that is realized through the category of person. According to the author, the enunciation is a singular and unrepeatable event. It is characterized by the presence of an I (announcer) that appropriates the language and states, establishing himself as subject and assuming you (alocutário) - a condition that is reversible and constitutive of enunciation. In this theoretical perspective, we noted that the materiality of discursive text produces certain effects of meaning according to the linguistic choices made by the enunciator (journalist producer of statements) in the production process of news writing. Analyze these directions means recognizing the lack of neutrality in news discourse because, whenever the subject appropriates the language, expresses his subjectivity.

Keywords: Enunciation. Genre news. Intersubjectivity. Subject category. Subjectivity.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Tipos textuais e gêneros textuais.....	24
Quadro 2: Categoria de pessoa e não-pessoa (tipos de referência)	74
Quadro 3: Notícia 1/estrutura composicional do lead	889
Quadro 4: Notícia 1, Zero Hora, 14/06/2010.	92
Quadro 5: Notícia 2, Zero Hora, 31/10/2012.	98
Quadro 6: Notícia 3, Zero Hora, 29/12, 2012.	104

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PLG I – Problemas de Linguística Geral I

PLG II – Problemas de Linguística Geral II

LT – Linguística Textual

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A NOTÍCIA: UM TEXTO DO GÊNERO JORNALÍSTICO	15
2.1 Texto: um universo que sempre se revela	15
2.2 Considerações sobre o gênero discursivo	21
2.3 Um gênero discursivo em pauta: a notícia jornalística	30
3 TEORIA DA ENUNCIÇÃO: UMA POSSIBILIDADE DE ESTUDO DA NOTÍCIA ..	39
3.1 Estudos enunciativos: a perspectiva enunciativa de estudos da linguagem	39
3.2 Linguística da enunciação: contribuições de alguns teóricos de linha francesa	42
3.3 A enunciação na perspectiva de Benveniste	52
3.4 Alguns conceitos nos estudos de Benveniste: aspectos a serem considerados	57
3.4.1 Enunciação: um conceito fundador	58
3.4.2 A subjetividade na linguagem e o sujeito da enunciação	62
3.4.3 A categoria de pessoa como marca de subjetividade na linguagem	67
3.4.4 A não-pessoa e a instauração da face “objetiva” da língua	72
3.4.5 A experiência humana inscrita na linguagem	76
4 METODOLOGIA E ANÁLISE	83
4.1 Procedimentos Metodológicos	84
4.2 Seleção e descrição do <i>corpus</i>	86
4.3 Principais características do <i>corpus</i> de análise	87
4.4 Análise enunciativa do gênero notícia	91
4.4.1 Análise da notícia 1	92
4.4.2 Análise da notícia 2	97
4.4.3 Análise da notícia 3	104
4.5 Discussão das análises	110
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	120
ANEXO A – TEXTO 1	126
ANEXO B – TEXTO 2	127
ANEXO C – TEXTO 3	128

1 INTRODUÇÃO

Neste estudo, propomo-nos identificar a manifestação da categoria de pessoa em três textos de cunho político, do gênero notícia, no Jornal Zero Hora, observando a constituição da subjetividade no discurso. Considerando que *Enunciação e subjetividade na linguagem* é um tema de muita relevância nos estudos linguísticos e que a categoria de pessoa é uma categoria enunciativa presente em todas as línguas constituindo-se na e pela enunciação, pensamos ser possível, e até mesmo necessário, refletirmos acerca da presença da categoria de pessoa no gênero notícia, que comumente se diz um texto marcado pela objetividade. Todas as línguas possuem pronomes. Isso nos leva a refletir acerca da “objetividade” na notícia, já que a língua possui a marca de pessoa que nos traz a marca de subjetividade na instância discursiva. Além disso, compreendemos que a Teoria da Enunciação na perspectiva de Benveniste (2005c) pode contribuir para os estudos envolvendo a linguagem, pois, tendo como ponto de partida o texto, podemos centrar o nosso objeto de estudo na *enunciação*, o que implica ressaltar que o foco de análise está no sentido das palavras e que o *corpus* é um elemento material que traz manifestações linguísticas, das quais são analisados fatos linguísticos. Assim, estuda-se a língua despojada de normas rígidas (aspectos formais) e leva-se em consideração a língua em situações reais de uso.

Os estudos enunciativos são, hoje em dia, extremamente relevantes e fortemente desenvolvidos por pesquisadores da área, principalmente em diferentes Programas de Pós-graduação em Letras. Como exemplo disso, podemos citar os estudos da enunciação realizados no Brasil, em especial, aqueles desenvolvidos por Valdir do Nascimento Flores e seu grupo de estudos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bem como o grande número de dissertações e teses que são defendidas na área. Outro importante exemplo da relevância dessa pesquisa é o espaço dedicado aos estudos enunciativos, no PPGL (Programa de pós-graduação em Letras) da Universidade de Passo Fundo, através da disciplina Tópicos em Teorias da Enunciação, sendo que este trabalho se insere na linha de pesquisa *Constituição e interpretação do texto e do discurso*.

Há, também, o interesse pela teoria, por parte desta pesquisadora, devido a estudos anteriores, os quais estavam alicerçados no trabalho de conclusão de curso como pré-requisito ao título de graduação em Letras.

Os estudos da Teoria da Enunciação de Benveniste contribuem significativamente não só para a linguística contemporânea, mas também para o ensino da língua portuguesa,

pois a perspectiva enunciativa de estudos da linguagem nos permite analisar, em diferentes gêneros textuais, a produção do sentido no discurso pelo uso da categoria de pessoa (eu/tu) como uma categoria linguística, que, ao ser assumida por um locutor, é capaz de revelar a presença do homem na língua.

Ressaltamos a pertinência do tema a ser desenvolvido, na medida em que esse estudo prioriza a análise da categoria de pessoa como um indicador de subjetividade na linguagem, o que implica dizer que o ato individual de utilização da língua não apresenta uma “neutralidade”, e sim a presença do sujeito na instância discursiva pelo processo de tomada da palavra.

Tendo em vista a marca de subjetividade no gênero notícia, pelo uso da categoria de pessoa, torna-se fundamental a realização de questões que problematizam essa investigação: a) A notícia jornalística revela (predominantemente) um caráter objetivo na linguagem? b) De que maneira podemos evidenciar a presença da categoria de pessoa? c) Será que essa categoria se constitui como um indicador de subjetividade nesse gênero textual? d) De que maneira a categoria de pessoa evidencia a presença de marcas linguísticas que mostram o sujeito, ou seja, a subjetividade no discurso?

O que norteia essas questões e as hipóteses dessa investigação é a ideia de que a notícia não revela um caráter objetivo, mas um modo “objetivo” de significar, ou seja, a busca pela “objetividade”. Isso implica vislumbrar a presença da subjetividade na linguagem, pelo uso de marcas linguísticas que remetem à categoria de pessoa. A categoria de pessoa constitui-se como um indicador de subjetividade no gênero notícia. Assim, a notícia jornalística apresenta marcas constantes de subjetividade através da inserção da voz do *eu* na instância de discurso, evidenciada pelo uso das pessoas do discurso (eu/tu). As marcas linguísticas que mostram o sujeito (a subjetividade no discurso) pertencem aos indicadores de pessoa (eu/tu). Dessa forma, a notícia compõe-se de situações enunciativas reveladoras do grau de subjetividade no texto, a qual, de alguma forma, sempre se faz presente.

Esse trabalho tem como objetivo geral analisar a presença da categoria de pessoa na notícia jornalística, observando a constituição da subjetividade na linguagem. Para tanto, propomos alguns objetivos específicos: a) apresentar algumas reflexões comumente tratadas sobre a questão da objetividade da notícia jornalística; b) identificar as marcas de subjetividade no gênero notícia através do uso da categoria de pessoa; c) demonstrar a instauração do sujeito (eu) e da segunda pessoa (tu), ou seja, as marcas de subjetividade (e intersubjetividade) na notícia; d) identificar a não-pessoa (ele) como fator responsável pela

produção de sentido de “objetividade” no discurso; e) compreender a relação de intersubjetividade como constitutiva da enunciação.

Buscamos suporte teórico em Émile Benveniste (2005c) por ser considerado um dos principais linguistas da enunciação – e os estudos sobre essa teoria realizados por Flores e Teixeira (2008) e Normand (2009), entre outros autores citados e estudados no decorrer desta pesquisa.

Para a concretização de nossos objetivos, elegemos a fundamentação teórica que considera a linguagem como uma condição da existência do homem, e, por isso, ela é constitutiva de todo o falante na medida em que a intersubjetividade lhe é inerente (o “eu” pressupõe a existência de um “tu”), pois o homem se constitui como sujeito somente através da linguagem e, para instaurar-se como sujeito, depende da presença do *outro*.

O procedimento metodológico utilizado na concretização desse estudo foi a pesquisa descritiva, com suporte bibliográfico, numa abordagem qualitativa. Diante do exposto e considerando a necessidade de estudos que envolvam as situações reais de uso da linguagem, analisamos três notícias jornalísticas com base nos pressupostos teóricos desenvolvidos por Émile Benveniste, principalmente nas obras *Problemas de linguística geral I* e *Problemas de linguística geral II*¹ (1966 – 1974). Mais especificamente, para a análise do *corpus*, detemo-nos nos conceitos desenvolvidos nos artigos: *Da subjetividade na linguagem* (2005c – PLG I); *A natureza dos pronomes* (2005d – PLG I) e *A linguagem e a experiência humana* (2006a – PLG II).

Para a concretização de nossos objetivos, desenvolvemos este estudo em três capítulos estruturados da seguinte forma: no primeiro, dedicamo-nos a apresentar algumas considerações sobre o gênero notícia com base nos pressupostos teóricos da Linguística Textual e na perspectiva bakhtiniana da linguagem. Para isso, primeiramente nos detemos no conceito de texto e suas características, à luz, principalmente da fundamentação teórica de Fávero e Koch (1994). Em seguida, estabelecemos a diferença entre gênero textual e tipo textual. Posteriormente, caracterizamos a notícia como um gênero discursivo, tendo como ponto de partida os estudos de Bakhtin (2003). Logo após, apresentamos as características e

¹ As obras *Problemas de linguística geral I* e *Problemas de linguística geral II* reúnem estudos escritos e publicados em anos diferentes. Cada artigo traz como nota de rodapé a data de sua publicação. O primeiro livro - PLG I – foi publicado em 1966 e o segundo, PLG II, em 1974. Posterior a esta data, outras edições foram lançadas. Assim, para a realização deste estudo, utilizamos as obras de datas recentes: o PLG I teve publicada sua quinta edição em 2005 e o PLG II, a segunda edição em 2006. Dessa forma, a fim de nos mantermos fiéis aos textos e para facilitar nosso estudo, utilizaremos as datas destas últimas edições, mas sempre que possível faremos referência à data em que foram originalmente publicadas.

peculiaridades da notícia, com ênfase no histórico do gênero, funcionalidade e principais estudos que envolvem o texto jornalístico.

No segundo capítulo, realizamos a proposta de estudar a notícia jornalística pelo viés da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste (2005c), delimitando, assim, a fundamentação teórica que embasará a análise desta pesquisa. Primeiramente, enfocamos as teorias enunciativas, a fim de apresentar uma breve interpretação daquelas que são consideradas primordiais aos estudos da linguagem. Para isso, buscamos em Flores e Teixeira (2008), mais especificamente na obra *Introdução à linguística da enunciação* (2008), o suporte necessário a fim de organizarmos cronologicamente os diferentes autores que compuseram a *linguística da enunciação*. Posteriormente, abordamos os estudos de Benveniste (2006b) acerca da enunciação, enfocando os elementos necessários para atingir nossos objetivos de estudo. Assim, nesse capítulo, traremos uma abordagem sobre os principais conceitos que nortearão este estudo: o conceito de enunciação a partir do *aparelho formal*, a categoria de pessoa como um indicador de subjetividade na língua, a intersubjetividade (eu/tu) como constitutiva da enunciação, a manifestação da não-pessoa *ele* pela particularidade de produzir sentido de objetividade.

No terceiro e último capítulo do desenvolvimento, apresentamos os procedimentos metodológicos de pesquisa, a coleta de dados do *corpus* do trabalho, as explicações a respeito de como procedemos às análises realizadas nas três notícias selecionadas e, por fim, algumas considerações sobre o *corpus* deste estudo. Nesse sentido, realizamos a análise de cada notícia em duas etapas: a) descrição dos elementos textuais da notícia, contextualizando-a (quanto ao assunto abordado) e apresentando suas características, como o uso da terceira pessoa do discurso (ele); b) análise enunciativa da notícia, considerando a subjetividade na linguagem, a intersubjetividade (eu/tu) como constitutiva da enunciação e a presença da não-pessoa (ele) como uma categoria linguística que pertence à sintaxe da língua, que, ao ser utilizada pelo locutor, busca causar um sentido de “objetividade”. Posteriormente a essas duas etapas, apresentamos a discussão das análises e, por fim, conclusões e considerações que a Teoria da Enunciação de Benveniste (2005c) proporciona à análise do gênero notícia.

2 A NOTÍCIA: UM TEXTO DO GÊNERO JORNALÍSTICO

O objetivo principal deste capítulo é apresentar algumas considerações sobre o gênero notícia com base nos pressupostos teóricos da Linguística Textual e na concepção sócio-histórica da linguagem, que concebe os gêneros como *tipos relativamente estáveis de enunciados*². Para isso, primeiramente apresentamos fundamentos teóricos sobre o conceito de texto e suas características, à luz, principalmente da fundamentação teórica de Van Dijk (apud FÁVERO; KOCH, 1994). Em seguida, estabelecemos a diferença entre gênero textual e tipo textual, tendo como ponto de partida os estudos de Marcuschi (2003), caracterizando a notícia como um gênero discursivo na perspectiva bakhtiniana. Posteriormente, apresentamos as características e peculiaridades do gênero notícia, com ênfase no histórico do gênero, funcionalidade e principais estudos que envolvem o texto jornalístico.

2.1 Texto: um universo que sempre se revela

Nesta seção, abordaremos o conceito de texto e suas características, tendo como ponto de partida a perspectiva da Linguística Textual. Para isso, refletiremos acerca de fundamentos teóricos de alguns autores. São eles: Van Dijk (apud FÁVERO; KOCH, 1994), Marcuschi (2003), Koch (2004), Flôres, Karnopp e Gedrat (2006).

A Linguística do Texto no decorrer da sua história trouxe modificações significativas em seus estudos, visto que três grandes momentos podem ser observados na sua evolução: primeiramente as pesquisas centravam-se nos estudos das relações interfrasais e transfrasais. Num segundo momento, com o surgimento da gramática textual, os estudos evidenciaram que o falante é dotado de competência linguística que lhe permite reconhecer e produzir textos coerentes. Posteriormente a essa fase, surgiu a linguística do texto propriamente dita, preocupada com os fatores que envolvem a produção, recepção e interpretação de textos. Mas para esta pesquisa, nos interessa como a LT tratou de ver o texto e como o considerou –

² No texto *Os gêneros do discurso*, Bakhtin (2003) define gêneros do discurso como tipos relativamente estáveis de enunciados ou formas relativamente estáveis e normativas de enunciados. Segundo Rodrigues (2005), Bakhtin (2003) estabelece uma relação dialética entre os gêneros e os enunciados, concebendo os gêneros a partir de sua historicidade (eles não são unidades convencionais) e lhes atribui a mesma natureza dos enunciados (natureza social, discursiva e dialógica), ao tomá-los como seus tipos históricos.

enquanto objeto de estudo – durante essas fases. Hoje a LT traz novos pressupostos, mas o texto continua como seu principal objeto de estudo.

Um texto constitui-se enquanto tal a partir do momento que os parceiros de uma atividade comunicativa são capazes de atribuir determinado sentido diante de uma manifestação linguística. De acordo com Flôres, Karnopp e Gedrat (2006), os questionamentos “o que é texto e o que o distingue de uma frase ou de um conjunto de frases?” foram amplamente discutidos na literatura, considerando enunciados isolados, como por exemplo, “Socorro!”, refletindo se essa situação discursiva seria texto ou palavra isolada.

A teoria gerativista³ defende que todo falante possui conhecimento/competência linguística suficiente para distinguir um texto coerente de um texto incoerente. A “competência textual” dos falantes os torna aptos a parafrasear, resumir e distinguir os vários tipos de textos. Do ponto de vista dessa teoria, todo falante sabe distinguir entre textos e não textos. Entretanto, o mesmo objeto pode ser concebido de maneiras diversas conforme a perspectiva teórica que se adote. Isso ocorre, também, com o conceito de texto.

Os pressupostos teóricos da Linguística Textual, que têm o texto como seu principal objeto de estudo, apresentam variações conceituais conforme o autor ou a orientação teórica abordada. Dessa forma, podemos verificar que desde a origem da Linguística Textual, o texto foi concebido/ conceituado de diferentes maneiras. Em um primeiro momento, foi visto como uma unidade do sistema linguístico superior à frase. Ao refletir sobre a fase inicial da Linguística Textual, Koch (2004) explica que a preocupação básica, primeiramente, centrava-se nos estudos dos mecanismos interfrásticos que são parte do sistema gramatical da língua, cujo uso garantiria a duas ou mais sequências o estatuto de texto. Conforme a autora, “o texto era então concebido como uma ‘frase complexa’, ‘signo linguístico primário’, ‘cadeia de pronominalizações ininterruptas’, ‘sequência coerente de enunciados’, ‘cadeia de pressuposições’”. (KOCH, 2004, p. 03). Nessa fase, as relações referenciais e correferenciais eram consideradas um dos principais fatores de coesão textual. Por isso, o texto era resultado de um “múltiplo referenciamento” (KOCH, 2004, p. 03); daí se origina a definição de texto como uma sucessão de unidades linguísticas.

As orientações de natureza semântica explicam o texto através de suas relações de sentido que vão além do significado das frases isoladamente. A sua produção de sentido

³ De acordo com Flôres, Karnopp e Gedrat (2006), a teoria gerativista revolucionou os estudos linguísticos. Surgiu com a gramática gerativa de Noam Chomsky, que passou a focar a descrição e explicação de frases. A sintaxe, portanto, era o alvo das investigações linguísticas.

realiza-se à medida que se consideram aspectos contextuais que dizem respeito ao conhecimento da língua, do mundo e da situação comunicativa.

Segundo Van Dijk (apud FÁVERO; KOCH, 1994), o texto é a unidade teoricamente reconstruída, subjacente ao discurso, passível de observação e interpretação sempre que se vê ou se ouve uma enunciação. O autor procura demonstrar que a análise de um texto não se reduz a uma análise frasal, pois o falante de uma língua conhece as regras subjacentes às relações interfrásticas, sem as quais a produção de enunciados coerentes não seria possível. “Já que o falante pode produzir/interpretar um número infinito de discursos diferentes, sua competência é necessariamente textual.” (VAN DIJK apud FÁVERO; KOCH, 1994, p. 78). Nesse sentido, podemos destacar que é praticamente impossível, por parte dos falantes de uma língua, que a percepção e a produção de enunciados textuais se operem por um encadeamento não regrado de frases isoladas. Todo falante de uma determinada língua possui competência textual, ou seja, a capacidade de, em diferentes situações de interação comunicativa, produzir, compreender e distinguir textos coerentes de um amontoado de frases descontextualizadas, por exemplo.

A Linguística Textual foi além das abordagens sintático-semânticas, visto ser o texto a unidade básica de comunicação/interação humana. Assim, as orientações de origem pragmática conceituam o texto como uma sequência de atos de fala; como fenômeno primariamente psíquico, resultado de processos mentais (vertentes cognitivistas). Já as orientações que adotam por pressuposto a teoria da atividade verbal concebem o texto como parte de atividades mais globais de comunicação. Nesse prisma, Koch (2003b, p. 26) ressalta: “dessa forma, o texto deixa de ser entendido como uma estrutura acabada (produto), passando a ser abordado no seu próprio processo de planejamento, verbalização e construção”. O texto é concebido como resultado parcial da nossa atividade comunicativa, posta em ação em situações concretas de interação social.

Fávero e Koch (1994) explicam que há pontos de vista diferentes no que diz respeito à caracterização, delimitação e determinação do que seja o texto. Em algumas definições, que o concebem como um signo linguístico original e possibilidade fundamental da ocorrência da língua, procura-se caracterizar a sua essência. Outras vezes levam-se em conta os aspectos funcionais-intencionais: porção suficiente de discurso capaz de exercer funções, no sentido e no quadro de uma função discursiva; unidade linguisticamente completa, conforme a intenção do emissor e/ ou do receptor, construída segundo as regras da gramática.

Há aquelas definições que têm caráter hierarquizador, como, por exemplo, as que veem o texto enquanto unidade linguística mais alta e independente; e aquelas que recorrem a

elementos externos à língua (ou transcendentais ao texto), como uma sequência de manifestações dos mesmos objetos de comunicação em situações diversas, à qual não corresponde necessariamente um contexto linguístico.

Outras definições orientam-se para a teoria da comunicação ou para a teoria dos atos de fala, por exemplo: cada porção linguística manifesta de um ato de comunicação em um jogo de ação comunicativa, tematicamente orientada e que preenche uma função comunicativa capaz de ser reconhecida.

Fávero e Koch (1994, p. 22) concebem os textos como sistemas complexos que podem preencher diversas funções comunicativas, sendo definidos (conscientemente) a partir de aspectos diversos. Assim, essas autoras conceituam: a) a sequência coerente e consciente de signos linguísticos; b) a delimitação por interrupções significativas na comunicação; c) o status do texto como maior unidade linguística; d) a mais recente integração de componentes sintático-semânticos – os constituintes textuais.

A introdução do conceito de texto demonstra que os elementos linguísticos só podem ocorrer inter-relacionados e dotados de significação e de sentido, isto é, a informatividade do texto seria mais dotada de intencionalidade que a frase ou a palavra. Fávero e Koch (1994) nos chamam a atenção para o fato de que o texto não apresenta só procedimentos linguísticos, ou sistêmicos da língua, mas também todas as possibilidades de utilização da fala. Por isso, não poderia ser examinado apenas por meio de métodos estruturais. Segundo Leont'ev (1969, apud FÁVERO; KOCH, 1994, p. 22), “o texto não existe fora de sua produção ou de sua recepção”. Assim, do ponto de vista da atividade linguística, adotar o texto como um elemento primeiro de pesquisa constitui uma atitude simplista, já que este não é apenas um fato linguístico colocado à disposição do pesquisador. Dessa forma, podemos ressaltar: foram os conhecimentos resultantes da análise semântico-sintática de frases que demonstraram a necessidade de ultrapassar a análise embasada no método estrutural⁴.

Ao observar a evolução do conceito de texto, percebe-se que este não é mais entendido como um produto “acabado” e passa a ser concebido como resultado parcial da nossa atividade comunicativa, “que compreende processos, operações, estratégias que têm lugar na mente humana, e que são postos em ação em situações concretas de interação social”. (KOCH, 2003b, p. 26). A Linguística Textual trata o texto como um ato de comunicação, o qual sempre estará atrelado a uma função comunicativa. Segundo Koch (2003b, p. 27),

⁴ O estruturalismo de vertente saussureana tinha como princípio a consideração da língua como uma rede de relações estruturais. Estudos nessa abordagem privilegiam as análises fonológicas e morfológicas. A linguística estruturalista dedicou-se ao estudo da língua fora de qualquer contexto de uso.

Poder-se-ia assim, conceituar o texto como uma manifestação verbal constituída de elementos linguísticos selecionados e ordenados pelos co-enunciadores, durante a atividade verbal, de modo a permitir-lhes, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais.

Nessa perspectiva, podemos dizer que os textos são resultados de uma atividade verbal de indivíduos socialmente atuantes, que produzem o discurso no intuito de alcançar uma função social, de acordo com as condições sob as quais a atividade verbal se realiza.

Fávero e Koch (1994) concluem que o termo texto pode ser tomado em duas acepções: texto em sentido *lato* e em sentido *estrito*. No primeiro caso, o texto designa toda a manifestação da capacidade textual do ser humano, isto é, qualquer tipo de comunicação realizada através de um sistema de signos. Já no sentido *estrito* temos o discurso, enquanto uma manifestação linguística do texto, que envolve a atividade comunicativa de um falante, numa determinada situação de comunicação, englobando os enunciados produzidos pelo locutor e seu interlocutor (no caso do diálogo) e os eventos da situação enunciativa. Nesse sentido, o texto consiste em qualquer passagem, tanto falada quanto escrita, que forma um todo significativo (uma unidade de sentido), independente de sua extensão.

O conceito de texto para a Linguística Textual, considerado como “um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas” (KOCH, 2003a, p. 27), tem servido de base para a análise de textos em diversos estudos linguísticos. Em uma entrevista a *REVEL*⁵, ao ser questionada no que diz respeito às perspectivas da Linguística Textual, Koch (2003a, p. 02) enfatiza o seguinte:

[...] Os textos, como formas de cognição social, permitem ao homem organizar cognitivamente o mundo. E é em razão dessa capacidade que são também excelentes meios de intercomunicação, bem como de produção, preservação e transmissão do saber. Determinados aspectos de nossa realidade social só são criados por meio da

⁵ A Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL é uma publicação totalmente eletrônica (acessível exclusivamente através da Internet), sem fins lucrativos, que visa à divulgação do conhecimento científico acerca dos estudos linguísticos, especialmente do Brasil. Com uma periodicidade semestral, a cada edição a ReVEL aborda uma área específica dos estudos linguísticos. Idealizada por dois jovens estudantes de Linguística, a ReVEL lançou seu primeiro volume em agosto de 2003, com o tema Linguística Textual. Na época, era a única revista exclusivamente eletrônica com periodicidade regular publicada no Brasil. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br/pt/sobre>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

representação dessa realidade e só assim adquirem validade e relevância social, de tal modo que os textos não apenas tornam o conhecimento visível, mas, na realidade, sociocognitivamente existente.

É importante destacar que a Linguística Textual concebe o texto como uma fonte de conhecimentos, que são ativados e construídos ao longo das interações sociodiscursivas. Assim, os textos são meios de intercomunicação, produção, transmissão e preservação do saber e, portanto, impulsionam a circulação e construção de conhecimentos partilhados socialmente.

Os conceitos e as estratégias propagadas pela Linguística Textual, principalmente o trabalho realizado com o texto, têm sido muito aplicados tanto no ensino de Língua Portuguesa quanto em diversas produções no cenário acadêmico. Como exemplo dessa afirmação, podemos citar o trabalho realizado com os gêneros textuais nos *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* (1998), no qual se enfocam estratégias cognitivas como o conhecimento de mundo e conhecimento partilhado, que incidem sobre a compreensão e produção textuais. No mundo acadêmico, por exemplo, ganham ênfase os estudos realizados com os pressupostos teóricos da Linguística Textual, materializados em análises das estratégias de referenciação e progressão referencial, no trabalho com a análise de diferentes gêneros textuais e produções de textos, levando em consideração a coesão e a coerência, com vistas à compreensão dos sentidos do texto.

Na concepção da Linguística Textual, o texto é visto como um lugar de interação entre os sujeitos sociais, os quais, dialogicamente, nele se constituem e são constituídos, e que, através de ações linguístico-discursivas e sociocognitivas, constroem objetos de discurso visando diferentes propostas de sentido, ao realizarem escolhas significativas entre as várias formas de organização textual e as diversas possibilidades de seleção do conteúdo léxico que a língua disponibiliza. Dessa perspectiva, então, podemos dizer que textos resultam da atividade verbal de indivíduos socialmente atuantes e, por isso, apresentam uma carga sociocultural, historicamente construída.

Marcuschi (2003) explica que não devemos confundir *texto* e *discurso*, pois se tratam de conceitos/domínios distintos. Para o linguista, “texto é uma entidade concreta realizada materialmente e corporificada em algum gênero textual. Discurso é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva”. (MARCUSCHI, 2003, p. 24). Dessa forma, podemos inferir que o discurso se realiza nos textos. Em outras palavras, os textos realizam discursos em diferentes situações: institucionais, históricas, sociais e ideológicas.

Tendo em vista que os textos se manifestam em um ou outro gênero textual, sendo que é impossível nos comunicarmos verbalmente a não ser por algum *gênero* ou *texto*, um maior conhecimento quanto à distinção entre gênero textual e tipo textual faz-se necessário. Assim, na seção *Considerações sobre o gênero textual* apresentaremos conceitos relevantes para diferenciar tipo textual de gênero textual. Além disso, caracterizaremos a notícia jornalística como um gênero discursivo, tendo como ponto de partida a perspectiva de Mikhail Bakhtin (2003) e os estudos de Marcuschi (2003). Bakhtin (2003) chama de gêneros de discurso os *tipos estáveis de enunciados*, que se organizam em toda e qualquer atividade humana da qual fazem parte os interlocutores. Essas atividades caracterizam-se por objetivos específicos. Nesta pesquisa, designamos gênero discursivo porque, conforme entendemos, tratamos de um discurso que apresenta funções e características peculiares, dotadas de um propósito comunicativo específico, pois noticiar é informar. Sendo que nesse propósito comunicativo está em jogo a inter-relação entre parceiros da comunicação (eu/tu), por intermédio da língua e, conseqüentemente, a intencionalidade natural a essa inter-relação faz parte dessa atividade humana.

A seguir, na seção *Considerações sobre o gênero discursivo*, abordaremos a notícia jornalística considerando a noção de gênero do discurso, na perspectiva bakhtiniana.

2.2 Considerações sobre o gênero discursivo

Na discussão abordada nesta seção, caracterizamos a notícia jornalística como um gênero, no sentido desenvolvido pelas ideias de Mikhail Bakhtin⁶ (2003). Para embasar as reflexões propostas, contaremos com demais pesquisas acerca dos gêneros textuais, desenvolvidas por autores (leitores) da perspectiva bakhtiniana: Marcuschi (2003), Flores et al. (2009), Koch (2008), Schneuwly e Dolz (2010), Rodrigues (2005), entre outros autores.

⁶ De acordo com Flores et al. (2009), Bakhtin (2003) é responsável por um pensamento complexo, elaborado ao longo de anos, que antecipa os estudos da enunciação. Mesmo com dificuldades de reconhecimento de sua obra tanto no seu país de origem quanto no Ocidente, no final dos anos 1960, seus estudos ultrapassaram as fronteiras russas e a perspectiva filosófica da linguagem ressoa em diferentes áreas do conhecimento, como: linguística, literatura, sociologia, antropologia, filosofia e semiótica.

Em *Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação*, Marcuschi⁷ (2011) nos remete à necessidade de realizarem-se estudos sobre os gêneros textuais, destacando a reflexão sobre gênero textual como algo relevante e necessário, tendo em vista ser ele tão antigo como a linguagem, já que vem essencialmente envolto em linguagem. Nas palavras de Marcuschi (2011, p. 18), “na realidade, o estudo dos gêneros textuais é uma fértil área interdisciplinar com atenção especial para o funcionamento da língua e para as atividades culturais e sociais”. Dessa forma, podemos inferir que os gêneros não podem ser concebidos nem como modelos estanques nem como estruturas rígidas, e sim como formas de ação social, materializadas de modo particular na linguagem.

Em seu estudo sobre as relações entre os gêneros textuais e o suporte, Bonini (2011) destaca que o estudo dos gêneros jornalísticos⁸ apresenta uma grande relevância social. As pesquisas desse tipo trazem benefícios tanto para a formação e atuação profissional de jornalistas e professores de línguas, quanto para a educação e formação do cidadão crítico e habilidoso no manejo de tais manifestações linguístico-discursivas, já que toda a sociedade é afetada por elas. Nessa perspectiva, esse autor prioriza, em seus estudos, os gêneros que podem ser úteis ao ensino de linguagem, destacando o seguinte: a) alguns desses gêneros já estão inseridos no trabalho escolar e nos livros didáticos; b) certos gêneros do jornal são mais relevantes em termos das práticas sociais correntes na sociedade; c) alguns gêneros propiciam exercícios mais relevantes no sentido do desenvolvimento de habilidades de linguagem importantes; d) alguns desses gêneros caracterizam melhor o jornal e o discurso jornalístico.

Os gêneros surgem de acordo com as necessidades e atividades socioculturais, relacionando-se às inovações tecnológicas. Ao considerarmos a quantidade de gêneros textuais existentes hoje em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita, presenciemos um crescimento contínuo de novos gêneros e novas formas de comunicação, tanto orais quanto escritas. Isso revela que os gêneros textuais integram-se funcionalmente nas culturas em que se desenvolvem, caracterizando-se por suas funções comunicativas em detrimento das peculiaridades linguísticas e estruturais. É difícil defini-los formalmente, por isso devem ser contemplados segundo suas situações de uso.

O linguista Marcuschi (2003), ao dedicar-se à pesquisa sobre os gêneros textuais, enfatiza a colaboração deles na ordenação e estabilização das atividades comunicativas do cotidiano, sendo fenômenos históricos e entidades sociodiscursivas que se caracterizam como

⁷ As noções acerca dos gêneros textuais, desenvolvidas por Marcuschi (2003), são referências para os estudos contemporâneos, tanto sobre a enunciação quanto sobre o gênero.

⁸ Abordaremos o gênero notícia, mais especificamente, na seção (2.3) *Um gênero em pauta: a notícia jornalística*.

eventos textuais maleáveis, dinâmicos e práticos. Durante o seu trabalho, o autor mostra a definição e a funcionalidade dos gêneros e a relação entre os gêneros textuais e o ensino, abordando a distinção entre gêneros textuais e tipos textuais. Acreditamos que entender as diferenças entre essas duas noções é fundamental, principalmente ao realizarmos trabalhos sobre a compreensão e a produção textual.

Para ilustrar a diferença entre tipo textual e gênero textual, Marcuschi (2003, p. 22-23) nos traz algumas definições. A expressão *tipo textual* é usada para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição, como, por exemplo, os aspectos lexicais e sintáticos, os tempos verbais, as relações lógicas. Geralmente, os *tipos textuais* abrangem as categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção. “Portanto, entre as características básicas dos tipos textuais, está o fato de eles serem definidos por seus traços linguísticos predominantes”. (MARCUSCHI, 2003, p. 28). Já a expressão *gênero textual* é usada como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados encontrados na vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição com características próprias. Um mesmo gênero textual pode apresentar diferentes sequências tipológicas, ou seja, em uma carta pessoal (gênero) encontramos tanto sequências narrativas quanto descritivas. Por isso, afirma-se que há uma grande heterogeneidade tipológica nos gêneros textuais.

Para uma maior visibilidade da distinção entre tipos textuais e gêneros textuais, Marcuschi (2003, p. 23) elabora o seguinte quadro sinóptico:

TIPOS TEXTUAIS	GÊNEROS TEXTUAIS
1 Constructos teóricos definidos por propriedades linguísticas intrínsecas;	1 Realizações linguísticas concretas definidas por propriedades sociocomunicativas;
2 Constituem sequências linguísticas ou sequências de enunciados e não são textos empíricos;	2 Constituem textos empiricamente realizados cumprindo funções em situações comunicativas;
3 Sua nomeação abrange um conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspectos	3 Sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição

lexicais, sintáticos, relações lógicas, tempo verbal;	e função;
4 Designações teóricas dos tipos: narração, argumentação, descrição, injunção e exposição.	4 Exemplos de gêneros: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversação espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais etc.

Quadro 1: Tipos textuais e gêneros textuais

Fonte: Marcuschi (2003, p. 23).

Por meio do quadro elaborado por Marcuschi (2003), evidencia-se que a expressão “tipo textual” designa poucas categorias, pois abrange uma estrutura textual fechada (limitada), ao passo que a expressão “gênero textual” engloba inúmeros textos (ilimitados), definidos por propriedades sociocomunicativas. Nas palavras de Marcuschi (2003, p. 25, grifo do autor),

Para a noção de *tipo textual* predomina a identificação de *sequências linguísticas típicas* como norteadoras; já para a noção de *gênero textual*, predomina os critérios de *ação prática, circulação sócio-histórica, funcionalidade, conteúdo temático, estilo e composicionalidade*.

A noção de *tipo textual* envolve, como já mencionamos, um conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspectos lexicais e sintáticos, relações lógicas, tempo verbal, etc. Já a noção de *gênero textual* abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas, determinadas pelas funções e situações comunicativas que envolvem o estilo, o conteúdo, a composição e a funcionalidade dos textos.

Os estudos que envolvem a questão dos gêneros trazem muitas contribuições para o ensino de língua portuguesa. Aos poucos essa distinção está sendo compreendida e considerada por professores, pesquisadores e estudantes. Isso representa algumas implicações tanto no ensino quanto no trabalho com o texto, pois muitos pesquisadores defendem que o trabalho com gêneros textuais é uma forma de ensino da língua portuguesa. Nas palavras de

Marcuschi (2003, p. 46), “as opiniões convergem para o fato de que o ensino de Português deve privilegiar o texto, e de gêneros mais diversos possíveis”. Assim, vislumbra-se no ensino voltado à diversidade de gêneros textuais a grande possibilidade de o aluno produzir seus próprios conhecimentos linguísticos através do reconhecimento da função comunicativa exercida por determinados gêneros.

O ensaio *Os gêneros do discurso*, publicado na coletânea *Estética da criação Verbal* (2003), colabora para a compreensão de noções como texto, diálogo e produção de sentido. De acordo com Bakhtin (2003, p. 262), “cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*”. Os gêneros estão presentes em cada espaço de troca comunicativa, ou seja, em determinadas esferas de atividade humana. Além disso, os gêneros possuem uma forma de composição, distinguindo-se pelo conteúdo temático e pelo estilo, contribuindo para a organização das atividades comunicativas do cotidiano. Possibilitam ações sociais, manifestam pontos de vista, carregando, dentro de sua estrutura semântica, diversos enunciados. Nessa coletânea, Bakhtin (2003) afirma que o uso da língua se dá através de enunciados, tanto orais quanto escritos, proferidos pelos participantes de diferentes esferas de atividade humana.

A linguagem para Bakhtin (2003) é um fato social e deve ser pensada na sua relação com as diferentes esferas da atividade humana. Assim, o falante, ao fazer uso da linguagem, utiliza os gêneros do discurso que, por sua vez, são fenômenos sociais e não se baseiam em pretextos individuais, mas fazem parte da coletividade num determinado tempo e espaço.

O discurso do falante realiza-se através da escolha de um determinado gênero: “falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem *formas* relativamente estáveis e típicas de *construção do todo*”. (BAKHTIN, 2003, p. 282, grifo do autor). A comunicação se dá a partir de gêneros do discurso, utilizados de modo seguro nas mais diversas atividades cotidianas, mesmo quando os falantes desconhecem sua existência do plano teórico. Nas palavras de Bakhtin (2003, p. 283),

Nós aprendemos a moldar o nosso discurso em forma de gênero e, quando ouvimos o discurso alheio, já adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras, adivinhamos um determinado volume (isto é, uma extensão aproximada do conjunto do discurso), uma determinada construção composicional, prevemos o fim, isto é, desde o início temos a sensação do conjunto do discurso que em seguida apenas se diferencia no processo de fala. Se os gêneros do discurso não existissem e nós não

os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo do discurso, de construir livremente e pela primeira vez cada enunciado, a comunicação discursiva seria quase impossível.

São essas observações que nos permitem afirmar que, se por um lado fala-se através de diversos gêneros sem suspeitar da sua existência, por outro, formas discursivas comuns que fomentam o processo interacional são compartilhadas por interlocutores, sem que para isso novos gêneros precisem ser criados a cada troca verbal, fator esse que impossibilitaria a comunicação.

Koch (2008, p. 107), ao caracterizar o gênero na perspectiva bakhtiniana, afirma: “trata-se de entidades escolhidas, tendo em vista as esferas de necessidade temática, o conjunto dos participantes e a vontade enunciativa ou a intenção do locutor, sujeito responsável por enunciados, unidades reais e concretas da comunicação verbal”. Assim, todo o gênero do discurso é marcado por sua esfera de atuação que promove modos específicos de combinar o conteúdo temático (o assunto de que o enunciado trata), o propósito comunicativo, o estilo (estruturas gramaticais) e a composição (elementos das estruturas discursivas/semióticas que organizam um texto de acordo com determinado gênero).

Dessa forma, “todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolúvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação”. (BAKHTIN, 2003, p. 262). Por isso, podemos enfatizar que todo o enunciado particular é de caráter individual, mas cada campo de uso da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis de enunciados*, de acordo com características específicas, que envolvem tanto os aspectos gramaticais quanto o propósito comunicativo.

Marcuschi (2003), em *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*, remete-nos à ideia de gêneros textuais segundo as suas diferentes funções exercidas na sociedade, sendo estritamente vinculados à vida cultural e social. Os gêneros colaboram na ordenação e estabilização das atividades comunicativas do cotidiano, sendo fenômenos históricos e entidades sociodiscursivas. Mediante a análise de alguns gêneros textuais, fica evidente a particularidade de interpretar e representar as ações dos seres humanos em qualquer contexto discursivo, por isso, ao entrar em contato com um determinado gênero, devemos perceber que ele não é produto do “acaso”, mas possui uma funcionalidade, seja de informar um determinado assunto ou persuadir o leitor de alguma forma.

Os gêneros textuais surgem e passam a fazer parte das culturas em que se desenvolvem, caracterizando-se mais pela função comunicativa do que por particularidades envolvendo os aspectos linguísticos e estruturais. Os gêneros norteiam a comunicação em todos os sentidos, pois é impossível comunicar-se verbalmente sem utilizar algum texto. “Nada do que fizemos linguisticamente estará fora de ser feito em algum gênero”. (MARCUSCHI, 2003, p. 35). Esse posicionamento baseia-se na visão da língua em seus aspectos enunciativos e não em particularidades formais.

Na obra *Gêneros orais e escritos na escola*, Schneuwly e Dolz (2010) corroboram a perspectiva de Bakhtin (2003) no que diz respeito aos gêneros discursivos ao afirmar que o gênero é um instrumento: “Portanto, nossa tese inicial – o gênero é um instrumento – enquadra-se bem na concepção bakhtiniana”. (SCHNEUWLY; DOLZ, 2010, p. 24). Esses pesquisadores explicam o seguinte:

Há a escolha de um gênero, em função de uma situação definida por um certo número de parâmetros: finalidade, destinatários, conteúdo, para dizê-lo na nossa terminologia. Dito de outra maneira: há a elaboração de uma base de orientação para uma ação discursiva. Essa base chega à escolha de um gênero num conjunto de possíveis, no interior de uma esfera de troca dada, num lugar social que define um conjunto possível de gêneros. (SCHNEUWLY; DOLZ, 2010, p. 23).

Os gêneros definem-se discursivamente através das escolhas linguístico-discursivas de um sujeito (locutor-enunciador) que enuncia numa situação específica, definida por uma série de parâmetros: finalidade, conteúdo e destinatário (público leitor), com a ajuda de um instrumento que aqui é o gênero, um “instrumento semiótico complexo”, ou seja, uma forma de linguagem que possibilita, a um só tempo, a produção e a compreensão de textos.

Marcuschi (2011) explica que “as reflexões programáticas de Bakhtin (2003) com a ideia central de gênero como um enunciado de natureza histórica, sócio-interacional, ideológica e linguística ‘relativamente estável’, levaram a uma série de posições que beiram a incongruência”. Parece que para Bakhtin (2003) era mais importante ressaltar o “relativamente” do que o “estável”. Contudo, para muitos o aspecto a ser considerado nos estudos bakhtinianos foi a noção de estabilidade vista como essencial para afirmar os aspectos formais. Entretanto, do ponto de vista enunciativo e de acordo com o enquadre histórico-social da língua, a noção de relatividade sobrepõe-se à forma e capta melhor os aspectos históricos e dinâmicos dos gêneros.

Marcuschi (2011) afirma que diante da variedade de teorias que tratam dos gêneros, aquelas que privilegiam a forma ou os aspectos estruturais estão em crise, tendo em vista o reconhecimento de que o gênero é essencialmente flexível e variável, tal como a linguagem. Pois da mesma maneira que a língua varia, também os gêneros variam, adaptando-se, renovando-se e multiplicando-se. A tendência, hoje, é observar o gênero em sua dinamicidade, evitando as classificações formais.

É importante esclarecermos que há diferenças entre a variação da língua e do gênero. Para a sociolinguística, a variação e as mudanças são inerentes às línguas. A variação linguística é vista como um fenômeno cultural motivado por fatores linguísticos (estruturais) e por fatores extralinguísticos de vários tipos. Quando o linguista estuda os diversos níveis da variação, “deve demonstrar como ela se configura na comunidade de fala, bem como quais são os contextos linguísticos e extralinguísticos que a favorecem ou que a inibem”. (CEZARIO; VOTRE, 2012, p. 141). Cabe ao sociolinguista descobrir os contextos que favorecem a variação, como na fala de um mesmo grupo de falantes ou entre grupos distintos de falantes divididos segundo variáveis convencionais (sexo, idade, escolaridade, etc.).

Já a variação dos gêneros discursivos envolve as transformações sociais. Nas palavras de Brandão (2008, p. 33), “um gênero [...] não é uma forma fixa, cristalizada. Não se pode perder de vista o seu aspecto histórico e cultural”. Assim como as esferas de atividade do homem vão se ampliando à medida que a vida evolui e se torna mais complexa, os gêneros também se transformam. Por exemplo: antigamente tínhamos o recado (língua oral), o bilhete (língua escrita), a carta (em seus diferentes tipos: comercial, pessoal, etc.). Com o avanço da tecnologia passamos a ter o telegrama e, hoje, o e-mail. “Portanto, assim como a língua é dinâmica, evolui historicamente, os gêneros, como manifestação da língua, também variam com o tempo, com os avanços tecnológicos, com as transformações culturais, com o estilo individual dos falantes”. (BRANDÃO, 2008, p. 33). Nesse contexto, convém destacarmos que tanto a variação da língua quanto a dos gêneros não surgem do nada, como criações totalmente inovadoras, ou seja, ambas estão ancoradas em manifestações linguísticas e gêneros já existentes. Como toda a atividade de linguagem, sua evolução e variação revela uma história, um enraizamento em outras manifestações de linguagem (envolvendo os falantes) e em outros gêneros discursivos.

Rodrigues (2005) explica que é nas situações de interação, dentro de determinadas esferas sociais (esfera cotidiana, do trabalho, científica, escolar, religiosa, jornalística, etc.), que se pode apreender a constituição e o funcionamento dos gêneros do discurso, enfatizando que um gênero se constitui pela sua ligação com uma situação social de interação e não por

suas propriedades formais. Nesse sentido, a autora cita exemplos embasados nos gêneros biográficos:

[...]. Por exemplo, embora se possam encontrar traços formais semelhantes entre os gêneros biografia científica e o romance biográfico, eles são gêneros distintos, pois mesmo que os “valores biográficos” (princípio organizador da narrativa que conta a vida de um outro, ou da própria vida, na autobiografia) sejam compartilhados pela ciência e pela arte, eles se encontram em esferas sociais diferentes, com funções discursivo-ideológicas distintas (finalidade histórico-científica e finalidade artística). (RODRIGUES, 2005, p. 164).

Cada esfera da atividade humana, com função socioideológica particular (educacional, jurídica, religiosa) e suas condições específicas, formulam para a interação verbal, gêneros discursivos que lhes são próprios.

Situados num momento sócio-histórico, os gêneros textuais são fundamentais no processo de comunicação social, refletindo as atividades comunicativas humanas num determinado tempo. São eventos linguísticos caracterizados pelas suas atividades sociodiscursivas. Nas palavras de Marcuschi (2003, p. 29), “quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares”. Ao usar a linguagem, os falantes se apropriam de gêneros de discurso adequando-os a diferentes situações de comunicação. Em cada esfera da sociedade, utilizamos a língua de acordo com gêneros de discurso específicos. Nesse contexto, podemos enquadrar a notícia jornalística: quando o jornalista (locutor) domina um gênero textual, ao escrever (enunciar) faz uso dos recursos linguísticos com objetivos específicos, em situações sociais particulares.

Mesmo não concebendo os gêneros como modelos estanques, precisamos reconhecer que, na produção textual, eles têm uma identidade a ser observada, a qual nos condiciona a escolhas lexicais, formais e temáticas que não podem ser totalmente livres ou aleatórias. Quando refletimos acerca do gênero, observamos um modo de atuação sociodiscursiva em determinada cultura e não um simples modo de produção textual.

Mais do que apenas compreender a estrutura composicional, o estilo, a funcionalidade e o propósito comunicativo do gênero notícia, para esta pesquisa, julgamos necessário compreender a origem desse texto jornalístico⁹, ou seja, é importante saber que o histórico do gênero, mais especificamente o processo histórico da notícia, apresenta

⁹ O histórico do gênero notícia será mais bem explicitado posteriormente, na *seção 2.3*.

informações que significam. Como exemplo disso, podemos citar o seguinte: nas fases de codificação do texto da notícia, que corresponde às etapas da história do jornalismo, percebe-se a evolução do critério de objetividade, pois no estágio inicial do jornalismo no Brasil, as notícias eram comentadas e repletas de opiniões pessoais. A partir de 1969, a notícia consolida-se, obedecendo às normas elaboradas pelos manuais de redação, que exigem a impessoalidade do jornalista produtor dos enunciados.

A seguir, na seção *Um gênero discursivo em pauta: a notícia jornalística*, apresentaremos um breve histórico do gênero notícia, suas principais características, conceitos, estudos e funcionalidade.

2.3 Um gênero discursivo em pauta: a notícia jornalística

Nesta seção, abordaremos o gênero discursivo notícia em seus aspectos históricos, enfatizando suas principais características, seus conceitos, estudos e sua funcionalidade. Para isso, partiremos de pesquisas realizadas pelos principais teóricos da comunicação social. São eles: Lage (2004), Lustosa (1996), Medina (1973), Bahia (1990), Fausto Neto (1988) e Erbolato (1991).

Em *A estrutura da notícia*, Lage (2004) explica que o processo histórico da notícia iniciou-se com a expansão da atividade comercial. Antes do século XIII, as informações disponíveis para a população vinham em forma de decretos, proclamações, exortações e sermões das igrejas. Com a atividade comercial e acumulação de capital, a informação difundiu-se rapidamente na sociedade, fator que estimulou o processo de alfabetização. Através da língua falada, o italiano tornou-se a primeira língua moderna a atingir a universalidade literária, e, posteriormente, repercutiu com a escrita, tendo como precursor Gutenberg, com a impressão da Bíblia, em 1452. Lage (2004, p. 10) destaca que a impressão periódica surgiu nesse contexto:

O primeiro jornal circulou em Bremen, Alemanha, em 1609. O segundo, em Estrasburgo, no mesmo ano. O terceiro, em Colônia, no ano seguinte. Dez anos depois, já havia jornais em Frankfurt, Basileia, Hamburgo, Amsterdã e Antuérpia. Imprimia-se em Francês e Inglês, para exportação.

Antes da descoberta da escrita e do surgimento da imprensa, a notícia limitava-se a uma atividade oral na sociedade, e após Gutenberg passou a fazer parte dos jornais e dos demais meios de comunicação de massa. A notícia, nos primeiros jornais, aparece como fator de acumulação mercantil, enfocando as catástrofes causadas pelas secas, guerras e expedições a continentes remotos. A Igreja e o Estado tentaram impedir os impressos com o índice e a censura, travando, assim, uma intensa luta política, em que a veiculação da informação aparecia como “tema principal da análise dos publicistas, da denúncia dos panfletários, do puxa-saquismo dos escritores cortesãos”. (LAGE, 2004, p. 11). Ainda conforme o autor, o investimento para imprimir um jornal era pequeno, sendo que a redação se limitava a duas ou três pessoas. Os leitores pagavam o preço do papel e da tinta, ou seja, costumavam promover o capital inicial, através da contratação de assinaturas. Assim, no que tange aos aspectos econômicos, qualquer um poderia lançar a sua folha, desde que contasse com o apoio de amigos correligionários ou pessoas que temessem ataques no meio impresso.

O impulso da Revolução Industrial derrubou a censura na maior parte da Europa Ocidental. Com isso, surgiu um efetivo mercado para os jornais, cujo público leitor ascendia “ao poder simbólico da palavra impressa” (LAGE, 2004, p. 12), através de um número considerável de trabalhadores que aprendiam a ler, tornando-se formadores de opinião. Diante dessas inovações no âmbito social, o empreendimento jornalístico tornou-se empresarial: “as máquinas e a organização da produção próprias do capitalismo industrial chegavam aos jornais”. (LAGE, 2004, p. 12). Nesse contexto, baixavam-se os custos por exemplar, armavam-se redes de coleta de informações, e a publicidade passava a custear a maior parte dos custos editoriais. Assim, a imprensa deveria informar o público, usando um arsenal de instrumentos de intervenção psicológica, quanto às ofertas de bens de consumo, convencendo-os a consumir cada vez mais.

Por algum tempo, até se difundirem o rádio e o cinema, a imprensa se confundia com a comunicação de massa. A luta pelo aumento da tiragem levou os jornais a ampliar suas páginas, incluindo os folhetins, as histórias seriadas, os horóscopos e os quadrinhos, que mantinham o público cativo. A codificação da mensagem noticiosa apresentou mudanças significativas ao longo do tempo. As mensagens dos veículos de comunicação de massa passaram por um grande processo evolutivo, no qual os próprios veículos foram aprendendo a codificar suas mensagens, através da implantação de uma linguagem própria de acordo com as peculiaridades de sua recepção por parte dos leitores e suas características específicas.

Lustosa (1996) indica cinco fases de codificação do texto da notícia, que correspondem às grandes etapas da história do jornalismo: a) De 1808 a 1827, no estágio

inicial do jornalismo no Brasil, todas as matérias eram comentadas, repletas de opiniões pessoais, que enalteciam princípios morais e cristãos; b) Em 1889, prevaleciam os textos que narravam os fatos seguindo a cronologia dos acontecimentos relatados, com a redução das opiniões pessoais e com maior destaque para o material informativo; c) De 1889 a 1930, os veículos começavam a adotar notícias exclusivamente informativas, tendo como norma a exclusão de qualquer juízo de valor ou opinião pessoal do jornalista; d) De 1930 a 1969, os veículos de comunicação impressos desenvolvem uma técnica especial de construção do texto informativo, com a criação do *leade*, a partir do modelo desenvolvido pelos pesquisadores da comunicação; e) De 1969 até os dias atuais, o modelo da técnica da notícia, exigida pelos manuais de redação, não permitia a manifestação das opiniões pessoais dos jornalistas. Durante esse período de transição, exigia-se imparcialidade, impessoalidade e isenção.

É nesse contexto histórico que a notícia se consolida como a matéria prima-principal, obedecendo a padrões industriais através das técnicas de produção, de restrições do código linguístico e de uma estrutura relativamente estável.

No mundo moderno, impulsionado pela revolução nas comunicações, o gênero discursivo notícia surge em diferentes suportes¹⁰. Sua difusão ocorre através da mídia impressa, como jornais e revistas, da mídia radiofônica e televisiva e, principalmente, por meio da mídia eletrônica, já que se expande o acesso à internet. Cada vez mais nos deparamos com a difusão de informações em tempo recorde. Por isso, a notícia jornalística é um dos gêneros aos quais as pessoas estão mais expostas em sua vida cotidiana. Independentemente do suporte, a notícia apresenta características capazes de confirmar o seu *status* de gênero jornalístico, com funcionalidade e peculiaridades próprias.

A notícia é um gênero jornalístico cuja estrutura composicional apresenta alguns elementos estáveis. O fato de a notícia ser elaborada em um ambiente empresarial, no qual existe um conjunto de regras, materializadas em manuais de redação e estilo para orientar os modos de produzi-la, faz com que a estrutura das notícias adquira uma estabilidade. No Rio Grande do Sul, os jornais de grande circulação, como o Zero Hora, por exemplo, apresentam

¹⁰ Em *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*, Marcuschi (2003) enfatiza a importância do suporte, quando explica que haverá casos em que o próprio suporte ou o ambiente em que os textos aparecem determinam o gênero presente. Para isso, o autor exemplifica com o gênero artigo científico: suponhamos que um artigo científico, publicado numa revista de divulgação científica, seja também publicado num jornal diário, então ele seria “um artigo de divulgação científica”. Mesmo que haja distinções bem claras entre os dois gêneros, sob o ponto de vista de suas classificações, um trabalho publicado numa revista científica ou num jornal diário não tem a mesma classificação na hierarquia de valores da produção científica, embora se trate do mesmo texto. Nesse sentido, o autor resalta que as expressões “mesmo texto” e “mesmo gênero” não são automaticamente equivalentes, desde que não estejam no *mesmo* suporte.

os seus manuais que devem ser observados pelos redatores durante o processo de elaboração (redação) dos textos noticiosos. Nesse prisma, Alves Filho (2011, p. 97) explica:

Esse tipo de funcionamento faz com que as notícias sejam escritas de um modo um tanto impessoal, não podendo o redator deixar marcas de seu estilo pessoal: o estilo que deve prevalecer é o estilo da notícia, conforme concebida em tal empresa, e não o do seu redator.

Deparamo-nos com conceitos de notícia que buscam a impessoalidade, a clareza e a objetividade, cuja estrutura se orienta pelas respostas dadas às perguntas típicas do *lead*: Quem? O quê? Onde? Quando? Como? e Por quê?. Como a notícia parte do aspecto mais relevante da informação, o *lead* é o primeiro parágrafo da notícia em jornalismo impresso, que se inicia pela sentença-tópico, cuja função principal é situar as informações no tempo-espço e formalizar, no que se refere às denominações, elementos do fato relatado.

O conceito de notícia é abordado por diferentes teóricos da área da comunicação jornalística. Lustosa (1996, p. 17) define a notícia como “a técnica de relatar um fato. E para ser ainda mais conciso, diz simplesmente que notícia é o relato, não o fato”. Nessa perspectiva, podemos dizer que as notícias delimitam e recortam a realidade a ser enunciada. Assim, o conteúdo veiculado pelo jornal impresso não seria uma verdade absoluta, e sim a expressão da verdade (percebida de um determinado ponto de vista) como um relato verdadeiro de uma situação delimitada, por isso, notícia não é a exata tradução da realidade, mas a narração de acontecimentos veiculados pelos jornais.

Medina (1973, p. 137) concebe a notícia como um produto colocado à venda, que tende à lógica e às exigências do mercado: “a mensagem jornalística, como um produto de consumo da indústria cultural [...], desenvolveu uma componente verbal específica, que serve para chamar a atenção e conquistar o leitor para o produto”. Lustosa (1996, p. 19) corrobora Medina (1973) ao ressaltar que a produção da notícia exige que se tenha e ofereça informação, caso contrário o jornalismo não se realiza, nem haverá quem queira *comprar* a notícia. Nesse sentido, a notícia é concebida como a informação transformada em um produto de consumo, já que ela é vendida direta ou indiretamente aos leitores.

De acordo com Bahia (1990, p. 35), a notícia “é o modo pelo qual o jornalismo registra e leva os fatos ao conhecimento do público. Nesse sentido, a notícia é sinônimo de acontecimento, matéria, dado, verdade, mentira, certeza, dúvida, jornalismo, informação,

comunicação”. Portanto, o autor valoriza a forma como o público recebe o que é publicado, não o registro dos fatos apenas, mas a sua repercussão entre os leitores.

Fausto Neto (1988, p. 12), referindo-se ao conceito de notícia, afirma: “o que garante o estatuto de um acontecimento ser transformado em notícia, socialmente importante, é sua legitimação e tessitura pelo trabalho do discurso da informação”. Para existir a notícia, é preciso que haja primeiro uma informação de interesse universal. A notícia é um relato de um fenômeno social, de interesse coletivo. O leitor, por exemplo, pode não estar interessado no conteúdo ideológico da notícia, e sim em obter a informação que ela “obrigatoriamente” deve conter.

Partimos do pressuposto de que o gênero notícia define-se pela sua funcionalidade, destacando na notícia jornalística a função preponderante de informar, sendo que sua organização e seu estilo refletem uma tentativa de objetivação do discurso. Nesse sentido, convém enfatizarmos que na informatividade não basta apenas relatar fatos da realidade social, e sim realizar escolhas linguísticas que possibilitem a veracidade das informações.

Segundo Lage (2005, p. 73), “o texto básico do jornalismo é a notícia, que expõe um fato novo ou desconhecido, ou uma série de fatos novos ou desconhecidos do mesmo evento, com suas circunstâncias”. Assim, ressaltamos que a notícia trata de algo acontecido num dado momento histórico, por isso é importante relatar não só o fato, mas oferecer o máximo de dados possíveis para que ele pareça verdadeiro e o texto, confiável. Não basta que uma notícia seja verdadeira, é necessário que ela pareça verdadeira. O relato de fatos deve apresentar uma data precisa, a determinação do lugar onde tudo aconteceu e o nome das pessoas envolvidas no caso, por exemplo.

Em *Técnicas de codificação em jornalismo*, Erbolato (1991) defende a impossibilidade de definição sobre *o que é notícia*: “não obstante a importância da notícia, no chamado *império do jornalismo*, ninguém conseguiu defini-la satisfatoriamente. Os teóricos dizem como ela *deve ser*, mas não o que *realmente é*”. Entretanto, esse autor destaca que a notícia deve ser recente, inédita, verdadeira, objetiva e de interesse público. Quanto ao ineditismo da notícia, os jornalistas defendem que o leitor quer “novidades”. Deseja saber fatos que desconhece ou que ainda sabia apenas superficialmente, por haver assistido ao jornal transmitido pela televisão, por exemplo. Se fossem publicados apenas acontecimentos antigos ou desvinculados da realidade, os jornais teriam a função de divulgar histórias e romances, ao invés de notícias.

Fatos que chamam a atenção pela manhã, à tarde ficam desatualizados de maneira que o leitor perde o interesse. Em muitos casos, uma notícia que foi divulgada às oito horas,

torna-se velha, antes de chegar aos assinantes do jornal, por ser “desmentida” por outro veículo de comunicação que trata do mesmo assunto.

Para evitar efeitos negativos sobre os leitores, os jornais estão “proibidos” de informar algo que aconteceu há uma semana ou há um mês. O público leitor precisa de fatos novos e, por isso, faz parte da técnica jornalística redigir sobre o que aconteceu recentemente. No entanto, um fato antigo, milenar pode ter interesse jornalístico. Dependendo das circunstâncias merecerá até destaque nas primeiras páginas do jornal. Por exemplo, se acontecer em Brasília o Sétimo Encontro Nacional da Oração, a própria Bíblia torna-se notícia.

Outra característica da notícia é a busca pela objetividade¹¹. O assunto a ser publicado precisa ser focalizado de forma sintética, sem rodeios e de maneira a dar uma noção correta acerca das informações. Erbolato (1991) ensina que ao coletar dados e entrevistar pessoas capacitadas a proporcionar informações para a matéria, o jornalista deve agir com isenção de ânimo. “Honestidade e imparcialidade são atributos exigidos do repórter”. (ERBOLATO, 1991, p. 56). Além disso, o autor defende que a objetividade pode ser conseguida se o repórter ouvir pessoas bem informadas e renomadas, a fim de embasar o seu argumento, tornando-o, assim, de autoridade. Por exemplo: dentro do critério de objetividade, o jornal teria que ouvir o próprio Presidente da República ou alguém que, em seu nome, pudesse falar sobre o piso salarial, se o assunto a ser abordado fosse *O reajuste salarial dos aposentados*.

Na técnica de redação jornalística percebem-se normas de natureza redacional com vistas a demonstrar a veracidade/confiabilidade das informações. As informações são transformadas em notícia mediante a utilização de técnicas de redação jornalística, as quais devem obedecer ao critério de objetividade. Nas palavras de Medina (1988, p. 20), “a verdade de uma notícia [...] se remete à fundamentação teórica da objetividade do acontecimento”. O fato de o jornalista estar sujeito a uma observação perceptiva pouco objetiva faz com que a única opção teórica seja empregar alguns cuidados técnicos ao elaborar as notícias.

O texto de uma notícia deve seguir alguns princípios, como, por exemplo, orações breves; palavras curtas; preferência pelo vocabulário usual; utilização de estilo direto; uso de

¹¹ De acordo com Lage (2001), o conceito de objetividade posto em voga consiste basicamente em descrever os fatos tal como aparecem; é, na realidade, abandono consciente das interpretações, ou do diálogo com a realidade, para extrair desta apenas o que se evidencia. A competência profissional passa a medir-se pelo primor da observação exata e minuciosa dos acontecimentos do dia-a-dia. No entanto, ao privilegiar aparência e reordená-las num texto, incluindo algumas e suprimindo outras, colocando estas primeiro, aquelas depois, o jornalista deixa inevitavelmente interferir fatores subjetivos. A interferência da subjetividade nas escolhas e nas ordenações será tanto maior quanto mais objetivo, ou preso às aparências, o texto pretenda ser.

termos e expressões relacionados com os seres humanos, suas características e qualidades; uso adequado de adjetivos e verbos de ação. Por outro lado, Lustosa (1996) elege quatro elementos considerados essenciais para a produção de um bom texto de notícia, que são: a) objetividade; b) clareza; c) concisão; d) precisão. O que nos chama a atenção, nessas características (elementos) que compõem o gênero, é que o critério de objetividade foi o primeiro a ser enfatizado no capítulo onze da obra *O texto da notícia* (1996).

Lage (2001, p. 20) conceitua a linguagem jornalística como “transnacional”, pois existem técnicas básicas que permeiam os textos em diferentes idiomas e culturas, sendo que tanto em jornais russos quanto nos norte-americanos, franceses e brasileiros, observa-se “a ordenação dos fatos por sua importância, o uso da terceira pessoa, preferência por verbos no pretérito perfeito e a exclusão de adjetivos,” entre outras normas. “As sentenças são construídas, quase sempre, na terceira pessoa, com exceção das citações em discurso direto”. (LAGE, 2005, p. 131). O emprego da terceira pessoa e a opção pelo uso de substantivos, não de adjetivos, mostra a busca pela “objetividade” do texto a fim de evitar que transpareça a subjetividade do redator na notícia.

Entretanto, a objetividade é um dos pontos mais controvertidos e difíceis do jornalismo. Se o discurso de um prefeito, ministro, senador ou deputado for publicado na íntegra, acredita-se que a imprensa estaria divulgando o pronunciamento exato do locutor, sem nenhuma distorção. Entretanto, o locutor realiza escolhas linguísticas que envolve a seleção das formas da língua, de maneira que estas sejam compatíveis com a ideia a ser expressa. Então nos questionamos: estaria o jornalista sendo objetivo e imparcial com essa publicação sendo que faz escolhas na língua? Isso é objetividade na linguagem?

Ao conceber a imparcialidade como um mito, Lustosa (1996, p. 21) explica o seguinte: “a notícia é pois uma versão de um fenômeno social, não a tradução objetiva, imparcial e descomprometida de um fato. Qualquer redator ou relator de um fato é parcial inclusive ao escolher o melhor ângulo para descrevê-lo, como se recomenda as redações”. Dessa forma, depreendemos que no discurso noticioso, os elementos de subjetividade não desaparecem, mas são reduzidos. Para isso, combinam-se métodos de apuração e técnicas de redação e concentra-se o foco do discurso na terceira pessoa (ele) e no uso constante da categoria de pessoa.

Essas regras que compõem a escrita do fazer jornalístico restringem as relações estabelecidas entre o enunciador e a enunciação, pois ao enunciar o conteúdo da notícia (através da escrita) o locutor precisa ser o mais “objetivo” possível para dar credibilidade e

veracidade às informações, sem que para isso haja um “comprometimento” do locutor com relação aos fatos descritos na notícia.

Segundo Lustosa (1996), notícia é informação, a qual envolve tudo aquilo que desejamos saber a fim de realizar uma avaliação objetiva da realidade, mas acima de tudo é um relato particular de descrição de um fato ou realidade. O texto noticioso, com seu caráter informativo, traz uma realidade fragmentada, ou seja, oferece aos leitores uma informação parcial, pois o jornalista produtor dos enunciados transcreve parte dos fenômenos sociais, impondo sua visão pessoal, dentro das “óbvias” restrições e imposições conferidas pelo veículo de comunicação. A notícia é parte de um fenômeno social, um relato, não sua fiel reprodução, portanto, narração não é o fato em si. A revisão conceitual da notícia nos permite compreender que esse gênero textual tem relação imediata com o mundo dos fatos, porém não se confunde com a realidade, pois cada redator encontra uma maneira de recontar essa realidade.

As notícias jornalísticas se destinam à massa e, por isso, podem ser lidas tanto pelo Presidente da República quanto pelos ministros, senadores, governadores, deputados, prefeitos, vereadores ou pela população em geral. O fato de o jornalismo ter como função preponderante *informar* dá à notícia uma função social. Desse modo, afirmamos que a notícia jornalística possui elevado grau de alcance e significação na sociedade. Por meio desse gênero textual, os fatos sociais são narrados e tornam-se públicos, o que faz com que o enunciatário encontre marcas enunciativas importantes no seu interior no processo de criação do efeito de veracidade.

Essas marcas enunciativas presentes na notícia jornalística nos levam a refletir acerca de diferentes estudos que visam analisar esse gênero. A escolha por uma perspectiva teórica em detrimento de outra mostra-nos um dado importante: não existem abordagens melhores ou piores; há, sim, aquelas que parecem explicar melhor os processos linguísticos (enunciativos) que chamam a nossa atenção enquanto pesquisadores. Há, no cenário acadêmico, estudos teóricos sobre o funcionamento e função da notícia¹². Entretanto, essas perspectivas abordam questões que não julgamos relevantes para essa pesquisa em questão, pois trataremos da manifestação da subjetividade na linguagem, sob o viés de um recorte teórico que justamente

¹² Em *La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información*, Van Dijk (1990) traz uma nova teoria interdisciplinar da notícia na imprensa, argumentando que os meios de comunicação de massa tem dado pouca atenção a seu objeto central de estudo: as mensagens que compõem o meio jornalístico. Em oposição a teorias que estudam a notícia como forma de discurso público, observando-se dimensões econômicas, sociais e culturais, seus estudos enfatizam a importância de uma análise estrutural explícita da notícia.

trata do conceito de *subjetividade* de maneira singular: a Teoria da Enunciação de Benveniste (2005).

No próximo capítulo, apresentamos a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste (2005), no intuito de estudar a notícia jornalística nessa perspectiva benvenistiana, enfatizando, assim, a fundamentação teórica que embasará a análise dessa pesquisa.

3 TEORIA DA ENUNCIACÃO: UMA POSSIBILIDADE DE ESTUDO DA NOTÍCIA

Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem. (BENVENISTE, 2005c, p. 285).

Há diferentes maneiras de ver a linguagem e de conceber os fatos linguísticos. Muitas são as abordagens¹³ dadas à notícia jornalística, entretanto cumpre registrar que mesmo reconhecendo a importância das diferentes perspectivas teóricas que tem como objeto discursivo esse gênero textual, nesta pesquisa nos dedicaremos a analisar a presença da categoria de pessoa em textos do gênero notícia, observando a constituição da subjetividade na linguagem, na perspectiva da Teoria da Enunciação, de Émile Benveniste (2005), pois acreditamos que essa teoria traz perspectivas de análise acerca da linguagem, através do reconhecimento de um sujeito único que enuncia, evidenciando a presença do homem na língua.

Nas obras *Problemas de linguística geral I* (2005) e *Problemas de linguística geral II* (2006), de Émile Benveniste, contamos com os princípios teóricos que regem o estudo na perspectiva enunciativa. É com base nesses princípios que desenvolveremos a fundamentação teórica dessa pesquisa. Nesse sentido, apresenta-se, na seção seguinte, a Teoria da Enunciação, a qual norteará a análise do corpus de pesquisa neste trabalho.

3.1 Estudos enunciativos: a perspectiva enunciativa de estudos da linguagem

Nesta seção enfocamos as teorias enunciativas, a fim de apresentar uma breve interpretação daquelas que são consideradas primordiais aos estudos da linguagem. Para iniciarmos as discussões que serão aqui apresentadas, buscamos em Flores e Teixeira (2008) o suporte necessário a fim de organizarmos, cronologicamente, os diferentes autores que

¹³ Há diferentes perspectivas teóricas que visam analisar os efeitos de sentido produzidos por diferentes gêneros textuais. Como exemplo podemos citar os estudos de autores da Linguística Textual, Análise do Discurso, Sociolinguística e Semântica Argumentativa. São eles: Van Dijk (1990), Fávero e Koch (1994), Orlandi (2006), Tarallo (2007), Mollica e Braga (2003), Ducrot (1987), entre outros.

compuseram a *linguística da enunciação*, dos quais são principais representantes: Charles Bally, Roman Jakobson, Émile Benveniste, Mikhail Bakhtin, Oswald Ducrot e Jacqueline Authier-Revuz. Dessa forma, destacaremos as contribuições dessas abordagens para o estabelecimento de um pensamento sobre a enunciação na linguagem.

Como este trabalho pretende ser um estudo enunciativo do gênero notícia, elegemos uma teoria que privilegia a *subjetividade na linguagem* através do reconhecimento da presença do sujeito na instância discursiva: a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste. Antes, porém, de nos atermos à perspectiva benvenistiana, faremos uma breve contextualização das principais teorias que compõem a linguística da enunciação, a fim de situarmos melhor esse autor e compreendermos sua importância dentre os estudos enunciativos.

A *apresentação* da revista Letras de Hoje, intitulada “a enunciação em perspectiva”, cuja publicação ocorreu em março de 2009, nos remete à ideia da existência de diversas teorias que envolvem o campo enunciativo: “a Linguística da Enunciação, assim denominada por Flores e Teixeira, desenvolvida especialmente na França, compreende várias teorias, surgidas em diferentes momentos [...]”. (BARBISAN; FLORES, 2009, p. 05). Essas abordagens apresentam como características em comum diferentes interpretações do pensamento de Saussure (2003)¹⁴ ao tratar de uma linguística da fala. Dentre os princípios que nos permitem atribuir parentesco entre os diversos estudos enunciativos, podemos destacar o vínculo aos conceitos saussureanos de relação entre língua e fala.

Na perspectiva de Saussure (2003), a língua era vista em seus aspectos *formais*, ou seja, um sistema combinatório que enfatizava os aspectos internos e as relações estabelecidas entre eles. O linguista toma como norma de todas as manifestações da linguagem a língua, excluindo a fala e, com ela, a noção de sentido.

Ao fazer uso das palavras de Dillinger, Barbisan e Flores (2009, p.13, grifo do autor) ressaltam:

[...] os formalistas tratam a língua como objeto descontextualizado, enfatizando aspectos internos de seus constituintes e das relações entre eles, mas sem abordar as relações entre os constituintes e seus significados. Nessas perspectivas são comuns afirmações como *a língua é um sistema de sons* ou *a língua é um conjunto de frases* ou ainda *a língua é um sistema de signos...* .

¹⁴ Nesta pesquisa, utilizaremos a edição de 2003 da obra *Curso de linguística geral*. Então, sempre que citarmos Saussure estaremos nos referindo a essa edição especificamente.

A crítica direcionada ao estruturalismo não significa que a linguística da enunciação abriu mão de formalizar seu objeto. A exemplo disso, podemos citar Émile Benveniste (2006b), que é conhecido como um dos maiores linguistas da enunciação e utiliza o termo “formal” no título de um de seus artigos, “*O aparelho formal da enunciação*” (2006b). Flores e Teixeira (2008) remetem-nos à importância de adequação desse termo (formal) ao contexto da obra de Benveniste (2006b), na qual o estudo direciona-se ao sentido de *mecanismos formais de enunciação e/ou da realização do enunciado*, diferentemente do sentido formalista atribuído à gramática gerativa, que tem o estudo da forma linguística como determinante em relação aos aspectos contextuais.

A consideração da relação entre língua e fala direcionou os estudos linguísticos a um novo modo de ver a linguagem: o da linguística da enunciação. Flores e Teixeira (2008) diferenciam teorias da enunciação (no plural) e linguística da enunciação (no singular) sob as seguintes constatações: a) existe uma diversidade que nos permite considerar mais de uma teoria enunciativa; b) há traços comuns entre as abordagens enunciativas.

Mesmo que essas diversas teorias estejam vinculadas aos conceitos saussurianos de relação entre língua e fala, é preciso, no entanto, esclarecermos que não há o objetivo, nem mesmo a possibilidade de unificá-las. Os teóricos aqui abordados resgatam o pensamento de Saussure (2003) para poder dar conta da *significação*, que foi deixada de lado pelo estruturalismo.

Para atingir nossos objetivos iniciais, organizamos este capítulo da seguinte maneira: na seção 3.2, por considerarmos necessária a compreensão dos estudos enunciativos dentro e fora do Brasil, fazemos uma breve apresentação sobre as principais teorias que exerceram (e exercem) influência nos estudos linguísticos, elucidando as contribuições de alguns pesquisadores de linha francesa; na próxima seção, 3.3, situamos a Teoria da Enunciação de Benveniste (2005) em relação às demais teorias que compõem os estudos enunciativos, além de nos referirmos aos conceitos essenciais nessa abordagem teórica: enunciação, pessoa e não-pessoa, sujeito e subjetividade, língua e linguagem; na última seção deste capítulo, 3.4, subdividida em cinco seções, apresentamos os aspectos considerados fundamentais da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, referentes aos principais conceitos dos estudos do linguista, que serão a base para a análise do corpus dessa pesquisa. Para isso, buscamos contribuições nos estudos desenvolvidos por pesquisadores e leitores de Benveniste, a fim de enriquecer a abordagem a ser realizada nesse estudo. São eles: Flores e Teixeira (2008), Normand (2009), Brait (1997), entre outros pesquisadores.

3.2 Linguística da enunciação: contribuições de alguns teóricos de linha francesa

A linguística da enunciação¹⁵, desenvolvida na França a partir da década de 1950, compreende várias teorias surgidas em diferentes momentos, as quais possuem características em comum. Dentre alguns princípios que nos permite atribuir parentesco entre as teorias enunciativas está o seu vínculo aos conceitos saussurianos de *relação* entre *língua* e *fala* e à importância da prioridade da ordem linguística, mas, diferentemente do que se propõe no *Curso de Linguística Geral* (2003), na perspectiva enunciativa, a língua relaciona-se à fala trazendo à tona, para o cenário linguístico, questões relacionadas ao *sentido*. Dessa forma, devido à necessidade de junção entre as noções de língua e fala, surge uma nova forma de pensar a linguagem: a enunciação.

Conforme Flores e Teixeira (2008), muitos estudiosos apresentam duas atitudes quanto ao tratamento enunciativo da linguagem: a) consideram os estudos enunciativos uma mera “fase” da história; b) apropriam-se do aparato metodológico das teorias da enunciação sem incorporar a teoria subjacente a esses modelos. Em princípio, devemos lembrar que a existência de diversas teorias enunciativas não supõe divergências teóricas entre elas, pois todas se preocupam com a presença do sujeito no enunciado e não com o próprio sujeito. As marcas da enunciação no enunciado remetem à instância em que esses enunciados são produzidos, fazendo “surgir” o sujeito da enunciação. Assim, de acordo com Flores e Teixeira (2008), é necessário não ver no sujeito da enunciação uma evidência psicológica.

Nesse momento, apresentaremos alguns dos principais representantes dos estudos enunciativos de linha francesa e, em seguida, atribuiremos destaque aos estudos de Émile Benveniste (2005), o qual embasa nosso estudo enunciativo do gênero notícia. Os autores serão abordados de forma sucinta, ou seja, para que possamos atingir nosso objetivo de traçar um panorama geral dos pesquisadores que compuseram o campo enunciativo, foi inevitável a necessidade de síntese dos estudos e das contribuições teóricas de cada linguista, a fim de contemplar apenas os aspectos primordiais dos principais conceitos que envolvem a enunciação.

Considerado discípulo de Saussure (2003) e conhecido como um dos editores do *Curso de Linguística Geral*, Charles Bally é o primeiro linguista a formular um pensamento

¹⁵ Para a discussão das perspectivas enunciativas que serão abordadas nessa seção, convém esclarecermos que nossa obra básica de leitura foi *Introdução à linguística da enunciação*, de Flores e Teixeira (2008), pois não procedemos à leitura (estudo) dos textos originais dos autores que compuseram os estudos enunciativos.

voltado à enunciação. (FLORES; TEIXEIRA, 2008, p. 15). Criador de uma nova estilística tendo como foco de análise a presença da enunciação no enunciado, desenvolveu a linguística da fala partindo do seguinte pressuposto: “a linguagem é apta para expressar sentimentos e pensamentos, e é próprio da estilística estudar a expressão dos sentimentos”. (FLORES; TEIXEIRA, 2008, p. 16). Bally nos mostra a indispensável presença de um sujeito no enunciado. No entanto, devemos destacar que a preocupação do autor é linguística e não psicológica, pois o objeto da estilística envolve a expressão da fala e não a do pensamento. Bally define com clareza que a língua é a base para todo o discurso.

O interesse de Bally pelos estudos enunciativos está registrado no prefácio do *Curso de Linguística Geral* (2003), no qual ressalta que o *Curso*, devido a sua organização póstuma, não autorizada por Saussure, é incompleto deixando algumas lacunas pela ausência de uma linguística da fala.

Primeiramente interessado por questões de estilística, Bally elabora *Traité de stylistique française*, em 1909, no qual defende uma estilística descritiva em detrimento de uma normativa. Busca uma estilística da língua (linguística) e não apenas da literatura e dos escritores, sendo que a inclusão da fala nas análises linguísticas é uma das grandes contribuições desse linguista. Segundo Flores e Teixeira (2008), o autor parte de um princípio:

[...] a linguagem é apta a expressar sentimentos e pensamentos e é objeto próprio da estilística estudar a expressão dos sentimentos. Isso significa que a estilística deve se preocupar com a presença da enunciação no enunciado e não com o enunciado propriamente dito. (FLORES; TEIXEIRA, 2008, p. 15).

A distinção realizada por Bally (linguística da língua/fala) é importante porque enfatiza que o seu objetivo não é estudar o estilo artístico pessoal, e sim o uso da língua para expressão dos sentimentos, na medida em que a estilística abarca a linguagem como um todo. Essa análise desenvolvida pelo autor opunha-se ao estudo científico das obras literárias, pois seu foco está na abordagem de uma língua viva, em seu uso cotidiano e oral.

Para diferenciar a informação sobre os sentimentos experienciados pelo locutor (marcados pela escolha lexical) daquela que compõe o seu meio linguístico (certas palavras identificadoras do meio no qual são mais frequentes), Bally distingue os *efeitos naturais* e os *efeitos de evocação do meio* ressaltando que em ambos há formas semelhantes de expressão

do pensamento, mas expressividade afetiva distinta. Nesse prisma, vale destacar que seu estudo busca dar conta do caráter coletivo da expressividade linguística através da investigação dos processos linguísticos que envolvem a maneira de expressar-se dos falantes.

De acordo com Flores e Teixeira (2008, p. 17), “sua estilística [de Bally] é inovadora, pois mostra a inadequação do estudo da linguagem baseado em noções como a de ‘certo’ e ‘errado’”. Percebe-se o grande interesse do estudioso pelas questões pedagógicas envolvendo o ensino de língua materna na introdução do *Traité de stylistique française*, no qual Bally mostra o caráter pedagógico da estilística que se insere no terreno das questões de aprendizagem de língua. Diretamente influenciado por Saussure (2003), Bally distingue língua/fala, sincronia/diacronia e paradigma/sintagma, conduzindo essas distinções, como princípios metodológicos, mediante estudos voltados à fonética, ao uso lexical e às construções sintáticas, numa abordagem da língua viva e considerando o uso cotidiano e oral.

Dois conceitos importantes desenvolvidos por Bally são os de *dictum* e *modus*. O primeiro corresponde ao conteúdo proposicional da frase (base da oração; o que é dito); e o *modus* é a atitude do sujeito falante em relação ao conteúdo frasal. Dessa forma, de acordo com o linguista, toda a oração tem essas duas partes: uma que comporta a representação de um conteúdo (*dictum*), e outra (*modus*) que corresponde a sua dimensão enunciativa, ou seja, ao ponto de vista sobre esse conteúdo.

O conceito de Bally para a língua se assemelha à perspectiva de Saussure (2003), mas se amplia já que o primeiro concebe o sujeito falante como a expressão do *eu*. Nesse sentido, ao fazer uso das palavras de Bally, Flores e Teixeira (2008, p. 17) destacam o seguinte excerto:

[...] se a língua é o acervo dos signos e das relações entre os signos, enquanto todos os indivíduos lhe atribuem os mesmos valores, a fala é o funcionamento desses signos e de suas relações para expressar o pensamento individual: é a língua em ação, a língua realizada.

Flores e Teixeira (2008, p. 15) concluem que se a estilística estuda os fatos da expressão do ponto de vista de seu conteúdo afetivo, então a subjetividade está inscrita na língua falada em situações concretas de comunicação. Há, assim, uma teoria da enunciação que vai além da distinção entre *dictum* e *modus*, pois a teoria de Bally distingue a presença do sujeito pelo emprego das categorias gramaticais específicas do sujeito falante. Além disso, a

enunciação de Bally integra ao estudo da língua o contexto linguístico, desenvolvendo temas que comporiam a linguística textual iniciada pela Escola de Praga¹⁶.

O segundo autor a ser apresentado é Roman Jakobson, considerado o linguista da comunicação, conhecido pela pluralidade de seus temas e por mais de seiscentas publicações entre livros e artigos. Os estudos de Jakobson contemplam o folclore, a poesia, a fonologia, a crítica literária, a aquisição da linguagem, as línguas do mundo, a patologia de linguagem, entre outros.

Segundo Dosse (1993, p. 75), “o êxito do estruturalismo na França é, entre outros fatores, o resultado de um encontro particularmente fecundo em 1942, em Nova York, entre Claude Levi-Strauss e Roman Jakobson”. Levi-Strauss adotou o modelo fenomenológico de Jakobson, o qual abriu a linguística para a Antropologia. Jakobson foi influenciado pelo estruturalismo saussuriano devido à leitura do *Curso de Linguística Geral*, em 1920. Porém, o linguista da comunicação distancia-se de Saussure (2003) no que diz respeito à ênfase na funcionalidade do conceito de língua e à divergência entre o conceito de diacronia e sincronia. Jakobson enfatiza a noção de sincronia dinâmica, pois, para ele, Saussure (2003) concebe a língua como sistema (sincrônico) que se opõe ao desenvolvimento histórico (diacronia). Jakobson considera essa noção falsa, visto que não leva em consideração a função do tempo no momento presente da língua, criando uma divisão errônea desvinculada dos processos linguísticos.

Jakobson (1992) teve importante papel na divulgação de estudos, durante o século XX, envolvendo a linguística e a poética. Como exemplo disso, podemos citar a sua participação na criação do *Círculo Linguístico de Moscou*, em 1915; no *Círculo Linguístico de São Petersburgo*, em 1917; e no *Círculo Linguístico de Praga*, em 1926. A importância desses estudos para a linguística da enunciação reside na Teoria das Funções da Linguagem (emotiva, conativa, metalinguística, referencial, fática e poética), na qual o teórico supõe um remetente e um destinatário, que realizam trocas verbais mediante a transmissão de mensagens, relacionadas ao contexto apreensível pelo destinatário segundo códigos que sejam reconhecíveis pelos parceiros da comunicação. No entanto, é com o estudo dos *shifters* que o pesquisador “sistematiza um trabalho enunciativo da linguagem”. (FLORES; TEIXEIRA,

¹⁶ O *Círculo Linguístico de Praga* ou "Escola de Praga" foi um grupo de críticos literários e linguistas estabelecidos na cidade de Praga, parte do múltiplo movimento chamado Formalismo Russo. Foi fundado em 06 de outubro de 1926 com a participação de linguistas como Mathesius, Roman Jakobson e Émile Benveniste. Seus membros desenvolveram métodos de estudos semióticos e de análise estruturalista entre os anos 1928 e 1939. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%ADrculo_Lingu%C3%ADstico_de_Praga>. Acesso em: 10 dez. 2012.

2008, p. 24). Considerado por Jakobson como fenômeno fundamental para a linguística, os *shifters* são símbolos-índices, isto é, elementos do código que remetem à mensagem.

De acordo com Flores et al. (2009, p. 209), podemos definir *shifters* como “categoria linguística caracterizada por articular o que é falado ao evento da fala”. Essa noção é explicada por Jakobson através dos pronomes pessoais: no pronome “eu” há aquilo que remete ao código e aquilo que remete à mensagem. No que diz respeito ao código, o “eu” não pode representar seu objeto, a menos que esteja associado a “ele” por uma regra convencional, em códigos distintos, como por exemplo, “je”, “ego”, “ich”, “I”, das quais o “eu” é um símbolo. Em relação à mensagem, o signo “eu” não pode representar seu objeto se não estiver em uma relação existencial com ele, ou seja, a palavra “eu”, designando o enunciador, estará em relação existencial com a enunciação, na qual exerce a função de índice.

Nas palavras de Flores e Teixeira (2008, p. 22),

Jakobson pode ser considerado um dos primeiros linguistas a pensar sobre as questões da enunciação, porque sua teoria das funções da linguagem e seu trabalho sobre os *shifters* são algumas das primeiras sistematizações que se tem em linguística sobre o lugar do sujeito na língua.

A teoria das funções da linguagem supõe um sujeito capaz de comunicar-se (falar) e de ter diferentes atitudes em relação a diversos aspectos da mensagem. Nesse sentido, reside a influência fenomenológica no trabalho de Jakobson. A teoria das funções da linguagem pode ser considerada um estudo de enunciação em um sentido amplo, pois se encontra subjacente a essa teoria a perspectiva da comunicação e de uma língua como código, que estão ausentes dos estudos enunciativos propriamente ditos. No entanto, não podemos negar a importância de Jakobson como pioneiro na sistematização de um modelo que inclui a atividade de um sujeito falante. Flores et al. (2009, p. 105) definem enunciação (na perspectiva de Jakobson) como “atividade pela qual se manifesta a presença codificada do falante naquilo que é falado”. O caso dos *shifters*, como exemplo dos pronomes pessoais, demonstra a total implicação entre aquele que fala e aquilo que é falado, visto que são os *embreantes* os elementos do código que remetem aos processos de enunciação.

Esse linguista influenciou consideravelmente os estudos linguísticos realizados no Brasil, visto que apresentou noções fundamentais para o estudo dos aspectos fonológicos da

língua portuguesa, a unidade na variedade linguística do português brasileiro, além de fornecer suporte teórico para a análise da poesia e para o estudo da metalinguagem. De acordo com Flores e Teixeira (2008), o pesquisador dialogou com teóricos brasileiros, como Boris Schnaiderman, o qual inseriu os estudos teóricos russos no país na década de 1970.

A maior contribuição de Jakobson (1974) para o ensino da língua portuguesa está no estudo das funções da linguagem. De acordo com Flores e Teixeira (2008), o texto de Jakobson que, no Brasil, melhor apresenta essas funções é *Linguística e poética*. Nele, o autor descreve linguisticamente as funções: emotiva (interjeições como estrato puramente emotivo da linguagem); conativa (expressa no vocativo e no imperativo); referencial (criação de contextos comuns mediante a representação serve para transmitir informações sobre o contexto); fática (trocas linguísticas por meio de formas ritualizadas); metalinguística (glosas como “*não estou compreendendo-que quer dizer?*”); poética (quando a mensagem se volta para si mesma). Segundo Frank (1992), um dos objetivos de Jakobson com esse artigo era argumentar sobre a importância de estudar-se a função poética da linguagem.

Outro importante autor nos estudos ligados à enunciação é Mikhail Bakhtin. A obra de Bakhtin é composta desde trabalhos de semiótica dedicados ao estudo do cinema até estudos sobre a literatura com ênfase em questões estéticas do texto literário. Essa diversidade não sinaliza apenas para uma diferença de abordagens, mas revela um dado importante: o princípio do dialogismo é subjacente a todas as utilizações que se faz da teoria. De acordo com esse princípio, todo discurso é constituído por outros discursos, desencadeando diferentes relações de sentido, sendo que o sujeito (eu) se constitui pelo reconhecimento do outro (tu) numa relação de alteridade. Flores et al. (2009, p. 80), ao conceituarem *dialogismo* na perspectiva bakhtiniana, comentam o seguinte:

[...] A constituição dialógica da linguagem evidencia que todo enunciado, um elo na cadeia da comunicação discursiva, inscrito em um determinado momento sócio-histórico, é povoado de palavras do outro em diferentes graus de presença, o que garante a sua inconclusividade, o inacabamento orgânico.

Essa relação de intersubjetividade revela que o dialogismo está inserido em todo o discurso, constituindo todo o *dizer já dito*. Essa inter-relação caracteriza, portanto, a dinamicidade da linguagem, sua natureza heterogênea e a instauração de diferentes relações de sentido. Nesse prisma, podemos destacar que o diálogo define-se como uma propriedade constitutiva de todo o discurso, pressupondo a comunicação com outros discursos,

independentemente da estrutura dos enunciados. Esse conceito de diálogo, para Bakhtin (2003), vai muito além da interação face a face, pois se trata de um diálogo interno (interação viva entre discursos) que não se limita à forma comunicacional presencial entre os falantes.

Segundo Brait (1997, p. 98), o conceito de dialogismo pode ser determinado tanto como elemento que instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem, quanto pelas relações que se estabelecem entre o “eu” e o “outro” nos processos discursivos. No primeiro caso, o dialogismo diz respeito ao permanente *diálogo*, nem sempre harmonioso, existente entre os diferentes discursos que compõem uma comunidade, uma cultura, uma sociedade. Por outro lado, esse conceito pode ser compreendido pelo viés da polifonia, ou seja, o “eu” se realiza no “nós” pelo caráter polifônico dessa relação exigida pela linguagem.

Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin (2010) discute duas questões consideradas fundamentais na sua teoria que trazem à tona a sua concepção de linguagem, a qual se difere da perspectiva saussuriana: o subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato. No decorrer da obra, Bakhtin (2010) chama a atenção para o que ele considera um dos grandes equívocos do objetivismo abstrato, ou seja, a crença de que é possível estudar a língua sem levar em conta a sua natureza dialógica. Ao delimitar a crítica de Bakhtin (2010) com relação a essa postura teórica, Flores e Teixeira (2008, p. 49) destacam que o pesquisador em questão: a) critica a ideia de língua como um “sistema de normas imutáveis e incontestáveis”, que privilegia a descrição formal, estática e normativa de enunciações monológicas, em detrimento do “contexto de enunciações precisas”; b) nega a possibilidade de construir um sistema sincrônico desligado da evolução da língua, uma vez que, a seu ver, ela está sempre em transformação; c) contesta a concepção de compreensão como ato passivo que exclui previamente e por princípios qualquer réplica ativa.

Ao realizar essas críticas, Bakhtin (2003) evidencia a sua concepção de enunciação como “produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados, mesmo que o interlocutor seja uma virtualidade representativa da comunidade na qual está inserido o locutor [...]”. (FLORES; TEIXEIRA, 2008, p. 49). Assim, o diálogo passa a ser a unidade fundamental da língua, entendido como inerente a todo o processo de comunicação, independente do tipo.

Em sua obra *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*, Brait (1997, p. 99) esclarece o seguinte:

Ao contrário do que admiradores e detratores de Bakhtin tentam enfatizar a partir de leituras datadas e teoricamente comprometidas, às críticas às duas tendências não tem por função demolir a perspectiva dos estudos linguísticos e estilísticos longa e criteriosamente desenvolvidos por essas duas grandes tendências.

Ao criticar o privilégio da descrição formal e a desvinculação da palavra do seu contexto real, Bakhtin (2003) não despreza em nenhum momento a contribuição desses conjuntos de estudos, reconhecendo, como demonstra o conjunto de suas obras, o papel da língua na constituição do universo significante. Nesse ponto, é preciso esclarecer que o linguista tenta uma formalização do seu próprio conceito de linguagem. A proposta desse filósofo é ver a língua dentro de uma realidade enunciativa concreta, servindo aos propósitos comunicacionais do locutor em um determinado contexto.

Para concluirmos esta breve apresentação de Bakhtin (2003), parafraseamos Flores e Teixeira (2008, p. 45), salientando que as ideias do *Círculo* sobre a linguagem trazem elementos que contribuem para o estabelecimento de uma linguística da enunciação, que contempla a questão da intersubjetividade no âmbito dos estudos da linguagem, contendo a indicação de um modelo de análise, na qual tanto os aspectos formais quanto o uso da língua articulam-se no processo de constituição de sentidos no discurso.

Outro importante autor para os estudos enunciativos é Oswald Ducrot (1987). Aluno de Benveniste, foi diretamente influenciado por ele no que tange à filosofia analítica, à vinculação aos estudos da linguagem na perspectiva saussuriana e à enunciação. Ducrot (1987), juntamente com Jean-Claude Anscombre, desenvolve uma teoria estruturalista, em que as noções de signo, de relação e de língua e fala são relevantes para os estudos da linguagem. Segundo esses autores, um linguista não pode contentar-se em indicar, em um primeiro momento, o valor informativo das proposições gramaticais, para posteriormente introduzir uma segunda leitura de natureza pragmática. A pragmática deve estar integrada à semântica e não a ela acrescentada.

Em *O dizer e o dito* (1987), Ducrot define sua linha de pesquisa como “pragmática semântica” ou “pragmática linguística”, evidenciando que o foco de seus estudos é a ação humana realizada pela linguagem, ou seja, saber por que é possível servir-se de palavras para exercer uma influência. Dessa forma, Ducrot (1987) esclarece que o importante é o sentido do enunciado, o qual emerge dos efeitos da enunciação. Nas palavras do autor,

Não se trata mais do que se faz quando se fala, mas do que se considera que a fala, segundo o próprio enunciado, faz. Utilizando um enunciado interrogativo, pretende-se obrigar, pela própria fala, a pessoa a quem se dirige a adotar um comportamento particular, o de responder, e, do mesmo modo, pretende-se incitá-lo a agir de um certa maneira, se se recorre a um imperativo, etc. O ponto importante, a meu ver, é que esta incitação para agir ou esta obrigação de responder são *dadas como efeitos da enunciação*. O que generalizei dizendo que todo enunciado traz consigo uma qualificação de sua enunciação, qualificação que constitui para mim o sentido do enunciado. (DUCROT, 1987, p. 163-164).

Os efeitos da enunciação constituem um dado importante a ser observado na perspectiva de Ducrot (1987), pois segundo essa visão todo o enunciado traz consigo uma qualificação da sua enunciação, a qual constitui o sentido do enunciado. Sempre que o locutor se dirige a outros enunciadores, através de suas palavras, estará incitando-os a responder. Esta “obrigatoriedade” de resposta é dada por esse efeito enunciativo inerente ao discurso.

O pensamento de Ducrot (1987) constrói-se tendo como base o princípio de que *a argumentação está na língua*. Faz-se necessário destacarmos dois conceitos importantes no sentido de compreender a inclusão de Ducrot (1987) neste estudo: o primeiro diz respeito à enunciação e o segundo, à subjetividade. Com sua teoria da polifonia, o linguista contrapõe-se à noção de unicidade do sujeito e mostra que o autor de um enunciado não se expressa diretamente, ou seja, ao falar, põe em cena os locutores e os enunciadores. Dessa forma, o sentido de um enunciado nasce da confrontação de diferentes sujeitos, ou seja, o sentido do enunciado é o resultado das diferentes vozes que nele estão presentes.

Essa breve apresentação feita da teoria de Ducrot (1987) parece-nos apontar para o fato de que, embora algumas noções tenham sido modificadas em cada fase de seus estudos, e até mesmo abandonadas, permanece a hipótese inicial de que a argumentação está na língua. A argumentação, nessa concepção, não está nos fatos, mas é fruto da relação entre o locutor, que apresenta um ponto de vista argumentativo, e seu interlocutor. O locutor deixa suas marcas no discurso, razão por que a teoria de Ducrot (1987) se opõe à noção de unicidade do sujeito no enunciado.

A linguista Jacqueline Authier-Revuz (1998) situa-se nos estudos enunciativos entre os herdeiros do estruturalismo. Assumindo uma posição de “neoestruturalista”, seus estudos relacionam-se aos de Saussure (2003). “A autora atesta sua filiação a Saussure quando reconhece que o ponto de partida de sua pesquisa é *a língua como ordem própria*”. (FLORES; TEIXEIRA, 2008, p. 73). Considerando que a língua é afetada por elementos “exteriores” a ela, Authier-Revuz discorda de que se deixe perder o objeto da linguística por esses elementos.

De acordo com Flores e Teixeira (2008), a teoria enunciativa de Authier-Revuz (1998) filia-se a de Benveniste (2005c) em três aspectos fundamentais: a) a afirmação da propriedade reflexiva da língua, pela qual ela se coloca em posição privilegiada entre os sistemas semióticos; b) o reconhecimento da língua como ordem própria, sem que, por isso, o linguista deva rejeitar o que é da ordem do discurso, que está aí mesmo contido; c) a indicação de que certas formas da língua – como os pronomes pessoais, os tempos verbais, os performativos, os delocutivos – são os sinais, na língua, do que lhe é radicalmente outro.

Authier-Revuz define a enunciação como “campo heterogêneo do conhecimento em que se articulam língua, fala e sujeito”. (FLORES et al., 2009, p. 98). A enunciação, concebida como um campo heterogêneo, põe em jogo o sujeito e sua relação com a língua e com o sentido.

Em seus estudos, Authier-Revuz (1998) dedica-se a identificar, inventariar, classificar e descrever as formas mediante as quais se realiza o desdobramento metaenunciativo próprio da modalização autonímica. A singularidade de sua obra deve-se ao reconhecimento de que o campo da enunciação é dotado de uma heterogeneidade teórica, o que a leva a perceber uma necessidade em recorrer a diferentes abordagens com vistas a melhor descrever os fatos da língua. Dessa forma, a autora busca apoio e abordagens não-linguísticas da heterogeneidade constitutiva, a fim de propor o que chama de heterogeneidade constitutiva do sujeito e do seu discurso: o dialogismo bakhtiniano, psicanálise freudo-lacaniana e a noção de interdiscurso de Michel Pêcheux. Assim, toma o princípio do dialogismo em duas concepções: a do diálogo entre interlocutores e a do diálogo entre discursos. A psicanálise freudo-lacaniana é convocada pela autora, devido à concepção que apresenta de uma “fala fundamentalmente heterogênea” e de um “sujeito dividido”. O que mobiliza a atenção de Authier-Revuz é o fato de a psicanálise mostrar um discurso polifônico atrás da linearidade da emissão por uma única voz, ou seja, o discurso sendo atravessado pelo discurso do *outro*.

Quando se referem aos estudos de Authier-Revuz, Flores e Teixeira (2008) destacam que ela vem atraindo a atenção de estudiosos do discurso, porque sua teoria enunciativa oferece uma descrição linguística que permite surpreender, no fio do discurso, a construção dos objetos discursivos, dos acontecimentos e dos lugares enunciativos.

Assim, com a realização desse percurso por algumas teorias da enunciação, nosso objetivo foi fornecer algumas perspectivas acerca dos estudos enunciativos, como forma de sintetizar as principais ideias dos estudiosos que compõem a linguística da enunciação. Além disso, buscamos esclarecer os princípios que norteiam as pesquisas nessa área. Dessa forma,

pudemos perceber que são muitos os estudos que abordam a enunciação, entretanto acreditamos que Benveniste (2005c) a concebe de um modo singular e único, o que levou a que fosse considerado o “linguista da enunciação”. (FLORES; TEIXEIRA, 2008, p. 29). O destaque atribuído a Benveniste (2005c) deve-se ao reconhecimento desse linguista francês como o intérprete e continuador do pensamento de Saussure (2003), servindo de apoio até hoje aos estudos embasados na concepção saussuriana da língua. Ao submeter a enunciação a um *aparelho formal*, ultrapassou os limites estruturalistas e apresentou um *sujeito* que assume o seu papel dentro da linguagem.

Na *apresentação* da revista *Émile Benveniste: Interfaces Enunciação e Discursos*, Giacomelli e Pires (2006, p. 09-10) comentam o seguinte:

Frente ao estruturalismo generalizante da primeira metade do século 20, que excluía da linguística a fala e, por consequência, questões problemáticas como o sentido, a referência e o sujeito, Benveniste, também estruturalista, mas e principalmente um saussuriano convicto, representa uma mudança, ao não se aliar a redução. Ao propor duas linguísticas – modo semiótico e modo semântico – busca mesmo ultrapassar Saussure na consideração do sentido. Encontra o sujeito da enunciação e, com ele, o espaço para uma nova linguística, que permitiria tratar cientificamente da fala, da enunciação, do discurso.

Benveniste (2006b) divulgou e ampliou o legado de Saussure (2003), introduzindo novas proposições e análises que anteriormente eram desconsideradas: a subjetividade, a intersubjetividade e as noções de sentido. Por isso, afirmamos que Benveniste (2006b) permitiu resgatar a partir da perspectiva estruturalista uma linguística voltada à significação.

Dessa forma, dada a importância de Benveniste (2006b) para os estudos enunciativos, a partir desta seção, dedicamo-nos aos estudos desenvolvidos por esse linguista.

3.3 A enunciação na perspectiva de Benveniste

Nesta seção, apresentamos o conceito de enunciação partindo dos estudos desenvolvidos por Émile Benveniste (2006b). Acreditamos ser importante dizer que este linguista é considerado o principal representante do que se convencionou chamar de *Linguística da Enunciação*, principalmente porque há, nos estudos linguísticos, um

reconhecimento de sua filiação epistemológica. Faz-se necessário compreender por que muitos leitores e pesquisadores de Benveniste (2005c) consideram-no o maior linguista do século XX. Com o objetivo de esclarecer essas questões, contextualizamos os estudos desse autor.

Cabe-nos lembrar que o lugar de Benveniste (2006b) é singular no contexto histórico em que as suas reflexões foram produzidas: o apogeu do estruturalismo nas ciências humanas, através dos trabalhos de Louis Hjelmslev¹⁷, cujo princípio desconsiderava a presença do sujeito na linguagem: “no estruturalismo de Hjelmslev não há espaço para aquele que enuncia”. (FLORES; TEIXEIRA, 2008, p. 30). A perspectiva hjelmsleviana trabalhava as estruturas linguísticas do ponto de vista da repetibilidade e, portanto, em oposição ao tratamento enunciativo da linguagem, que, por sua vez, é sensível à irrepetibilidade do *aqui/ agora*. A enunciação foi vista com desconfiança pelos estruturalistas em função do componente contextual que era exigido para que seus fenômenos linguísticos fossem explicados. Acreditava-se que, ao abordá-la, fenômenos extralinguísticos, exteriores ao sistema, viriam à tona, logo, sem pertinência para os estudos estruturais da língua.

Benveniste (2005c) deparou-se com um clima adverso ao propor a inclusão de noções como “subjetividade” aos estudos enunciativos. A inovação do autor envolve a articulação das ideias saussurianas, na medida em que conserva as concepções de estrutura, relação e signo, a uma teoria que trata do “homem na língua”. “Esta é a inovação de seu pensamento: supor sujeito e estrutura articulados”. (FLORES; TEIXEIRA, 2008, p. 30).

Mesmo que Benveniste (2005c) seja um estruturalista, não devemos crer que ele seja apenas um “sucessor” de Ferdinand de Saussure (2003), pois, ao contrário, a Teoria da Enunciação é responsável pela instauração de um novo pensamento acerca da linguagem. O conceito de enunciação é a tentativa mais importante para ultrapassar os limites de uma linguística centrada apenas na “forma”. Com Benveniste (2005c) podemos ver a linguagem assumida por um “sujeito” em situações reais de comunicação.

¹⁷ Louis Hjelmslev: linguista dinamarquês nascido em 1899 e falecido em 1965. Rompeu com o comparativismo histórico seguido pelos linguistas dinamarqueses ao dar primazia ao estudo das línguas em sincronia. Com as obras *On the Foundation of the Language Theory* (1943), *Essais Linguistiques* (1959) e *Le langage* (1963), Hjelmslev ficou fundamentalmente conhecido pela teoria *glossemática*, assentando na explicitação do princípio da teoria do signo proposta por Saussure de que “A língua é forma, não substância”. Hjelmslev reelabora a noção de signo proposta por Saussure que, em lugar de ter dois níveis, forma e substância, passa a ter três: a matéria, a substância e a forma. O trabalho de Hjelmslev foi fundamental para a construção da semiótica moderna. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$louis-hjelmslev](http://www.infopedia.pt/$louis-hjelmslev)>. Acesso em: 20 nov. 2011.

Hoje, os estudos voltados à enunciação conquistaram seu espaço, permitindo-nos ler Benveniste (2005c) num contexto menos adverso. Na tentativa de explicitarmos o motivo que nos levou a definir esse autor para o desenvolvimento deste estudo, uma palavra nos surge à mente: singularidade. O pensamento singular de Benveniste (2005c), que instaura a presença do *homem na língua*, nos possibilita abordar questões que envolvem a linguagem, fundamentais para o nosso trabalho como pesquisadores e educadores. Mas de que linguagem estamos falando? É aquela que é a condição da existência do homem, e, portanto, não pode ser concebida desvinculada da enunciação. Para Benveniste (2006b), “a enunciação é este colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização”. (BENVENISTE, 2006b, p. 82). É através da enunciação que temos a possibilidade de abordar uma topologia da singularidade do pensamento de Benveniste (2005c). Como enfatiza Flores (2005, p. 137, grifo do autor),

A enunciação é um conceito que permite falar de uma topologia da singularidade. Abordar essa singularidade é tocá-la pelo que resiste a estar na repetição, mas que a constitui em cadeia, e isso não se faz sem convocar a língua do outro, sem enunciar. A enunciação tem o estatuto da estrutura, com a vantagem de concebê-la topologicamente como um buraco. É aqui que vejo o início do meu trabalho: o de supor uma linguística que nada mais é do que um ensaio sobre a singularidade do homem na língua e, por ele, poder abordar a fala daqueles que a linguística excluiu para se instituir. Passarei, a partir de hoje, a fazer barulho com o silêncio da linguística.

Entre as teorias que envolvem o campo dos estudos enunciativos, voltadas às relações entre sujeito e linguagem em situações reais de comunicação (linguagem em uso), destacamos a Teoria da Enunciação desenvolvida por Benveniste, por sua singularidade no contexto histórico em que foi produzida: o auge do estruturalismo.

A teoria de Benveniste (2006b), tendo por base a corrente do pensamento estruturalista saussuriano, foi formulada no período de vigência do estruturalismo na Europa; no entanto, Benveniste (2006b) “ultrapassou”¹⁸ o legado de Saussure (2003), ou seja, continuou as ideias deixadas em aberto pelo teórico. Dessa forma, podemos destacar que são muitas as contribuições da perspectiva benvenistiana, cujas noções de sujeito e sentido na linguagem suscitaram diversas pesquisas na área da enunciação.

¹⁸ Ao usar o termo “ultrapassou” referimo-nos ao fato de Benveniste (2006b) dar continuidade aos estudos de Saussure (1975). Ultrapassar não significa aqui desconsiderar os estudos saussurianos, mas, sim, continuar as ideias em aberto deixadas por esse teórico, não desconhecendo a relevância do pensamento de Saussure (1975) para os estudos linguísticos.

Primeiramente, atribuiremos destaque à intersubjetividade na linguagem. No texto *A forma e o sentido na linguagem* (2006c), contamos com a síntese da perspectiva semântica desenvolvida por Benveniste (2006c), na qual estabelece uma oposição entre os dois níveis de significação: o semiótico e o semântico. Para responder à pergunta “o que é significação”, o autor recorre à noção de signo linguístico, articulando-a com a noção de significação no estudo da língua. Ao utilizar o termo *semiótico* em oposição a *semântico*, Benveniste (2006c) faz uma divisão entre dois domínios linguísticos. O campo do semiótico corresponde à língua na perspectiva saussuriana, sendo o signo sua unidade. Assim, desse prisma, não interessa a relação do signo com as coisas denotadas, nem da língua com o mundo.

O campo *semântico* refere-se ao modo de significação resultante da atividade do locutor que coloca a língua em funcionamento. Nesse sistema dão-se as relações intersubjetivas, que fazem remissão às noções de sujeito e de referência. “Definido como atividade do locutor relativa à língua, pressupõe a presença de alocutário, bem como a instalação de tempo e espaço”. (FLORES, et al., 2009, p. 205). O nível semântico tem como unidade a frase ou enunciado, materialidade que expressa a instauração do locutor na instância discursiva que, para atribuir referência, se insere na língua, apropriando-se do sistema e atualizando signos com os quais configura a frase, com o objetivo de referir uma ideia que expressa tanto a sua atitude enquanto sujeito falante quanto a situação de discurso. Flores e Teixeira (2008, p. 32) explicam que é necessário estabelecer diferenças entre os dois níveis (sintático e semântico) quanto ao tratamento dado à referência:

No semiótico, ela [a referência] está ausente; no semântico, é definidora do sentido porque este se caracteriza pela relação estabelecida entre as ideias expressas sintagmaticamente na frase e a situação de discurso. A conclusão decorrente é que Benveniste, ao propor um nível de significado que engloba referência aos interlocutores, apresenta um modelo de análise da enunciação em que os interlocutores referem e co-referem na atribuição de sentido às palavras.

Essa distinção entre os dois modos de significação possibilita o entendimento da categoria de pessoa e dos conceitos de intersubjetividade e de enunciação, necessários para uma melhor compreensão da teoria de Benveniste.

Em *Estruturas das relações de pessoa no verbo* (2005a), artigo no qual os estudos da linguagem na concepção de Benveniste foram inseridos no âmbito da linguística, o autor diz que uma teoria linguística da pessoa verbal deve ser feita com base na distinção das duas

primeiras pessoas (eu/tu) com relação à terceira (ele), a partir das correlações de *personalidade* e de *subjetividade*. Com relação à categoria de pessoa, podemos dizer que essa se caracteriza pela sua unicidade, inversibilidade e ausência de predicação verbal. No entanto, não basta defini-la apenas em termos de presença ou ausência das marcas de pessoalidade, mas é necessário considerar as correlações de subjetividade. O *eu* é pessoa subjetiva, o *tu* é apenas pessoa: podemos definir o *tu* como pessoa não subjetiva em comparação com a pessoa subjetiva que o *eu* representa; e essas duas se opõem à forma do *ele* que representa a não-pessoa.

No texto *O aparelho formal da enunciação*¹⁹, cuja primeira publicação foi em 1970, Benveniste (2006b) estabelece diferenças entre a linguística das formas e a da enunciação. A primeira refere-se à descrição das regras responsáveis pela organização das línguas do ponto de vista sintático, ou seja, a língua é um objeto estruturado, na qual o linguista deve descrever as regras imanentes a ele. A segunda pressupõe o sistema (formal) e inclui no objeto de estudo a enunciação. Ao definir a enunciação como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006b, p. 82), Benveniste (2006b) explicita o propósito do artigo *O aparelho formal da enunciação*, que é esboçar, no interior da língua, os aspectos formais da enunciação a partir da manifestação individual do locutor. Cada vez que o locutor apropria-se dos recursos linguísticos para produzir um enunciado, organiza-os visando à produção de sentidos. E esse processo linguístico é sempre inédito.

Ao afirmar que a enunciação é um ato individual, Benveniste (2006b) separa ao mesmo tempo o ato, como objeto de estudo da linguística da enunciação, do discurso, que é o produto. O fato de o locutor relacionar-se com a língua com base em determinadas formas linguísticas da enunciação que marcam essa relação, evidencia que enunciar é transformar individualmente a língua em discurso.

Quando o *eu* põe a língua em funcionamento, constrói a si mesmo e o mundo a sua volta. “O primeiro capítulo do gênesis é a metáfora da enunciação, porque a enunciação cria qualquer mundo. Enunciar é criar. ‘Deus disse: Faça-se luz. E a luz fez-se’”. (FIORIN, 2005, p. 42). A enunciação permite que todo o ser instaure um enunciatário bastando que se dirija a ele. Nas palavras de Benveniste (2006b, p. 84),

¹⁹ O conceito de enunciação a partir do *aparelho formal* será mais bem explicitado na seção (3.4) *Alguns conceitos nos estudos de Benveniste: aspectos a serem considerados*.

[...] o ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com a enunciação.

A enunciação, vista desse prisma, é produto de um ato individual de apropriação da língua pelo locutor, que, a partir do aparelho formal da enunciação, produz discurso e instaura um alocutário. Sendo essa alocação, o fator responsável pela instauração do outro no emprego da língua.

Muitos outros aspectos poderiam ser estudados no que diz respeito à enunciação, mas sabemos que é impossível desenvolver todos no tempo previsto para a conclusão desta pesquisa. Dessa forma, o nosso objetivo principal na próxima seção é apresentar os principais conceitos que envolvem os estudos de Benveniste (2005c), tratando especificamente de enunciação, subjetividade, sujeito, intersubjetividade, categoria de pessoa e não-pessoa.

3.4 Alguns conceitos nos estudos de Benveniste: aspectos a serem considerados

Émile Benveniste (2005c), especialista indo-europeu, discípulo de Saussure (2003), é, sem dúvida, um dos mais importantes linguistas nascido no século XX. Isso graças a suas contribuições para o desenvolvimento dos estudos da linguagem, principalmente pela maneira como conduziu suas reflexões que estabeleceram uma ligação indissociável entre a linguagem e o homem. Ao propor duas linguísticas (modo semiótico e modo semântico), o autor ultrapassa a perspectiva saussuriana na consideração de um aspecto que era até então desconsiderado pelos estudos linguísticos: o sentido.

Nesta seção, trataremos uma abordagem sobre os principais conceitos que nortearão esta pesquisa. Assim, abordaremos o conceito de enunciação, a categoria de pessoa como um indicador de subjetividade na língua, a intersubjetividade (eu/tu) como constitutiva da enunciação, a manifestação da não-pessoa *ele* como “aquele de quem se fala”. Para isso, selecionamos os artigos de Benveniste que nos parecem primordiais: *O aparelho formal da enunciação* (2006b); *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (2005a); *Comunicação animal e linguagem humana* (2005b); *Da subjetividade na linguagem* (2005c); *A natureza dos*

pronomes (2005d); *A linguagem e a experiência humana* (2006a). Entretanto, a análise do *corpus* fundamentar-se-á em três textos de Benveniste que tratam da “subjetividade na linguagem” (2005c), da “natureza dos pronomes” (2005d) e da “linguagem e a experiência humana” (2006a).

O objeto do nosso estudo está centrado na *enunciação*, o que implica dizer que nosso foco de análise está no *sentido* das palavras e que o *corpus* é um elemento material que traz manifestações linguísticas, das quais serão analisados *atos linguísticos*.

Na análise enunciativa do gênero notícia, consideraremos as marcas de subjetividade na linguagem – evidenciada pela inserção do sujeito (eu) na instância discursiva, a intersubjetividade (eu/tu) como constitutiva da enunciação e a presença da não-pessoa (ele). Neste estudo, buscaremos através de uma série de *marcas linguísticas*, que remetem ao caráter subjetivo da linguagem, selecionar as marcas indicativas da presença da categoria de pessoa (*eu/tu*); analisar a categoria de pessoa *eu/tu*, a fim evidenciar a subjetividade e a intersubjetividade como fator constitutivo do ato de linguagem; selecionar as “marcas linguísticas” indicativas da presença da não-pessoa no enunciado pela sua particularidade de produzir um sentido de “objetividade”.

A seguir, apresentaremos o conceito de enunciação a partir do texto *O aparelho formal da enunciação* (2006b), no qual Benveniste (2006b) explicita as condições de emprego das formas da língua e caracteriza a enunciação como a colocação da língua em funcionamento através de um ato individual de utilização.

3.4.1 Enunciação: um conceito fundador

Flores et al. (2008) consideram que a definição de enunciação é tomada como norte para o tratamento dos fundamentos da Teoria da Enunciação de Benveniste (2006). Sendo assim, nesta seção, o primeiro texto tomado é *O aparelho formal da enunciação*, de 1970, por sua importância e clareza ao tratar sobre o conceito de enunciação.

Ao iniciar o artigo *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste afirma que “todas as nossas descrições linguísticas consagram um lugar importante ao emprego das formas”. (BENVENISTE, 2006b, p. 81). Nesse momento, faz uma distinção entre as condições de emprego das formas (que dizem respeito a toda descrição da diversidade das estruturas

linguísticas e tem dado lugar a um grande número de modelos) e condições de emprego da língua (como um mecanismo total e constante que afeta a língua inteira).

Partindo da afirmação de que o discurso é produzido cada vez que se fala, Benveniste (2006b) define enunciação como “este colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização”. (BENVENISTE, 2006b, p. 82). Essa expressão “ato individual” apresentada aqui traz à tona a característica principal atribuída a enunciação: a sua singularidade.

O *aparelho formal da enunciação* é um dispositivo que as línguas têm para que possam ser enunciadas. Esse aparelho é a marcação da subjetividade na estrutura da língua. Assim, o aparelho formal da enunciação é fundamento estrutural de uso da língua, o qual justifica o conceito de enunciação como este *colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização*. Cada vez que o locutor se apropria do aparelho formal da língua, enquanto realização individual, enuncia sua posição de locutor instaurando-se como sujeito, produz um uso novo e irrepetível, permitindo a semantização da língua.

Quando Benveniste (2006b) estabelece o conceito de enunciação, define-a no quadro formal de sua realização, explicita a necessidade de termos cuidado com a condição específica da enunciação: “É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto”. (BENVENISTE, 2006b, p. 82). Esse ato envolve o fato de o locutor mobilizar a língua por sua própria conta, sendo que essa relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação.

A partir do momento em que Benveniste (2006b) destaca que a enunciação deve ser considerada como o fato de o locutor tomar a língua como instrumento e, nos caracteres linguísticos que marcam essa relação (sempre que o locutor toma a palavra), afirma que esse processo pode ser estudado de diversos aspectos. Entretanto, elenca três aspectos que constituem diferentes formas de abordagem da enunciação. O primeiro considera a enunciação como a realização vocal da língua. No interior da língua, os sons emitidos e percebidos (fonação) emanam de atos individuais. Os mesmos sons nunca são emitidos da mesma forma para um mesmo sujeito, em função da irrepetibilidade das situações enunciativas.

O segundo aspecto refere-se à conversão individual da língua em discurso, isto é, a semantização da língua, que decorre da passagem do signo, âmbito semiótico, à palavra, âmbito semântico. Aqui analisamos como uma palavra adquire referência no discurso, isto é, como o sentido da palavra se constrói no enunciado.

No terceiro aspecto, Benveniste (2006b) define a enunciação no quadro formal da sua realização. Assim, destaca que antes do locutor apropriar-se da língua e enunciar, adquirindo o estatuto de sujeito, a língua é apenas uma possibilidade.

A fim de realizar o objetivo proposto em *O aparelho formal da enunciação* – tentar definir a enunciação no quadro formal da sua realização – Benveniste (2006b) considera três aspectos: o próprio ato, as situações em que ele se realiza e os instrumentos de sua realização. De acordo com Benveniste (2006b, p. 83-84),

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno.

A enunciação pode definir-se, enquanto realização individual, como um processo de apropriação, que ocorre sempre que o locutor utiliza a língua por meio da sua enunciação, ou seja, o sujeito estabelece relações com as formas da língua, de modo a selecionar aquelas que forem adequadas (compatíveis) com a ideia a ser expressa.

Esse ato individual de apropriação da língua que introduz aquele que fala em sua fala é um dado constitutivo da enunciação. “Ao se apropriar individualmente do aparelho formal da língua, o locutor enuncia sua posição com marcas linguísticas específicas. Como tal, ele implanta o outro, o alocutário, diante de si”. (BARBISAN, 2006, p. 28). Nesse sentido, é importante destacarmos a intersubjetividade já explícita no texto *O aparelho formal da enunciação* (2006b), como a possibilidade da comunicação linguística realizada entre parceiros.

Destacamos os aspectos que configuram uma posição singular de Benveniste (2006): primeiramente, o fato de caracterizar a enunciação como uma alocação, ou seja, postular um alocutário, trazendo para a instância discursiva o interlocutor. Outro aspecto fundamental é o fato de abordar a questão da referência²⁰ no interior do mecanismo da enunciação, isto é, a semantização da língua que envolve a construção do sentido na instância enunciativa.

A referência é parte integrante da enunciação, pois o locutor tem a necessidade de referir pelo discurso. Essa condição de apropriação vista como um ato individual marcado

²⁰ Flores et al. (2009) definem referência como a significação singular e irrepitível da língua cuja interpretação realiza-se a cada instância de discurso contendo um locutor.

pela irrepitibilidade do dizer mobiliza formas linguísticas específicas, as quais vão marcar a subjetividade, a relação intersubjetiva entre os parceiros do diálogo, a posição do locutor em relação ao referente de que fala e em relação a seu ato enunciativo. Benveniste (2006b) faz um inventário dessas formas linguísticas: a) os índices de pessoa (eu/tu) que emergem na e pela enunciação; b) os índices de ostensão (este, aqui, lá, etc), termos que implicam um gesto que aponta para o objeto na instância de enunciação; c) o paradigma inteiro das formas temporais (tempo presente), que fazem parte do momento da enunciação e se determinam em relação a EGO²¹, centro da enunciação; d) as funções sintáticas que se realizam na e pela enunciação na medida em que o enunciador utiliza a língua a fim de influenciar o comportamento do alocutário (a interrogação, a intimação, a asserção, os modos verbais, etc); e) o quadro figurativo da enunciação instaura duas figuras necessárias (*eu* e *o tu*) e caracteriza a acentuação da relação discursiva entre os parceiros da enunciação.

A afirmação feita por Benveniste (2006b) de que toda a enunciação explícita ou implicitamente sempre postula um alocutário mostra a acentuação da relação discursiva com o parceiro como o fator responsável pela enunciação. Por isso, enunciação e intersubjetividade são conceitos inter-relacionados. Conforme Benveniste (2006b, p. 87),

Esta característica [a acentuação da relação discursiva com o parceiro] coloca necessariamente o que se pode denominar o *quadro figurativo* da enunciação. Como forma de discurso, a enunciação coloca duas “figuras” igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do *diálogo*. Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição da enunciação.

O quadro figurativo da enunciação, comumente formalizado em *eu/tu/aqui/agora*, refere-se à língua em uso (ação), sendo que é a acentuação da relação discursiva com o parceiro que estabelece esse quadro enunciativo, pois o locutor enuncia, passando do estatuto de locutor a sujeito e, nessa instância discursiva, instaura um “tu”. Igualmente, esse alocutário toma a palavra tornando-se locutor (sujeito). Essa inter-relação constitutiva da enunciação acontece num determinado tempo (presente) e num determinado espaço. Esse quadro é dado necessariamente com a definição de enunciação à medida que o locutor enuncia através de um ato individual de utilização da língua.

²¹ Fiorin (2012) explica que Benveniste (2006b) usa os termos em latim *ego* (eu), *hic* (aqui) e *nunc* (agora), língua não mais falada, para indicar que o aparelho formal da enunciação existe em todas as línguas e em todas as linguagens.

A abordagem da Teoria da Enunciação considera a definição de enunciação como um ponto de partida e se inicia pelo estudo do *ato individual de utilização da língua*. Esse ato instaura um quadro teórico, através de noções linguísticas relativas ao *ato* e das quais surgem todas as demais noções que constituem esta Teoria: a noção de pessoa (tempo e espaço), locutor, sujeito, subjetividade, intersubjetividade e não-pessoa.

É pelo estudo do *ato* que Benveniste (2006b) esboça, primeiramente, o quadro da enunciação (formalizado em eu/tu/aqui/agora) em oposição ao que se denomina o quadro da língua (constituído pela noção de não-pessoa). Partindo do estudo do *ato* passa-se a analisar a língua em funcionamento. Desse prisma, o quadro da enunciação e o quadro da língua não apresentam uma dicotomia, pois a língua em uso implica consideração à sobreposição desses quadros, pois a enunciação comporta a língua em sua totalidade.

Benveniste (2006b) diz que as categorias linguísticas que compõem a instância da enunciação (pessoa, tempo e espaço) são as responsáveis pela transformação da língua em fala. Além disso, para o linguista francês, o aparelho formal da enunciação é universal, isto é, existe em todas as linguagens.

O *aparelho formal da enunciação*, definido por Flores et al. (2009, p. 48) como “o dispositivo que permite ao locutor transformar a língua em discurso”, sintetiza a teoria enunciativa de Benveniste (2006b) e abre caminho para os estudos do sujeito e do discurso. O conceito de enunciação é a base para os demais conceitos que são abordados nesta pesquisa: categoria de pessoa, sujeito, subjetividade, intersubjetividade e não-pessoa.

A seguir, apresentaremos uma reflexão a respeito da subjetividade na linguagem com ênfase no estatuto do sujeito da enunciação, que se constitui na e pela linguagem. Para isso, tomaremos, inicialmente, o artigo *Da subjetividade na linguagem* (2005c).

3.4.2 A subjetividade na linguagem e o sujeito da enunciação

Benveniste (2005), ao iniciar o artigo *Da subjetividade da linguagem* (2005c), questiona: “Se a linguagem é, como se diz, instrumento de comunicação, a que deve ela essa propriedade?” (BENVENISTE, 2005c, p. 284). Em seguida, discute por que a linguagem não pode ser concebida com uma função instrumental, embora apresente disposições tais que a tornam apta a servir de instrumento: “presta-se a transmitir o que lhe confio – uma ordem,

uma pergunta, um anúncio –, e provoca no interlocutor um comportamento, cada vez, adequado”. (BENVENISTE, 2005c, p. 284). O linguista francês acrescenta que o comportamento da linguagem, sob um aspecto mais técnico, admite uma descrição behaviorista, em termos de estímulo e resposta. Assim, Benveniste (2005c) questiona se não estamos confundindo a linguagem com o discurso, ressaltando que o papel de transmissão desempenhado pela linguagem pode caber a meios não linguísticos (os gestos e as mímicas), sendo que todos esses processos de transmissão apenas imitam o funcionamento da linguagem.

Posteriormente, o linguista diz que comparar a linguagem com um instrumento deve encher-nos de desconfiança, por ser essa uma noção simplista acerca da complexidade da linguagem. Desse prisma, Benveniste (2005c) afirma o seu caráter constitutivo, como a impossibilidade de estabelecer oposição entre ela e o homem:

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem. (BENVENISTE, 2005c, p. 285).

Comparar a linguagem com um instrumento seria pôr em oposição o homem e a natureza. “A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza. São fabricações. A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou”. (BENVENISTE, 2005c, p. 285). Todos os caracteres que compõem a linguagem, como sua natureza simbólica, organização articulada e o fato de que é dotada de conteúdo, torna evidente uma propriedade singular, a qual não admite pensá-la como um instrumento de comunicação. A assimilação da linguagem como um instrumento tende a dissociar do homem uma propriedade que está inerente a ele.

Quando Benveniste (2005c) propõe o discurso como a linguagem posta em ação e necessariamente entre parceiros explica que, nas situações de diálogo, o vaivém da palavra sugere uma troca, como se fosse um “objeto” que trocaríamos e, por isso, parece assumir a função de instrumento. Entretanto, Benveniste (2005c) alerta para o fato de que “para que a palavra assegure a ‘comunicação’, é preciso que esteja habilitada a isso pela linguagem, da qual é apenas a atualização”. (BENVENISTE, 2005c, p. 285). A palavra só adquire existência no enunciado (manifestação da enunciação produzida sempre que a língua é mobilizada pelo locutor), de maneira única e singular, indicando sentido próprio à ideia que é expressa.

A partir da afirmação essencial de que nunca atingimos o homem separado da linguagem, Benveniste (2005c) retoma a questão dos pronomes pessoais e da dêixis, explicando o caráter subjetivo da linguagem. “É na e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’”. (BENVENISTE, 2005c, p. 286). Nesse contexto, vale lembrarmos o fundamento da subjetividade proposta por Benveniste, que é a capacidade de o locutor instaurar-se como sujeito, ou seja, quando a primeira pessoa do discurso toma a palavra.

Quando falamos em sujeito, é conveniente destacar o conceito de locutor, pois esse “indivíduo linguístico cuja existência se marca na língua toda vez que toma a palavra” (FLORES et al., 2009, p. 157), trata-se de uma noção importante na teoria de Benveniste (2005c) porque ela permite formular a noção de sujeito e, através desta, a de subjetividade. Essa passagem de uma noção para outra é bem explícita em *A natureza dos pronomes* (2005d), em que ele afirma que “é identificando-se como pessoa única pronunciando *eu* que cada um dos locutores se coloca como ‘sujeito’”. (BENVENISTE, 2005d, p. 280-281). Ou, também, em *Da subjetividade na linguagem* (2005c): “A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso”. (BENVENISTE, 2005c, p. 286). Em suma, a noção de locutor foi necessária para que Benveniste pudesse desenvolver a noção de sujeito, uma vez que sua teoria dedica-se ao estudo da subjetividade.

Nesse sentido podemos questionar: de que sujeito e de que subjetividade estamos tratando nesse estudo? Estamos falando de um sujeito que constitui o homem na e pela linguagem e não de uma concepção idealista. E a subjetividade é a capacidade do locutor de propor-se como sujeito da enunciação. Tomamos, inicialmente, o ponto de vista apresentado por Flores et al. (2008, p. 35): “Enfim, não subjaz à linguística de Benveniste uma concepção idealista de sujeito porque a sua teoria da enunciação não fala do sujeito em si, mas da representação linguística que a enunciação oferece dele”.

Normand (2009) afirma que o sintagma “sujeito da enunciação” nunca foi empregado na obra de Benveniste (2005c), explicitando a ausência de unanimidade sobre o lugar do sujeito na teoria benvenistiana. Há pesquisadores defensores de uma teoria do sujeito e os que recusam a teoria denominada egocêntrica, mas reconhecem a dimensão dos estudos de Benveniste (2005c) para o campo da enunciação. Desse modo, Flores et al. (2008, p. 77) ressalta que a Teoria da Enunciação de Benveniste (2005c) apoia-se na análise da presença do sujeito na língua, entretanto, o sujeito não se apresenta como figura, como ser do mundo, e

sim como categoria linguística “sujeito que diz e que se diz”. Isso se deve ao fato de que a análise da subjetividade na língua depende de como o sujeito se marca no sistema linguístico.

Nas palavras de Brait (2006, p. 39),

É somente em 1966 e 1974 que os trabalhos sobre a linguística geral são agrupados e permitem observar a coerência e a profundidade com que Benveniste estudou a linguagem, criando uma teoria da enunciação que possibilitou a reintegração do sujeito e da subjetividade nos estudos linguísticos, bem como um considerável avanço em direção aos estudos do discurso.

Embora a teoria de Benveniste (2005c) tenha desempenhado papel importante no que diz respeito aos estudos linguísticos, permaneceu de certa maneira oculta até o final dos anos 60. Nessa época, o *sujeito* era uma categoria que não fazia parte das pesquisas linguísticas. E, hoje, podemos afirmar que a grande importância de Benveniste (2005c) para a Linguística reside, principalmente, no fato de ter inserido, no centro das preocupações acerca dos estudos da linguagem, a questão do sujeito, a partir da sua perspectiva enunciativa.

Com base na leitura dos textos de Benveniste (2005c) e dos estudos desenvolvidos por Normand (2009) e Flores et al. (2008), torna-se evidente que o sujeito, em sentido estrito, não pode ser concebido como objeto de estudo da Linguística da Enunciação. “Vale lembrar que as teorias da enunciação estudam as marcas do sujeito no enunciado e não o próprio sujeito”. (FLORES et. al. 2008, p. 11). Assim, afirmamos que, para este estudo, nos interessa que a Teoria da Enunciação de Benveniste aborda não o sujeito em si, mas, sim, as marcas da enunciação deixadas por ele no enunciado.

O que se propõe com os estudos de Benveniste (2005c) é um sujeito, cujo status se garante pela noção de linguagem, enquanto faculdade de simbolizar, inerente ao homem. Ou seja, o homem é o homem porque existe linguagem.

Podemos evidenciar que a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito no discurso e instaura um *tu*. Flores (2005, p. 130), em seu artigo intitulado *Por que gosto de Benveniste?* afirma:

O sujeito não é uma coisa. Independentemente do lado que se olhe, ele é uma condição formal para que o homem exista, mas para que exista como linguagem, porque opor o homem à linguagem é opô-lo a sua própria natureza. O sujeito é linguagem, e a intersubjetividade é a sua condição.

Essa importância atribuída ao sujeito reside na condição de existência do homem enquanto *ser* capaz de produzir linguagem, por isso, desvincular o homem da linguagem é desconsiderar uma faculdade inerente a sua própria natureza, sendo que a intersubjetividade é condição para que haja a enunciação.

A subjetividade da qual Benveniste (2005c) se refere é a emergência no homem de uma propriedade fundamental da linguagem: enunciar e instaurar-se como sujeito. É *ego* que diz *ego*. Quando Benveniste (2005c) afirma que “única é a condição do homem na linguagem” (BENVENISTE, 2005c, p. 287), evidencia que o homem é homem porque tem linguagem.

Benveniste (2005c) explica que a linguagem é tão marcada pela subjetividade que nos perguntamos se, constituída de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem. Nesse sentido, acrescenta: “Falamos realmente da linguagem e não apenas de línguas particulares”. (BENVENISTE, 2005c, p. 287). Toda a língua possui formas linguísticas que indicam a pessoa. Logo após, o linguista francês mostra que os pronomes escapam ao status de todos os outros signos da linguagem, pois não remetem nem a um conceito nem a um indivíduo. Não há um conceito “eu” que remeta a todos os indivíduos da sociedade, no sentido que há o signo “árvore” ao qual se reduzem todos os usos individuais desse lexema. Assim, o “eu” não denomina nenhuma entidade lexical, e sim faz parte de uma realidade de discurso. Além do pronome, Benveniste (2005c) chama a atenção para a temporalidade humana²² como marca de subjetividade na linguagem. “Em última análise, a temporalidade humana com todo o seu aparato linguístico revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem”. (BENVENISTE, 2005c, p. 289). No entanto, Benveniste (2005c) destaca que os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para revelar as marcas de subjetividade na linguagem.

Ao afirmar que a instauração da subjetividade na linguagem cria a categoria de pessoa, Benveniste (2005c) ilustra (em francês) alguns efeitos da mudança de sentido que o caráter subjetivo da linguagem pode produzir nos enunciados. Para isso, Benveniste (2005c) analisa a natureza da subjetividade ao considerar o sentido produzido pela mudança das pessoas em verbos que denotam um ato individual de alcance social. Como exemplo, o linguista cita, dentre outros, o verbo *jurar* (*jurar*): “A enunciação de *je jure* [eu juro] é o próprio ato que me compromete, não a descrição do ato que eu cumpro”. (BENVENISTE,

²² Mesmo reconhecendo a importância da categoria de tempo como um indicador de subjetividade na linguagem, nesta pesquisa não explicitaremos, na análise do *corpus*, as marcas linguísticas indicativas da temporalidade.

2005c, p. 292). As consequências sociais de um juramento adquirem valor a partir da instância de discurso que o locutor enuncia “eu juro”. Nesse sentido, Benveniste (2005c) esclarece que essa condição de subjetividade não ocorre no sentido do verbo, pois é a enunciação (a subjetividade do discurso) que a torna possível, ou seja, o ato de jurar concretiza-se numa instância de discurso que contém “eu”.

Quando encerra o texto *Da subjetividade na linguagem*, Benveniste (2005c) nos faz refletir sobre muitas noções na linguística (e talvez mesmo na psicologia) que surgirão sob uma ótica diferente se estabelecidas no quadro do discurso, que é a língua posta em ação, assumida por um homem que fala sob a condição de intersubjetividade.

Diante do exposto, inferimos que a subjetividade é marcada pela passagem do locutor a sujeito, e essa passagem manifesta-se na língua através de marcas específicas que pertencem ao campo da categoria de pessoa. Por isso, analisando de um determinado ponto de vista, podemos afirmar que intersubjetividade, linguagem e homem estão relacionados, assim como subjetividade, língua e pessoa.

Na próxima seção, abordaremos a categoria de pessoa como marca de subjetividade na linguagem. Os aspectos desenvolvidos a seguir são relevantes, sobretudo, para a compreensão da noção de pessoa como um indicador de subjetividade.

3.4.3 A categoria de pessoa como marca de subjetividade na linguagem

Estudar a linguagem na perspectiva da enunciação significa analisar a língua em uso, ou seja, em situações reais de discurso. Por isso, deve ser concebida na sua singularidade. Do ponto de vista do quadro enunciativo, o estudo da língua considera como constitutivo do discurso a pessoa, o espaço e o tempo, comumente focalizado em *eu-tu-aqui-agora*, os quais são relativos à língua em ação. Entretanto, para este estudo, tomaremos, especificamente, a categoria de pessoa enquanto marca de subjetividade na linguagem.

Em *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, Benveniste (2005a) afirma que a pessoa e o verbo apresentam um caráter indissociável, seja qual for a língua. Essa afirmação é um dos aspectos da reflexão do linguista sobre as categorias que irão fundamentar a sua teoria

da enunciação. É por meio da noção de pessoa²³ que Benveniste (2005a) introduz, na linguística, a noção de sujeito, que corresponde à enunciação: sempre que *eu* enuncia, instaura um *tu*. *Eu* e *tu* são mutuamente constitutivos, ou seja, a categoria de pessoa é um par linguístico com existência concomitante.

Flores et al. (2008), ao citar Benveniste (2005d), ressaltam que os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para a percepção da subjetividade na linguagem. E essa afirmação reflete o importante lugar ocupado pelos pronomes no estudo da Teoria. “Todas as línguas possuem pronomes e, em todas elas, eles se definem como referindo-se às mesmas categorias de expressão”. (BENVENISTE, 2005d, p. 277). Nesse contexto, Benveniste (2005d) constata que todas as línguas possuem pronomes, que são formas universais.

É como fato de linguagem que Benveniste (2005d) apresenta os pronomes, mostrando que eles não constituem uma classe unitária, pois formam espécies diferentes de acordo com a linguagem e signo linguístico aos quais pertence. O problema dos pronomes gira em torno da língua e da linguagem: “Uns pertencem à sintaxe da língua, outros são características daquilo a que chamaremos as instâncias de discurso” (BENVENISTE, 2005d, p. 277), ou seja, o ato de dizer cada vez único pelo qual a língua é atualizada em fala pelo locutor.

Ao considerar, em primeiro lugar, a situação dos pronomes pessoais, Benveniste (2005d) destaca que não é suficiente distingui-los dos outros pronomes através de uma denominação que os separe. A definição comum dos pronomes pessoais contendo as formas *eu*, *tu*, *ele*, anula justamente a noção de pessoa. Entre a primeira pessoa e um nome referente a uma noção lexical, não há apenas diferenças estruturais, e sim outras que fazem parte do processo da enunciação linguística que ultrapassa a “forma”, levando em consideração a significação no e do discurso.

Na definição clássica dos pronomes encontramos três pessoas: a que fala, a com quem se fala e a de quem se fala. Benveniste (2005d) refutou essa simetria clássica e apresentou a gramática árabe como suporte para uma reflexão sobre a noção de pessoa. Nela, o linguista selecionou as seguintes definições: a primeira pessoa é tomada como “aquela que fala”; a segunda, como “aquela a quem nos dirigimos”, e a terceira, como “aquela que está ausente” (a não-pessoa). Com base nessa perspectiva, o autor opõe a primeira e a segunda pessoa à terceira, pois tanto “eu” quanto “tu” estão implicados na instância discursiva, ao

²³ Segundo Pires e Werner (2006), o estudo da categoria de pessoa realizado por Jakobson no texto *Os articuladores, as categorias verbais e o verbo russo*, em 1957, foi de grande valia para entendermos melhor o estudo pronominal desenvolvido por Benveniste.

passo que “ele” não participa. Desse modo, a não-pessoa “ele” pertence ao nível semiótico (a linguagem como sistema de signos), e a categoria de pessoa “eu/tu” pertence ao semântico (categoria assumida pelo indivíduo no discurso sempre que ele toma a palavra).

Precisamos ter clareza de que a realidade à qual se referem “eu” e “tu” é unicamente uma realidade de discurso. A função dos pronomes está estritamente relacionada à comunicação intersubjetiva, isto é, a inter-relação constitutiva da enunciação que pressupõe o *eu* e o *tu* mutuamente implicados. “É identificando-se como pessoa única pronunciando *eu* que cada um dos locutores se propõe alternadamente como ‘sujeito’. Assim, o emprego tem como condição a situação de discurso e nenhuma outra”. (BENVENISTE, 2005d, p. 280-281). Segundo Fiorin (2005, p. 44), “a categoria de pessoa é essencial para que a linguagem se torne discurso”. Dessa forma, o *eu* se refere ao ato do discurso, no qual a primeira pessoa automaticamente instaura e designa o seu locutor. O fundamento da subjetividade refere-se à língua em funcionamento, pois seu testemunho está no fato de o *eu* enunciar-se.

Benveniste (2005c) atribuiu duas características à categoria de pessoa: a unicidade e a reversibilidade. Na primeira, *eu* e *tu* se renovam a cada situação enunciativa, ou seja, são sempre únicos. A segunda aponta também para o fato de que a situação enunciativa é sempre nova. Por exemplo: Se *tu* toma a palavra, já não é mais *tu*, e sim *eu*. Isso significa que cada vez que uma pessoa do discurso enuncia a relação é refeita e já não é mais a mesma.

Quando falamos no *eu* instauramos a noção de subjetividade. Esse caráter subjetivo, que “é a capacidade do locutor para se propor como sujeito” (2005c, p. 286), manifesta-se através do ato individual de utilização da língua. Por meio dessa compreensão de que o sujeito que enuncia é sempre único, infere-se que a enunciação também o é. O ato enunciativo cria a noção de pessoa que se renova a cada ato comunicativo, instaurando a noção de espaço-tempo da enunciação.

Em *Enunciação e gramática*, Flores et al. (2008, p. 78) questionam: “De onde vem a importância dos pronomes pessoais para a teoria?”. Em seguida, explicam que a importância reside no fato inusitado de que essa classe de palavras escapa aos *status* de todos os outros signos da linguagem, pois *eu* se refere a algo singular, exclusivamente linguístico, pois diz respeito ao ato de discurso individual no qual é pronunciado.

Para que a linguagem se torne discurso, a categoria de pessoa é essencial, pois estabelece o diálogo; assim, o *eu* refere-se ao ato individual do discurso, no qual sempre instaura um locutor. A primeira pessoa existe em oposição à segunda, e é o diálogo que constitui essa categoria porque ela se constrói na reversibilidade dos papéis *eu/tu*. “O fundamento intersubjetivo em que ‘Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que

será na minha alocução um *tu*’ é constitutivo da pessoa em função da inversibilidade”. (FLORES; TEIXEIRA, 2008, p. 33). A noção de intersubjetividade, dada à impossibilidade de dissociar “eu” e “tu”, evidencia que Benveniste (2005c) apresenta a noção de pessoa sob o viés da intersubjetividade.

A manifestação da subjetividade, pelo ato individual de exercício da língua, é individual enquanto manifestação dessa capacidade e dual enquanto ato. A subjetividade depende da inversão de papéis do par “eu e tu”. A inversibilidade assegura a intersubjetividade sem a qual não faz sentido falarmos de categoria de pessoa. Como a noção de subjetividade se instaura pela tomada da palavra, esta noção precede teoricamente a de intersubjetividade, já que a enunciação prevê sempre “eu” e “tu”. Nas palavras de Flores et al. (2008, p. 52),

Mesmo que o estudo da enunciação não se centre no sujeito, num primeiro momento, por força de explicitação teórica, o dizer de *eu* instaura a noção de subjetividade. Teoricamente, a noção de subjetividade é noção necessária e, daí, anterior à noção de intersubjetividade.

Essa precedência teórica que envolve a noção de intersubjetividade é abordada por Flores et al. (1999) em *Linguística e psicanálise*, texto no qual o autor situa em dois momentos a relação entre o par linguístico que constitui a noção de pessoa: no primeiro, o “eu” é transcendente a “tu”, numa relação temporalmente definida. No segundo, tem-se a subjetividade como relação. Primeiramente, a segunda pessoa é apresentada como privada da língua, fator que justifica a descrição da noção de pessoa como par opositivo. Em seguida, a noção de pessoa passa a ser vista como constitutiva da enunciação pela possibilidade de reversibilidade. Isso permite a relação que opõe pessoa/não-pessoa, como categorias linguísticas de natureza diferentes, pois enquanto a categoria de pessoa pertence à instância de discurso, a terceira pessoa (ele) faz parte do nível sintático da língua.

Ao explicitar as noções ligadas ao exercício da língua, Benveniste (2005d) apresenta o termo *signos vazios*. São vazios os signos cuja referência é a situação de enunciação única e irrepetível. Estes se tornam plenos sempre que assumidos por um locutor a cada instância do seu discurso. Segundo Benveniste (2005d), a língua contém signos que possibilitam o uso. É fundamental destacar que essas formas pronominais (antes de adquirirem plenitude), “não remetem à ‘realidade’ nem a posições ‘objetivas’ no espaço ou no tempo, mas à enunciação,

cada vez única que as contém, e reflitam assim o seu próprio emprego”. (BENVENISTE, 2005d, p. 280). Assim, compreende-se que “eu”, fora de uma situação de emprego, não indique ninguém. E a ausência dessa indicação garante a unicidade das pessoas do discurso e a reversibilidade, ou seja, faz parte da comunicação intersubjetiva. O “eu”, em situações de uso, diz respeito àquele que o emprega e a nenhum outro. No momento em que é utilizado pelo “tu” (quando este toma a palavra), promove uma inversão: o que se dizia “eu” agora é “tu”, o que era “tu”, tornou-se “eu”.

Nas palavras de Benveniste (2006a, p. 68-69),

[...] Assim, em toda a língua e a todo momento, aquele que fala se apropria desse *eu*, este *eu* que, no inventário das formas da língua, não é senão um dado lexical semelhante a qualquer outro, mas que, posto em ação no discurso, aí introduz a presença da pessoa sem a qual nenhuma linguagem é possível. Desde que o pronome *eu* aparece num enunciado, evocando- explicitamente ou não- o pronome *tu* para se opor conjuntamente a *ele* uma experiência humana se instaura de novo e revela o instrumento linguístico que a funda.

Os pronomes estão constantemente disponíveis. Quando alguém os escolhe, os assume em seu discurso pronunciando-os. Nesse momento, o pronome “eu” se transforma em um elemento de designação particular e produz a cada vez uma nova pessoa. Essa é a experiência humana, a partir da qual se determina a possibilidade de discurso, pois seria impossível se a cada experiência nova tivéssemos de criar uma expressão distinta para uma determinada pessoa.

A linguagem previne isso através de um signo único e móvel (eu) que pode ser assumido por todo locutor na instância do seu próprio discurso. “Esse signo está, pois, ligado ao *exercício da linguagem* e declara o locutor como tal. É essa propriedade que fundamenta o discurso individual, em que cada locutor assume por sua conta a linguagem inteira”. (BENVENISTE, 2005d, p. 281). Aqui reside a diferença entre a linguagem com o sistema de signos da linguagem assumida por um locutor que se instaura como sujeito. A linguagem assumida como exercício pelo indivíduo torna-se instância de discurso, caracterizada por um sistema de referência interna cujo princípio é “eu”, definindo o indivíduo na sua singularidade sempre que ele enuncia, passando de locutor a sujeito.

Dessa forma, todos os indicadores de subjetividade são signos vazios que se “plenificam” na e pela enunciação, responsáveis pela conversão da língua em discurso e pela subjetividade na linguagem. Flores et al. (2008) explicam que essa noção de signos vazios que

se tornam plenos problematiza as noções de pessoa e de não-pessoa, na medida em que não se pode simplesmente afirmar que “eu” e “tu” correspondem à ideia de vazios e o “ele”, a ideia de plenos. “Essa consideração a *vazios*, ligada ao exercício da língua, desmobiliza qualquer possibilidade de os signos que nelas não se enquadrem serem tomados como ‘plenos’”. (FLORES et al., 2008, p. 62). Ainda que saibamos que os signos relacionados à noção de não-pessoa correspondam a conceitos e, por isso, tenham o estatuto de plenos, sem a marca de unicidade, devemos considerar que, inseridos em uma situação enunciativa, expressando o “mundo” sob a ótica de “eu”, indicam sentido único. Desse modo, a não-pessoa, momentaneamente ausente do discurso para que a noção de pessoa adquira seu devido status, integra-se ao discurso.

A categoria de pessoa “eu” e “tu” pertence ao nível pragmático porque só tem referência na instância discursiva, ao passo que “ele” é visto como substituto abreviativo, por pertencer à sintaxe da língua. Se a tomada da palavra implica a intersubjetividade através da reversibilidade de “eu” e “tu”, faz-se necessário, à luz da Teoria da Enunciação de Benveniste (2005c), refletir não apenas sobre a condição de subjetividade apresentada pela categoria de pessoa, mas também quanto à condição de não-subjetividade expressa por “ele”.

Na próxima seção, refletiremos acerca da não-pessoa (ele) e da sua particularidade em instaurar uma face “objetiva” da língua.

3.4.4 A não-pessoa e a instauração da face “objetiva” da língua

Na Teoria da Enunciação de Benveniste (2005d), há uma distinção entre aquilo que é próprio da enunciação e o que não lhe é inerente. Ou seja, imaginemos que a língua é dividida em duas partes: uma corresponde ao que provém da enunciação (eu/tu/aqui/agora) e todas as correlações que emanam dessas palavras (os indicadores de subjetividade); a outra parte corresponde ao que não pertence ao ato enunciativo. Assim, a noção de pessoa constitui o quadro da enunciação, em oposição à noção de não-pessoa que constitui o quadro da língua.

Flores et al. (2008, p. 57), questiona: “O que leva Benveniste a questionar a legitimidade da forma *ele* como pessoa e a situá-la como *não-pessoa*?”. Em seguida, nos remete ao texto *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (2005a), no qual o linguista analisa

e descreve as pessoas verbais em suas oposições formais, discordando da classificação grega em somente três pessoas verbais alinhadas em uma ordem constante como “eu”, “tu”, “ele”.

Nas duas primeiras pessoas, há ao mesmo tempo uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. *Eu* designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”: dizendo *eu* não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do “eu”; e, ao mesmo tempo, *eu* enuncia algo como predicado de “tu”. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do “eu-tu”; essa forma é assim exceptuada da relação pela qual “eu” e “tu” se especificam. Daí, ser questionável a legitimidade dessa forma como “pessoa”. (BENVENISTE, 2005a, p. 250).

De acordo com Benveniste (2005d), é o ato da enunciação que distingue uma pessoa da outra. Com base no discurso, o autor opõe a *primeira pessoa* e a *segunda* à terceira – eu, tu/ele. *Eu* e *tu* estão implicadas no discurso e a terceira não participa, por isso *ele* é classificado como “não pessoa”.

A terceira pessoa representa o pronome não marcado na correlação de pessoa. São inteiramente diferentes da primeira e da segunda pessoa, tanto pela função quanto pela natureza. Isso é visível em *A natureza dos pronomes* (2005d) quando Benveniste (2005d, p. 277) destaca: “Uns pertencem à sintaxe da língua, outros são característicos daquilo a que chamaremos as ‘instâncias de discurso’”. Por pertencer ao nível sintático da língua, a não-pessoa está submetida à enunciação, pois nunca remete a ela mesma durante o discurso, e sim faz parte de um processo de “não importa o que” ou “não importa quem”, exceto o próprio discurso.

Ao separar os signos pertencentes à sintaxe da língua daqueles que são relativos à instância de discurso, Benveniste (2005d) assinala que esses últimos tem existência linguística apenas quando são assumidos por um locutor. “A forma *eu* só tem existência linguística no ato de palavras que profere”. (BENVENISTE, 2005d, p. 279). A função desses signos é a de promover o diálogo, ou seja, a comunicação intersubjetiva. Com base nesse raciocínio de Benveniste (2005d), Flores e Teixeira (2008) explicam que a dêixis²⁴ se liga à categoria de pessoa, ou seja, ao paradigma do “eu/tu”, enquanto os elementos não-dêiticos pertencem à não-pessoa, ou seja, ao paradigma do “ele”. Essa separação entre os indicadores de subjetividade e os chamados de “terceira pessoa” pode ser esquematizada da seguinte forma:

²⁴ Conforme Flores et.al (2009), dêixis é o mecanismo que relaciona a indicação de um objeto através de uma palavra à instância de discurso que a contém.

<p>Eu/tu – categoria de pessoa –referência dêitica</p> <p>Ele – categoria de não-pessoa – referência não-dêitica</p>
--

Quadro 2: Categoria de pessoa e não-pessoa (tipos de referência).

Fonte: Flores e Teixeira (2008, p. 39).

O que se percebe aqui é que Benveniste (2005d) opõe a esfera subjetiva da língua à esfera objetiva. Nesse caso, temos: a esfera subjetiva da língua e categoria de pessoa e a esfera objetiva que pertence à categoria de não-pessoa. Há uma dupla referência: a objetiva que contempla os signos “plenos” do paradigma do “ele” e a subjetiva que contempla os signos “vazios” (autoreferenciais) do paradigma do “eu/tu”. Para Benveniste (2005d), o mecanismo da dêixis²⁵ está marcado na língua e é colocado em funcionamento cada vez que um sujeito enuncia ao tomar a palavra. Assim, embora os dêiticos possuam um lugar na língua, são categorias vazias e subjetivas, porque só adquirem plenitude na e pela enunciação de “eu”.

A categoria de não-pessoa “ele” tem função apenas de “substituto abreviativo”, ou seja, é empregado para substituir um enunciado ou parte dele. Por isso, não há nada de comum entre a terceira pessoa (não-pessoa) e os indicadores de pessoa. O *ele* pode representar uma infinidade de sujeitos ou nenhum. Já a primeira e a segunda pessoa são sempre únicas e podem inverter-se de acordo com a situação enunciativa (tomada da palavra).

Segundo Benveniste (2005d), a terceira pessoa do discurso apresenta as seguintes características: “pode ser uma infinidade de sujeitos ou nenhum; não designa especificamente nada nem ninguém; ser a única pela qual uma coisa é predicada verbalmente”. (FLORES et al. 2008, p. 60). A não-pessoa encontra-se submetida à enunciação. Na situação de uso da língua, ela é a expressão de sentido relativo a uma ideia que revela a atitude do sujeito em determinadas situações enunciativas. Essas características do “ele” o apontam como distinto do par linguístico “eu-tu”. A não-pessoa jamais será única, não apresenta reversibilidade e é privada da “tomada da palavra” na presente instância de discurso que contém a categoria de pessoa.

²⁵ De acordo com Pires e Werner (2006), Benveniste, em seus textos sobre a dêixis, segue a terminologia de Jakobson, empregando *embrayers*, e denomina os dêiticos por indicadores de subjetividade ou índices da enunciação ou do discurso.

Portanto, para falar de pessoa, será somente em relação às posições “eu” e “tu”. A terceira pessoa é na sua estrutura, a forma não pessoal da flexão verbal, pois serve quando a pessoa não é designada ou nas expressões impessoais como *chove, troveja, neva*.

Ao tratar os pronomes, Benveniste (2005d) apresenta o pronome “ele” como aquele que “em si não designa especificamente nada nem ninguém” (BENVENISTE, 2005a, p. 253), funcionando como substituto abreviativo, com as seguintes propriedades: a) não pertencer à instância de discurso; b) combinar-se com qualquer referência de objeto; c) comportar um número grande de variantes pronominais ou demonstrativas; d) não apresentar compatibilidade com a categoria de tempo e espaço (aqui/agora).

Retomando-se a noção de não-pessoa, com base nas principais características que a difere da noção do quadro enunciativo (eu/tu/aqui/agora), verifica-se que as reflexões de Benveniste (2005d) não se restringem à oposição da palavra “ele” com relação às pessoas do discurso. Percebe-se que o linguista enfatiza que, na língua, há dois campos: a) o da enunciação, caracterizado pela sua unicidade, reversibilidade e pelo irrepetível, relativo à intersubjetividade; b) o da não-pessoa, relativo a tudo o que é língua, mas que não pertence a eu/tu/aqui/agora. Nas palavras de Benveniste (2005d, p. 282), “há enunciados de discurso, que a despeito da sua natureza individual, escapam à condição de pessoa, isto é, remetem não a eles mesmos mas a uma situação ‘objetiva’. É o domínio daquilo a que chamaremos a ‘terceira pessoa’”. Na classe pronominal, dissemos que os chamados de terceira pessoa são totalmente diferentes de “eu” e “tu”, pela sua função e natureza.

Benveniste (2005a) em *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, mostra a divisão entre pessoa subjetiva e pessoa não-subjetiva, ou seja, a correlação de personalidade, que opõe as pessoas “eu” e “tu” à não-pessoa “ele”, e a de subjetividade, que opõe “eu” a “tu” (eu-pessoa subjetiva; tu- pessoa não-subjetiva). Essas correlações marcam definitivamente a diferença entre *eu*, *tu* e *ele*. O par “eu-tu” remete à instância de discurso; “ele” pode remeter a qualquer coisa, exceto o próprio discurso.

O “ele” não faz parte do domínio subjetivo da linguagem, pois instaura a face objetiva da língua. Flores et al. (2008) explicam que a esfera da não-pessoa é relativa à objetividade em dois sentidos: um é dado pela oposição pessoa/não-pessoa, já que “ele” não está relacionado ao discurso; outro, pela sua condição de virtual. No entanto, essa objetividade se desfaz quando a terceira pessoa abandona seu caráter de virtualidade, ao ser atualizada em uma situação enunciativa que contém “eu”. Ao ser empregada, em uma situação de uso, indica um objeto singular, própria a situações enunciativas particulares. Embora não relacionado a “eu-tu”, porque é não-pessoa, expressa sentido próprio a essa

relação. Portanto, no uso da língua, o “ele” expressa um sentido, único porque relativo à enunciação, que comporta eu/tu/aqui/agora.

Para refletirmos sobre as noções de subjetivo e objetivo, relacionadas especificamente às noções de pessoa e não-pessoa, Flores et al. (2008) ressaltam que devemos ter em mente o seguinte: quando Benveniste usa a palavra *objetivo*, ele está tratando de signos. Tomados na mesma acepção dada por Saussure (2003), como a unidade mínima distintiva do sistema da língua. Por isso, afirma-se que é no sistema da língua que Benveniste traça uma linha divisória: há signos que implicam subjetividade, isto é, tem possibilidade de discurso. Benveniste (2005d, p. 278) afirma: “Cada instância de emprego de um nome refere-se a uma noção constante e ‘objetiva’, apta a permanecer virtual ou a atualizar-se num objeto singular, e que permanece sempre idêntica na manifestação que desperta”. Ao lado dos signos indicadores de subjetividade existem outros que, virtualmente, indicam conceito, uma ideia que não tem origem na enunciação enquanto ato único, mas é relativa ao mundo, expressando-se na e pela enunciação. Dessa forma, podemos inferir que a esfera não-subjetiva ou objetiva da língua também tem estatuto linguístico, mas nesse caso, de não-pessoa.

Como vimos na seção *A categoria de pessoa e a revelação da subjetividade na linguagem*, a categoria de pessoa é o fundamento linguístico da intersubjetividade e a sua referência é ao “eu” que enuncia numa determinada instância de discurso que o contém. No entanto, o “ele” jamais participa dessa experiência humana inscrita na linguagem, a qual pressupõe o *eu* e o *outro* mutuamente implicados.

A seguir, enfatizaremos aspectos relevantes sobre a intersubjetividade na linguagem, como a relação constante e necessária a tornar possível a comunicação linguística. Para isso, teremos como foco principal o texto *A linguagem e a experiência humana* (2006a). Nesse artigo, dedicado à categoria de tempo, Benveniste (2006a) retoma a questão da presença da subjetividade e da intersubjetividade na linguagem, consideradas a partir da enunciação.

3.4.5 A experiência humana inscrita na linguagem

Defender a linguagem pelo viés da intersubjetividade significa filiar-se a uma concepção teórica que considera essa linguagem como uma faculdade de simbolizar inerente à condição humana. Sempre que o “eu” enuncia e instaura o seu interlocutor, e o “tu” torna-se

“eu” pelo processo de tomada da palavra, uma experiência humana se instaura e revela que não estamos sozinhos, pois nos constituímos através do diálogo com o outro, envoltos em relações intersubjetivas.

Na década de 50, em “Comunicação animal e linguagem humana”, Benveniste (2005b) retoma a questão do diálogo como uma condição para que exista a linguagem. Ao comparar a sofisticada comunicação das abelhas com a linguagem humana, o linguista evidencia que, mesmo produzindo mensagens, essa forma de linguagem não envolve o diálogo entre sujeitos e, portanto, desvincula-se da enunciação.

Uma diferença capital aparece também na situação em que se dá a comunicação. A mensagem das abelhas não provoca nenhuma resposta do ambiente mas apenas uma certa conduta, que não é uma resposta. Isso significa que as abelhas não conhecem o diálogo, que é a condição da linguagem humana. Falamos com outros que falam, essa é a realidade humana. (BENVENISTE, 2005b, p. 65).

Essas diferenças entre a comunicação humana e a das abelhas ajudam a tomarmos consciência do que realmente caracteriza a linguagem humana: o diálogo, isto é, a intersubjetividade. Enquanto a mensagem das abelhas não provoca reações (respostas) do ambiente, a linguagem humana sempre pressupõe a presença de um interlocutor (tu), bastando que o locutor enuncie adquirindo o estatuto de sujeito.

Agora, focaremos o trabalho que retoma a questão da presença da subjetividade na linguagem. Em *A linguagem e a experiência humana*, Benveniste (2006a) argumenta que as línguas possuem certas categorias de expressão que correspondem a um modelo constante. As formas que fazem parte dessas categorias são registradas nas descrições, mas suas funções não aparecem claramente se estiverem desvinculadas da linguagem e da produção de discurso. Cada língua apresenta formas específicas para manifestar a categoria de pessoa, dependendo da maneira de organização dos sistemas linguísticos. A seguir, o linguista delimita as duas categorias fundamentais do discurso, nas quais vemos “a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem”. (BENVENISTE, 2006a, p. 68). São elas: as categorias de pessoa e tempo²⁶.

²⁶ Nesse estudo, não serão abordadas as categorias de tempo e espaço em termos de análise do *corpus*. Entretanto, julgamos necessário incluir esses conceitos em nossas reflexões porque, conforme assim entendemos, eles são constitutivos da enunciação, fazendo parte do aparelho formal, o qual configura o quadro enunciativo formalizado em *eu/tu/aqui/agora*.

Relembremos que a linguagem está diretamente ligada à intersubjetividade. Assim, a vinculação entre ambas (linguagem/intersubjetividade) é a condição da existência do homem, por isso está inerente a ele. Opor o homem à linguagem é opô-lo à sua própria natureza: “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem”. (BENVENISTE, 2005c, p. 285). O fato de a linguagem estar sempre se referindo ao outro traz essa condição de intersubjetividade, isto é, “inter-relação constitutiva da enunciação que pressupõe o eu e o outro mutuamente implicados”. (FLORES et al., 2009, p. 146). Essa é uma noção pressuposta pela subjetividade, pois sabemos que há pessoa subjetiva porque há pessoa não subjetiva. Podemos dizer que a intersubjetividade complementa a subjetividade, ou seja, uma não existe sem a presença da outra.

O homem se coloca no discurso individualmente enquanto “*eu*” por oposição a “*tu*” e a “*ele*”. Esse comportamento é instintivo para nós, pois “aquele que fala” sempre se refere ao *mesmo* indicador de primeira pessoa. O ato de discurso aparecerá “igual” para aquele que o entende, mas para quem enuncia será sempre novo e único, ainda que repetido várias vezes, porque se realiza a cada instante a inserção “de quem fala” num momento novo no *tempo* e numa situação diferente com circunstâncias de discurso distintas. Benveniste (2006a), ao explicar a oposição existente entre “*eu*”, “*tu*” e “*ele*” como uma experiência humana a partir da qual se determina a possibilidade do discurso, diz o seguinte:

Estes pronomes existem, consignados e ensinados nas gramáticas, ofertados com os outros signos e igualmente disponíveis. Quando alguém os pronuncia, este alguém os assume, e o pronome *eu*, de elemento de um paradigma, se transforma em um elemento de designação única e produz, a cada vez, uma nova pessoa. Esta é a atualização de uma experiência essencial, que não se concebe possa faltar a uma língua. (BENVENISTE, 2006a, p. 69).

Sempre que o locutor “toma a palavra” adquirindo o estatuto de sujeito, o pronome “*eu*” se transforma em um elemento de designação particular e produz a cada vez uma nova pessoa. Esse mesmo “*eu*” muda alternativamente de estado durante a comunicação: “aquele que o entende o relaciona ao outro do qual ele é signo inegável, mas, falando por sua vez, ele assume ‘*eu*’ por sua própria conta”. (BENVENISTE, 2006a, p. 69). Essa é a experiência humana, a partir da qual o diálogo torna-se constitutivo da linguagem, pois seria impossível

nos comunicarmos se a cada enunciação tivéssemos de criar uma expressão distinta para uma determinada pessoa.

Benveniste (2006a) ressalta que a categoria de tempo é reveladora da experiência subjetiva. Nesse contexto, faz uma distinção entre o *tempo crônico* e o *tempo linguístico*. O primeiro refere-se às convenções da sociedade que dispõe os acontecimentos numa sequência cronológica.

[...] São estes pontos de referência que dão a posição objetiva dos acontecimentos, e que definem também a nossa situação em relação a estes acontecimentos. Eles nos informam no sentido próprio onde estamos na vastidão da história, qual o nosso lugar em meio à sucessão infinita dos homens que viveram e das coisas que aconteceram. (BENVENISTE, 2006a, p. 73).

Benveniste (2006a) nos remete ao *tempo linguístico* quando o compara com o *tempo crônico*. O *tempo crônico* é estabelecido a partir de um acontecimento. Dessa forma, os sujeitos podem se situar de maneira objetiva uns em relação aos outros. Afirma esse autor que a cronologia não pode coincidir com a temporalidade vivida, ou seja, com as categorias próprias que regem a experiência humana do tempo: “13 de fevereiro de 1641 é uma data explícita e completa em virtude do sistema, mas que não nos informa em que tempo ela foi enunciada”. (BENVENISTE, 2006a, p. 74). O *tempo linguístico* está estritamente relacionado ao exercício da fala, pois se define e se organiza em função do discurso. Este reside no presente da instância de fala, pois sempre que um locutor se enuncia, fazendo uso desse tempo verbal, estará situando os acontecimentos como contemporâneos da instância de discurso. O locutor estabelece como *presente* o seu discurso devido à forma linguística que ele emprega. Este tempo verbal sempre será reinventado cada vez que o homem fizer uso da palavra, pois será um momento ainda não vivido.

Ao tratar da noção de pessoa apresentada pelos estudos clássicos, Benveniste (2006a) considera que a enunciação – com relação à instauração de espaço/tempo – ocorre sempre e somente no tempo *presente*. “A enunciação instaura *aqui – agora*, o tempo linguístico, cuja singularidade é o fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de se organizar como função do discurso”. (FLORES; TEIXEIRA, 2008, p. 54). O presente de que Benveniste (2006a) fala é diferente do presente gramatical; o emprego deste no discurso indica que há relação entre o ato de dizer e o que é dito. Esse é o que chamamos de presente linguístico. Essas noções de pessoa e de espaço-tempo (*eu-tu-aqui-agora*) são constitutivas da enunciação. Quando a descrevemos dessa maneira, estamos considerando-a

implícita ao ato de conversão da língua em discurso, ou seja, mesmo que o enunciado não apresente a marca de primeira pessoa, ela faz parte do discurso.

A linguagem dispõe de uma única expressão temporal, o *presente*, em que o *passado* e o *futuro* surgem como projeções, a partir do momento da enunciação (são concomitantes ao presente). A enunciação do “*eu*” sempre estabelece a temporalidade do “*tu*”. Por isso, dizemos que o *presente* é o fundamento da intersubjetividade. Por exemplo, quando o “*eu* diz *ontem*, esse *ontem* converte-se compulsoriamente no *ontem* do *tu*. Dessa forma recíproca, *tu*, ao tomar a palavra convertendo-se em *eu*, converte minha demarcação temporal na sua”. (FLORES et al. , 2009, p. 191). A intersubjetividade torna possível a comunicação linguística sempre que *eu* e *tu* assumem a temporalidade um do outro de maneira recíproca, ou seja, a temporalidade do locutor é assumida pelo receptor e vice-versa. Esse processo garante a relação entre aquele que fala e o seu parceiro, através de uma troca constante.

A manifestação da subjetividade é percebida, também, mediante o estudo do *presente* da enunciação, pois nesse momento ocorre a intervenção do enunciador no *espaço* e no *tempo*. “Estudando-se o presente da enunciação, se vê a manifestação de subjetividade, a intervenção do sujeito no espaço e no tempo”. (FLORES, et al., 2008, p. 54). O sujeito, ao expressar-se, temporaliza os acontecimentos e os organiza no espaço. Na língua em uso, tempo e espaço são relativos à enunciação.

Ao tratar da noção de pessoa, Benveniste (2006a) esclarece que o critério a ser buscado e analisado para o estudo da categoria de pessoa é essencialmente linguístico, pois não se baseia em estruturas de ordem lexical. A enunciação, bem como as relações desta com as categorias de *espaço-tempo*, é que determinam a instância de discurso, marcada pelo *presente* da enunciação sucessivamente renovado a cada ato de utilização da língua.

O presente linguístico aparece como o eixo que rege todas as relações espaciais e temporais, sendo que esse emprego no discurso indica que há uma concomitância entre o presente, passado e futuro, pois há uma relação de sentido entre esses tempos verbais e a instância discursiva. “A enunciação instaura *aqui-agora*, o tempo linguístico [...]”. (FLORES; TEIXEIRA, 2008, p. 54). Esse tempo relacionado ao exercício da língua tem como particularidade o fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, pois se define e se organiza em função do discurso.

Na perspectiva da enunciação, *tempo* e *espaço* (*aqui/agora*) estão relacionados ao uso da língua, veiculados pelo viés da intersubjetividade (relações entre *eu* e *tu*- constitutivas da enunciação). “O sujeito é que dispõe espaço e tempo [...]”. (FLORES; TEIXEIRA, 2008, p. 54). Quando se expressa, o sujeito temporaliza os acontecimentos e os organiza no espaço.

O estudo do presente da enunciação nos remete, novamente, à manifestação da subjetividade, ou seja, a intervenção do sujeito no *tempo* e no *espaço*. Nesse contexto, podemos evidenciar que “aquele a quem o eu se dirige” assume a temporalidade e espacialidade que são constitutivas do discurso, tornando-se parte de uma situação discursiva e se adequando a esse *tempo* e *espaço*.

O quadro teórico que compõe as noções de *pessoa*, *tempo* e *espaço* é constitutivo da enunciação, ou seja, está implícito ao ato enunciativo; “implícitas ao ato de conversão da língua em discurso” (FLORES; TEIXEIRA, 2008, p. 55), pois mesmo que o enunciado não apresente a primeira pessoa explicitamente, *eu* é subjacente ao enunciado.

O ato enunciativo sempre instaura a noção de espaço (*aqui*) e a noção de tempo (*agora*) da enunciação. “Os tempos verbais cuja forma axial, ‘o presente’, coincide com o momento da enunciação, fazem parte deste aparelho formal necessário”. (BENVENISTE, 2006b, p. 85). As noções de tempo e espaço fazem parte do *aparelho formal*, sem as quais a manifestação da linguagem em atos de discurso não seria possível. A temporalidade é um elemento importante no discurso, pois situa o locutor dentro de uma instância enunciativa. O homem não tem nenhuma outra forma de estabelecer o “*agora*” senão pela inserção do seu discurso no mundo que o cerca.

Retomemos a questão da experiência humana central a partir da qual se determina a possibilidade do discurso. De acordo com Benveniste (2006a), o tempo do discurso funciona como um fator de intersubjetividade:

A intersubjetividade tem assim a sua temporalidade, seus termos, suas dimensões. Por aí se reflete na língua a experiência de uma relação primordial, constante, indefinidamente reversível, entre o falante e seu parceiro. Em última análise, é sempre ao ato de fala no processo de troca que remete a experiência humana inscrita na linguagem. (BENVENISTE, 2006a, p. 80).

Sempre que o locutor enuncia, tornando-se sujeito e instaurando o seu parceiro (tu) na instância discursiva, a experiência de uma relação primordial e constitutiva da enunciação se reflete na língua. Essa condição de intersubjetividade é que possibilita a comunicação linguística.

Mesmo que o ato de fala seja individual, atrelado a uma instância específica e sempre nova, a temporalidade linguística não se realiza num universo individual do locutor como uma experiência subjetiva e impossível de ser compartilhada. Se o “eu” enuncia num determinado

tempo e espaço, do qual faz parte seu interlocutor, algo de muito singular acontece: a temporalidade do meu discurso é aceita sem nenhuma dificuldade como sua por meu interlocutor. “Meu ‘hoje’ se converte em seu ‘hoje’, ainda que ele não o tenha instaurado em seu próprio discurso, e meu ‘ontem’ em seu ‘ontem’”. (BENVENISTE, 2006a, p. 77-78). De maneira recíproca, quando a segunda pessoa enunciar em resposta, o “eu” tornar-se-á receptor convertendo a temporalidade do “tu” na sua. Essa é a condição de inteligibilidade da linguagem: ainda que a temporalidade do locutor pareça inacessível ao receptor, é identificada por ele durante o processo enunciativo que envolve o “eu” e o “tu” enquanto falantes da mesma língua. Assim, afirmamos ser a intersubjetividade a condição para que haja o diálogo, pois é sempre o ato de fala no processo de troca entre os parceiros da comunicação que remete à experiência humana inscrita na linguagem.

Feitas as considerações acerca dos principais conceitos de Benveniste (2005c) que serão a base para efetivarmos a análise do *corpus* de pesquisa, apresentamos no terceiro capítulo os procedimentos metodológicos e as análises enunciativas das notícias, especificamente, do gênero textual de nosso trabalho: a notícia jornalística (de cunho político) extraídas do site oficial do jornal Zero Hora.

4 METODOLOGIA E ANÁLISE

A metodologia deve ser definida como um elemento facilitador da produção de conhecimento, uma ferramenta capaz de auxiliar a entender o processo de busca de respostas e o próprio processo de nos posicionarmos, adequadamente, com perguntas pertinentes. (PRODANOV; FREITAS, 2009, p. 19).

O fazer científico exige que os procedimentos adotados para efetivar a análise sejam explícitos e unívocos. Entretanto, em Linguística da Enunciação, mais especificamente no quadro teórico de Benveniste, não há uma metodologia própria de análise, pois ela se constrói a cada situação de uso da língua. É nessa carência de um método que reside a necessidade de explicitar os aspectos a serem considerados quando o pesquisador precisa realizar uma análise enunciativa da linguagem.

Uma análise enunciativa com base na perspectiva benvenistiana visa à língua e à linguagem, simultaneamente. Benveniste assume um ponto de vista descritivo e explicativo em seus artigos, pois exemplifica os fenômenos linguísticos em estudo, explicitando os mecanismos que possibilitam a ocorrência de tal fenômeno. Assim, estamos diante de uma teoria que dá visibilidade ao processo e ao ato individual de utilização da linguagem, não sendo, portanto, uma abordagem meramente classificatória como outras perspectivas teóricas já propuseram.

Neste capítulo, objetivamos explicitar a metodologia e os procedimentos metodológicos adotados para viabilizar o objetivo proposto na realização deste estudo. Dessa forma, abordamos o que significa olhar para a linguagem numa perspectiva enunciativa, ou seja, observando o *fato enunciativo de linguagem*. Para isso, apresentamos a metodologia, os procedimentos metodológicos de pesquisa, a coleta de dados – o corpus do trabalho, as explicações a respeito de como procedemos às análises realizadas nas três notícias selecionadas e, por fim, algumas considerações sobre o *corpus* deste estudo.

4.1 Procedimentos Metodológicos

Em *Metodologia do trabalho científico*, Prodanov e Freitas (2009) destacam que o método científico é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados com o propósito de atingir o conhecimento. Além disso, enfatizam diferentes métodos de abordagens-bases lógicas da investigação: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico²⁷. A utilização de um ou outro método depende da natureza do objeto que se pretende pesquisar, do nível de abrangência do estudo e, principalmente, da escolha de uma fundamentação teórica.

No planejamento desta pesquisa, principalmente das análises, deparamo-nos com o fato de que realizar um estudo na perspectiva de Benveniste significa estabelecer/definir um método de análise que não tem uma metodologia nem um fenômeno preestabelecido. Nesse sentido, reafirmamos as palavras de Saussure (2003), de que é o ponto de vista que cria o objeto. Dessa forma, cabe ao pesquisador selecionar os fatos linguísticos a serem analisados e, ao contrário de outras pesquisas, em que o objeto são os dados, em estudos enunciativos da linguagem o objeto são, de acordo com Flores et al. (2008), os *fatos*.

O *corpus* de pesquisa compõe-se de três textos jornalísticos (de cunho político), do gênero notícia, extraídos do site oficial do Jornal Zero Hora. A primeira notícia, intitulada “Lula descarta extravagância em reajuste a aposentados”, foi publicada em 14 de junho de 2010. O segundo texto analisado, sob o título “Ex-mulher afirma que José Dirceu está pagando por Lula no caso do mensalão”, foi publicado em 31 de outubro de 2012. A terceira notícia, intitulada “Eduardo Leite afirma que sua prioridade inicial será a área da saúde”, foi publicada em 29 de outubro de 2012. A notícia jornalística foi caracterizada, aqui, como um gênero, no sentido desenvolvido pelas ideias de Bakhtin (2003), Marcuschi (2003), Schneuwly e Dolz (2010).

Esta pesquisa, sob o ponto de vista de seus objetivos, é descritiva pela particularidade de registro e descrição de fatos observados ao longo do estudo, sem que para isso o pesquisador interfira nos *fatos linguísticos* observados no *corpus* de análise. Nas palavras de Prodanov e Freitas (2009, p. 63), “nas pesquisas descritivas, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre

²⁷ PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C; *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

eles, ou seja, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador”.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, ou seja, da maneira pela qual obtivemos os dados necessários para compor este estudo, destaca-se a pesquisa bibliográfica.

Sob o ponto de vista da forma de abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa, pois “preocupa-se mais com o processo do que com o produto”. (PRODANOV; FREITAS, 2009, p. 81). Para Prodanov e Freitas (2009), essa abordagem difere-se do caráter quantitativo, porque não utiliza dados estatísticos no processo de análise do problema, sendo que a interpretação dos fenômenos e a atribuição de sentidos constituem a parte primordial no processo de pesquisa qualitativa.

Retomamos que este estudo tem como objetivo geral analisar a presença da categoria de pessoa em textos do gênero notícia, observando a constituição da subjetividade no discurso. Para isso, elegemos como suporte teórico a Teoria da Enunciação de Benveniste (2005c), mediante a leitura dos artigos que contemplam a questão da *subjetividade na linguagem* (2005c) e a presença do *homem na língua*.

Nesse sentido, este trabalho foi dividido em dois momentos:

1º) Leitura e análise da bibliografia de referência, a fim de buscar maior familiarização com os conceitos de enunciação, subjetividade, intersubjetividade, locutor, sujeito e linguagem, que foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, apreendendo-os.

2º) Seleção e análise dos principais conceitos atrelados à questão da subjetividade na língua.

Posteriormente, realizamos a análise de cada notícia em duas etapas:

1º) Descrição dos elementos textuais da notícia, contextualizando-a (no que diz respeito ao assunto abordado no texto) e apresentando suas características, como o uso da terceira pessoa do discurso (ele), ou seja, a busca pela objetividade.

2º) Análise enunciativa da notícia, considerando a subjetividade na linguagem – evidenciada pela inserção do sujeito (eu) na instância discursiva, a intersubjetividade (eu/tu) como constitutiva da enunciação, a presença da não-pessoa (ele), como “aquele que está ausente”.

Destacamos que nessas etapas, fazemos considerações teóricas, quando necessário e pertinente, a partir dos dois primeiros capítulos desta pesquisa, a fim de estabelecer relações teórico-práticas, observando o uso da língua no gênero selecionado como *corpus* deste estudo.

A análise da notícia fundamentou-se, principalmente, em três artigos de Benveniste (2005c). São eles: “Da subjetividade na linguagem” (2005c), “A natureza dos pronomes” (2005d) e “A linguagem e a experiência humana” (2006a).

Nesse estudo, buscamos através de uma série de *marcas linguísticas* que remetem ao caráter subjetivo da linguagem, realizar o seguinte percurso:

a) no primeiro momento, selecionamos as “marcas linguísticas” indicativas da presença da subjetividade na linguagem (marcas de um outro “eu” que enuncia através das palavras do locutor);

b) no segundo momento, selecionamos as “marcas explícitas” indicativas da presença da categoria de pessoa (*eu/tu*);

c) posteriormente, analisamos a categoria de pessoa *eu/tu*, a fim de evidenciar a subjetividade (inserção do sujeito no ato enunciativo) e a intersubjetividade como fator constitutivo do ato de linguagem;

d) na sequência, selecionamos as “marcas linguísticas” indicativas da presença da não-pessoa no enunciado.

4.2 Seleção e descrição do *corpus*

Para a realização dessa pesquisa, a coleta das três notícias jornalísticas (de cunho político) ocorreu por meio da versão on-line do Jornal Zero Hora do Rio Grande do Sul²⁸, que apresenta o mesmo texto da versão impressa do Jornal. São textos escritos por diferentes jornalistas e que abordam os seguintes temas: a decisão do reajuste aos aposentados (junho de 2010); o escândalo do mensalão (outubro de 2012); as eleições (outubro de 2012). Para a constituição desse *corpus* de análise, procedemos à leitura diária da página política durante os meses de agosto a outubro de 2012. Entretanto, não adotamos um critério cronológico para a coleta das notícias na medida em que selecionamos um texto de junho de 2010 e dois de outubro de 2012. Além disso, não era de nosso interesse esse critério. Optamos por trabalhar

²⁸ O Jornal Zero Hora foi fundado em 1964. Possui atualmente vinte e três cadernos segmentados e cerca de sessenta colunistas. É uma publicação do Grupo RBS, empresa de comunicação multimídia fundada por Maurício Sirotsky Sobrinho, em 1957, em Porto Alegre, filiada à Rede Globo. O Jornal é distribuído nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Disponível em: <http://www.rbs.com.br/responsabilidade_social/guia_etica/Guia_de_Etica_20_11_2008.pdf> Acesso em: 30 dez. 2012.

com a página política do Zero Hora porque acreditamos na relevância que os assuntos políticos têm para a sociedade. Os temas políticos estão sempre vinculados a transformações (mudanças). Um fato que acontece no cenário político implica desdobramentos, exatamente como ocorre por ocasião da eleição de um governante que pressupõe a saída de outro, por exemplo. Além disso, julgamos necessária a discussão da questão da objetividade já que em algumas questões que envolvem o fazer jornalístico (mais especificamente a produção da notícia) estão diretamente presentes a relação jornalista (eu) X leitor (tu) no que diz respeito à opinião de um sujeito sobre determinado assunto, ou seja, a ação do “eu” sobre o “tu”, por meio da linguagem, a fim de “convencê-lo” ou trazer-lhe “certo ponto de vista” e não outro.

Como principal critério de seleção dos textos, observamos a ocorrência da categoria de pessoa (eu/tu) como um indicador de subjetividade e intersubjetividade e da não-pessoa (ele) como fator responsável pela produção de sentido de “objetividade” no discurso.

A escolha desses textos justifica-se pelo fato de que, conforme entendemos, trazem assuntos relevantes sobre o âmbito político-governamental do País, ou seja, a polêmica decisão do reajuste a aposentados durante o período eleitoral que antecedeu a vitória e posse de Dilma Rousseff para a presidência da República, o andamento do julgamento dos políticos envolvidos no escândalo do mensalão e as primeiras mudanças que ocorreriam em Pelotas (RS), depois da posse do novo prefeito eleito em 2012. Além disso, verificaram-se marcas enunciativas reveladoras da subjetividade na linguagem, através da manifestação da categoria de pessoa, juntamente com seus efeitos de sentido produzidos na instância discursiva.

Na análise e interpretação do *corpus*, resgatamos os conceitos que fazem parte da fundamentação teórica dessa pesquisa, desenvolvidos no decorrer do primeiro e do segundo capítulo, centrando-nos nos conceitos abordados por Benveniste (2006b), principalmente no que diz respeito ao conceito de enunciação, à presença da categoria de pessoa como um indicador de subjetividade (e intersubjetividade) na linguagem, à presença da não-pessoa (ele) enquanto recurso linguístico responsável por instaurar a face “objetiva” na língua.

4.3 Principais características do *corpus* de análise

Nesta seção, explicitaremos as principais características do nosso *corpus* de análise: a notícia jornalística. O gênero notícia pertence à ordem do *informar*, pois narra fatos

vinculados à realidade. Por fazer parte de um domínio discursivo²⁹ específico, a notícia caracteriza-se enquanto atividade sociodiscursiva, a qual realiza linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares.

A linguagem jornalística apresenta características próprias que determinam as relações do locutor (jornalista produtor dos enunciados) com o alocutário (*tu*/leitor do jornal) e com a enunciação. Essa relação estabelecida entre o locutor e a enunciação é restringida pelas regras que compõem a escrita do fazer jornalístico, ou seja, ao enunciar o conteúdo da notícia (através da escrita) o locutor precisa ser o mais “objetivo” possível para dar credibilidade e veracidade³⁰ às informações, sem que para isso haja um “comprometimento” do locutor com relação aos fatos descritos na notícia.

O corpus de análise relata fatos sociais relevantes (para uma determinada comunidade discursiva), pois o assunto vinculado nas notícias apresenta temáticas da atualidade. O primeiro texto trata do reajuste salarial dos aposentados. A segunda notícia aborda o andamento do julgamento de políticos envolvidos no escândalo do mensalão. Já a terceira traz informações sobre as propostas de governo do novo prefeito de Pelotas (RS), enquadrando-se na temática que envolve as eleições 2012.

A notícia é um gênero cuja forma composicional apresenta alguns elementos estáveis³¹. No interior de cada empresa jornalística, há normas em manuais de redação e estilo que devem ser seguidas a risca por seus redatores. A respeito disso, Alves Filho (2011, p. 97) comenta: “Esse tipo de funcionamento faz com que as notícias sejam escritas de um modo um tanto impessoal, não podendo o redator deixar marcas de seu estilo pessoal: o estilo que deve prevalecer é o estilo da notícia, conforme concebida em tal empresa, e não o do seu redator”. A estrutura padronizada pode levar os leitores a crer que as notícias são imparciais e objetivas.

Nas três notícias analisadas, percebe-se que a estrutura nem sempre se orienta pelas respostas dadas às perguntas típicas do *lead*: Quem? O quê? Onde? Quando? Como? e Por quê?. Por exemplo: na primeira notícia, *Lula descarta extravagância em reajuste a*

²⁹ Marcuschi (2003) usa a expressão *domínio discursivo* para designar uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana. Esses *domínios* não são textos nem discursos, mas tornam possível o surgimento de discursos específicos. Do ponto de vista desses domínios, a notícia se enquadra no *discurso jornalístico*, já que a atividade jornalística não abrange um gênero em particular, mas dá origem a vários deles. Constituem práticas discursivas dentro das quais um conjunto de gêneros textuais pode ser identificado.

³⁰ Ao longo dessa pesquisa, não abordamos o critério de veracidade, pois ele desvincula-se dos objetivos propostos nesse trabalho.

³¹ Cada esfera da comunicação verbal gera um gênero específico, ou seja, um tipo de enunciado, relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico. Estamos diante de notícias jornalísticas de cunho político, veiculadas pelo mesmo Jornal (Zero Hora). Isso gera uma certa estabilidade a esse gênero.

aposentados, as perguntas “onde?”, “como?” e por quê? não são respondidas, conforme veremos no seguinte quadro:

NOTÍCIA 1	LEAD	PERGUNTAS TÍPICAS E POSSÍVEIS RESPOSTAS
Lula descarta extravagância em reajuste a aposentados	Ao comentar o reajuste aprovado pelo Congresso Nacional, de 7,7% aos aposentados que ganham mais de um salário mínimo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse hoje que não se deixará seduzir por "qualquer extravagância" durante o período eleitoral. O prazo final para sanção ou veto do presidente termina amanhã.	<p>Quem? <i>O presidente Luiz Inácio Lula da Silva.</i></p> <p>O quê? <i>Disse hoje que não se deixará seduzir por "qualquer extravagância" durante o período eleitoral.</i></p> <p>Onde?</p> <p>Quando? <i>Hoje</i></p> <p>Como?</p> <p>Por quê?</p>

Quadro 3: Notícia 1/estrutura composicional do lead

Fonte: Elaborado pela acadêmica

A estrutura das três notícias analisadas³² apresentam manchete, olho³³, lead³⁴, episódio e comentários. A manchete e o lead têm como função resumir o evento para captar a atenção dos leitores para os fatos relevantes que serão abordados na notícia. No episódio, os fatos noticiosos são relatados em mais detalhes, informando os eventos que ocorreram. Os comentários objetivam divulgar como atores sociais envolvidos (direta ou indiretamente) no fato – “mas não o locutor” – avaliam o que aconteceu.

³² Ver seção 4.4 *Análise enunciativa do gênero notícia*.

³³ Olho é uma espécie de pequeno texto-resumo (que pode funcionar como subtítulo), extremamente sintético, cujo papel é desdobrar a informação da manchete. Disponível em: <<http://pibidletrasuea.blogspot.com.br/2011/04/genero-noticia.html>>. Acesso em 01 jan. 2013.

³⁴ De acordo com Lustosa (1996), a expressão inglesa *lead* é originária do verbo to lead, que significa conduzir, orientar, dirigir, guiar.

Não podendo expressar a própria opinião, o locutor seleciona pontos de vista de testemunhas e atores sociais envolvidos nos fatos. “Se os fatos são reorganizados em uma ordem diferente da qual ocorreram, esta transformação pode incluir visões subjetivas e privilégio de uma informação em detrimento de outra”. (ALVES FILHO, 2011, p. 99). A escolha individual no plano sintático ou do vocabulário é uma característica subjetiva.

Os textos analisados definem-se pela sua funcionalidade, destacando-se nas notícias jornalísticas a função preponderante de informar, sendo que sua organização e estilo reflete uma tentativa de objetivação do discurso através do uso da terceira pessoa do discurso (ele), definida, por Benveniste (2005d), como não-pessoa.

O estilo das notícias está indissolavelmente ligado ao enunciado e às formas típicas de enunciados, ou seja, aos gêneros do discurso. Todo enunciado, em qualquer campo da comunicação discursiva, é individual e, por isso, pode refletir a individualidade de quem escreve. Entretanto, nem todos os gêneros estão “autorizados” a tal reflexo da individualidade (subjetividade) do locutor na linguagem do enunciado. Nesse contexto, enquadra-se o critério de objetividade. Conforme as palavras de Fiorin (2012, p. 59), “No texto jornalístico, o que importa é o efeito de sentido de objetividade. Por isso, essa esfera de circulação discursiva é tão ciosa da narrativa em terceira pessoa”. Assim, destacamos que uma das características recorrentes no corpus de análise foi o uso constante da terceira pessoa (ele) e da categoria de pessoa, a qual faz emergir um locutor que se torna sujeito pela tomada da palavra.

Lustosa (1996), ao conceber a imparcialidade como um mito, explica que as notícias delimitam e recortam a realidade a ser enunciada. Por isso, o conteúdo veiculado pelo jornal impresso não seria uma verdade absoluta, e sim a expressão da verdade percebida de um determinado ponto de vista. Como exemplo, podemos citar a segunda notícia “*Ex- mulher afirma que José Dirceu está pagando por Lula no caso do mensalão*”. Aqui temos o relato do julgamento do mensalão, observado de um ângulo específico, ou seja, do ponto de vista daqueles que creem na inocência do réu. Percebe-se esse ponto de vista do enunciadador mediante a seleção de recursos linguísticos utilizados na produção da notícia, como o uso da terceira pessoa (ele) e da inserção da voz de um “eu” que enuncia (ex-mulher de José Dirceu) em defesa do político.

Mesmo dotada de uma importante função social, as notícias analisadas, com seu caráter informativo, trazem uma realidade fragmentada, isto é, oferecem aos leitores uma informação parcial, pois o jornalista produtor dos enunciados transcreve parte dos fenômenos sociais, impondo sua visão pessoal, dentro das restrições impostas pelo fazer jornalístico. A notícia é parte de um fenômeno social e não a tradução da realidade.

A seguir, apresentaremos a análise enunciativa das notícias jornalísticas, tendo como ponto de partida a manifestação subjetividade na linguagem – evidenciada pela inserção do sujeito (eu) na instância discursiva (categoria de pessoa), a intersubjetividade (eu/tu) como constitutiva da enunciação, a presença da não-pessoa (ele), como “aquela que está ausente” da instância de discurso que contém “eu”.

4.4 Análise enunciativa do gênero notícia

Para a realização da leitura e análise do gênero notícia, *corpus* desta pesquisa, foi privilegiado o seguinte aspecto: *definir a enunciação como este colocar a língua em funcionamento através de um ato individual de utilização*. Assim, foram considerados na enunciação o ato mesmo de produzi-la (esse dispositivo que permite ao locutor transformar a língua em discurso através de um ato individual), bem como os elementos linguísticos que marcam a presença do *homem na língua* sempre que o locutor toma a língua como instrumento (passando de locutor a sujeito da enunciação); a situação em que o ato enunciativo se realiza (estabelece a relação entre a enunciação e o mundo/para o locutor há uma necessidade de *referir* através do discurso, instaurando seu alocutário quando se dirige a ele); a produção do sentido no discurso, decorrente das escolhas linguísticas do locutor (no caso desta análise, a busca pela “objetividade” e as marcas de subjetividade); os instrumentos de sua realização (os índices de pessoa).

Dessa forma, realizaremos a análise enunciativa das notícias, considerando a subjetividade na linguagem – evidenciada pela inserção do sujeito (eu) na instância discursiva, a intersubjetividade (eu/tu) como constitutiva da enunciação, a presença da não-pessoa (ele), como “aquele de quem se fala”, observando as etapas descritas, anteriormente, na metodologia deste trabalho.

4.4.1 Análise da notícia 1

Zero Hora - 14/06/2010	
Lula descarta extravagância em reajuste a aposentados	
Presidente disse que já tomou a decisão, mas só irá anunciá-la após reunião com ministros	
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21	<p>Ao comentar o reajuste aprovado pelo Congresso Nacional, de 7,7% aos aposentados que ganham mais de um salário mínimo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse hoje que não se deixará seduzir por "qualquer extravagância" durante o período eleitoral. O prazo final para sanção ou veto do presidente termina amanhã. Lula afirmou que já tomou a decisão, mas só irá anunciá-la após uma reunião com os ministros da Fazenda, Guido Mantega, do Planejamento, Paulo Bernardo, e da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas. Após participar da cerimônia de inauguração do Gasoduto Rio de Janeiro-Belo Horizonte II (Gasbel II), em Queluzito, Minas Gerais, o presidente disse que não pretende "estragnar" sua relação com os aposentados, mas salientou que irá tomar uma decisão pensando no que "for melhor para o Brasil".</p> <p>- Não pensem que eu me deixarei seduzir por qualquer extravagância que alguém queira fazer por causa do processo eleitoral. Minha cabeça não funciona assim. A eleição é uma coisa passageira e o Brasil não jogará fora no século 21 as oportunidades que ele jogou fora no século 20. Enquanto eu for presidente não jogará fora—afirmou.</p> <p>Segundo Lula, o Brasil vive um momento muito bom e todos são "reatores" desse momento.</p> <p>– Precisamos todos trabalhar para que o Brasil continue assim. Eu digo sempre que não é uma conquista do presidente Lula, é uma conquista do povo brasileiro — afirmou.</p> <p>– Acho que esse momento é muito bom e eu não vou estragnar. Todo mundo sabe o carinho que eu tenho pelos aposentados brasileiros, todo mundo sabe a minha relação com os trabalhadores e vou fazer aquilo que eu achar que é melhor para o Brasil.</p>

Quadro 4: Notícia 1, Zero Hora, 14/06/2010.

Fonte: Zero Hora, 14 jun. 2010.

Essa notícia jornalística trata sobre a decisão do Presidente Lula acerca do reajuste salarial dos aposentados, durante o período eleitoral que antecedeu a vitória e posse de Dilma Rousseff a Presidência da República. Uma das primeiras observações em relação a essa produção do gênero notícia é quanto à instauração da subjetividade na instância discursiva³⁵. Percebemos uma constância do entrecruzamento da terceira pessoa (ele/não-pessoa) do discurso com as marcas de subjetividade mediante a presença de outro *eu* que fala através das palavras do jornalista. Essa relação entre o locutor e *outro* sujeito é percebida nos seguintes fragmentos: “o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse hoje que não se deixará seduzir por

³⁵ Para a análise das notícias, não seguiremos a ordem (linear) dos fatos informados no texto, e sim os passos descritos na seção (4.1) *Procedimentos Metodológicos*.

"qualquer extravagância" durante o período eleitoral" (linhas 2 a 4). "[...] o presidente disse que não pretende 'estragar' sua relação com os aposentados, mas salientou que irá tomar uma decisão pensando no que 'for melhor para o Brasil'" (linhas 9 e 10). "Segundo Lula, o Brasil vive um momento muito bom e todos são "reatores" desse momento" (linhas 16 e 17). Ao usar as aspas nos termos "qualquer extravagância", "estragar", "for melhor para o Brasil" e "reatores", o locutor distancia-se da situação discursiva, marcando a existência de um outro *eu* que enuncia na instância de discurso. O uso das aspas comprova a presença da subjetividade na linguagem na medida que indica um *eu* se enunciando por meio delas. Nesses excertos, o locutor nos remete a um discurso, que, segundo a notícia jornalística, foi proferido pelo presidente Lula. Isso significa que essas palavras "não pertencem" ao locutor, e sim à pessoa "de quem se fala".

A partir do terceiro parágrafo da notícia (linha 11) temos o uso do discurso direto, que, nesse caso, marca a mudança na enunciação, pois de acordo com as escolhas linguísticas do locutor, é o próprio Lula que está falando, ou seja, o *eu* se manifesta na instância discursiva. Conforme Fiorin (2005, p. 74), "o discurso direto, em geral, cria um efeito de sentido de realidade, pois dá a impressão de que o narrador³⁶ está apenas repetindo o que disse o interlocutor". Quando se enuncia em discurso direto, o que se pergunta ao locutor é se o interlocutor usou aquelas palavras mesmo. Ao realizar esse questionamento, já se pressupõe que acolhemos como verdade o que o locutor contou delegando voz a um interlocutor.

Nesse contexto, Fiorin (2005, p. 75) ressalta que

[...] mesmo quando se reporta um discurso anterior, o discurso citado pode ser deformado por uma entoação, uma contextualização, uma escolha do fragmento a ser citado, etc. Portanto, ele deve criar um efeito de sentido de realidade, não ser real. Estão englobados por essa função diferentes usos do discurso direto elencados por diversos autores: respeito à "letra" de um enunciado; vontade de não se responsabilizar por um enunciado que se rejeita; desejo de parecer objetivo.

Há alterações de sentido nos enunciados devido à seleção, por parte do locutor, dos fragmentos a serem citados bem como a adequação destes em uma instância discursiva. Por isso, através do uso do discurso direto, cria-se um efeito de sentido de realidade, evidencia-se o distanciamento do produtor dos enunciados (jornalista) com relação ao discurso citado e o desejo de parecer objetivo.

³⁶ Nessa pesquisa, não utilizamos o termo "narrador", pois nos referimos ao locutor (jornalista produtor dos enunciados).

Ao utilizar o discurso direto e a primeira pessoa “eu”, o locutor quer demonstrar que “a pessoa de quem se fala” agora é o sujeito da enunciação. A instauração do sujeito que enuncia a fim de produzir um determinado efeito de sentido está relacionada ao caráter subjetivo da linguagem, pois sempre que o *eu* se manifesta no discurso por um ato individual de utilização da língua instaura sua subjetividade.

Destacam-se alguns fragmentos da notícia que comprovam a presença da categoria de pessoa, pela inserção do *eu* no discurso: “*Não pensem que eu me deixarei seduzir por qualquer extravagância que alguém queira fazer por causa do processo eleitoral [...] [...] Eu digo sempre que não é uma conquista do presidente Lula, é uma conquista do povo brasileiro...*” “*Acho que esse momento é muito bom e eu não vou estragar. Todo mundo sabe o carinho que eu tenho pelos aposentados brasileiros... e vou fazer aquilo que eu achar melhor para o Brasil...*” (linhas 11 a 22). A subjetividade é altamente marcada no discurso, através da constante repetição da primeira pessoa do discurso *eu*. Podemos dizer que pelo ato de apropriar-se da língua, o sujeito transforma a língua em língua-discurso o que mostra o *eu* no uso dessas formas e não de outras.

Ao transcrever diretamente a fala de Lula, no enunciado da notícia, o locutor causa um efeito de veracidade, dando a impressão de que aquele discurso está sendo proferido naquele exato momento pelo próprio Presidente. Por isso, a subjetividade é marcada pela passagem do locutor a sujeito e essa é mostrada na língua mediante marcas específicas que pertencem ao campo da categoria de pessoa.

A inserção do sujeito (*eu*) na língua não é um produto do acaso, pois o locutor, além de ter a necessidade de *referir* pelo discurso, realiza escolhas linguísticas através de processos que envolvem a *apropriação* e a *atualização*. “O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua”. (BENVENISTE, 2006b, p. 83). Assim, antes do jornalista (locutor) enunciar mediante a seleção dos recursos disponibilizados pelo sistema, a língua é apenas uma possibilidade. O ato enunciativo se torna pleno sempre que o locutor assume a língua por sua própria conta, tornando-se sujeito em cada instância do seu discurso. O “eu”, fora da instância de discurso, ou seja, antes de ser atualizado por um locutor, não designa nada nem ninguém.

Ao questionar acerca da importância dos pronomes pessoais para a Teoria da Enunciação de Benveniste, Flores et al. (2008) explicam que a categoria de pessoa escapa aos *status* dos demais signos da linguagem porque “eu” se refere a algo singular, ou seja, exclusivamente linguístico. Diz respeito ao ato de discurso individual no qual é pronunciado.

A observação do *ato* individual de utilização da língua envolve a figura do locutor como elemento necessário da enunciação, que se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição, instaurando nessa apropriação um alocutário, explícito ou implícito na instância discursiva. No caso dessa análise, podemos dizer que o *tu* está implícito porque não participa ativamente dos fatos enunciados na notícia, constituindo-se de todos os leitores do Jornal, objeto material dessa pesquisa.

Por isso, afirmamos que a intersubjetividade é constitutiva da enunciação, ou seja, a noção de pessoa implica uma constituição recíproca: o ato pelo qual “*eu*” se constitui como sujeito, constitui um “*tu*”, ou seja, ambos estão mutuamente implicados através das relações de intersubjetividade, a qual Benveniste (2005c) ressalta como tendo a particularidade de tornar possível a comunicação linguística. Nas palavras de Benveniste (2005c), “É na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de *ego*”. (BENVENISTE, 2005c, p. 286). É importante destacarmos que o locutor faz uso da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário. “Desde o momento em que o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um *aparelho de funções*”. (BENVENISTE, 2006b, p. 86). Por isso, afirmamos que há intencionalidade por parte do locutor (jornalista produtor dos enunciados).

De acordo com Flores e Teixeira (2008, p. 34), “a linguagem é a condição da existência do homem e como tal ela é sempre referida ao outro, ou seja, na linguagem se vê a intersubjetividade como condição da subjetividade”. Na produção de uma notícia, o locutor escreve (enuncia) pressupondo a existência do *outro* (*tu*), assim a Teoria da Enunciação de Benveniste (2005c) tem como fundamento a noção de intersubjetividade, já que é na e pela linguagem que o homem se constitui com o sujeito, e para que isso aconteça, há uma dependência da existência do *tu*. Ao apropriar-se dos recursos linguísticos para produzir uma notícia, o jornalista (locutor) o faz para um público leitor (*tu*).

É importante observarmos que o primeiro parágrafo do texto apresenta como pessoa do discurso predominante o “*ele*” (não-pessoa), pois o locutor fala a respeito do Presidente Lula, inserindo a face “objetiva” da língua: “*Ao comentar o reajuste aprovado pelo Congresso Nacional, de 7,7% aos aposentados que ganham mais de um salário mínimo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse hoje que não se deixará seduzir por “qualquer extravagância” durante o período eleitoral. O prazo final para sanção ou veto do presidente termina amanhã*” (linhas 1 a 4). Quando usa a terceira pessoa, o locutor é o “dono da

palavra”, mas expressa um “sentido de objetividade”, ou seja, evidencia uma maneira “objetiva” de significar.

O locutor, utilizando a terceira pessoa (*ele*) predominantemente, distancia-se automaticamente dos acontecimentos, estabelecendo uma relação não compromissada com os fatos descritos/comentados. Podemos exemplificar com outro trecho da notícia: “*Lula afirmou que já tomou a decisão, mas só irá anunciá-la após uma reunião com os ministros da Fazenda, Guido Mantega, do Planejamento, Paulo Bernardo, e da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas*” (linhas 5 a 7).

Nas palavras de Benveniste (2005c, p. 282), “Há enunciados de discurso, que a despeito da sua natureza individual, escapam à condição de pessoa, remetem não a eles mesmos, mas a uma situação ‘objetiva’. É o domínio daquilo a que chamamos a ‘terceira pessoa’”. Por isso, dissemos que a classe pronominal, os chamados de terceira pessoa, é totalmente diferente de “eu” e “tu”, pela sua função e natureza.

A tentativa de objetivação do discurso ocorre através do uso da não-pessoa (*ele*) na instância discursiva. Esse recurso linguístico demonstra a tentativa do locutor em estabelecer, com o alocutário (*tu/leitor*), a ideia de que, no jornal, são informados apenas fatos verdadeiros e já consumados.

É importante ressaltar que a notícia da página política do Zero Hora é dotada de uma função comunicativa: informar os leitores acerca dos principais fatos que envolvem o âmbito político. Esse texto é uma fonte de conhecimentos, que são ativados e construídos pelas interações sociodiscursivas, dos quais emana um locutor (eu) que enuncia para um público leitor (tu). Através de ações linguístico-discursivas, os sujeitos sociais constroem objetos – de – discurso visando diferentes produções de sentido. Assim, o texto é visto como um lugar de interação entre os sujeitos. Dessa forma, afirmamos que a “objetividade” não faz parte da linguagem, pois o discurso noticioso constitui-se pela “interação entre os sujeitos sociais”. Nessa perspectiva, podemos dizer que o gênero notícia resulta da atividade verbal de indivíduos socialmente atuantes, que se inter-relacionam através de relações intersubjetivas.

Retomemos novamente o seguinte excerto da notícia: “[...] *Eu digo sempre que não é uma conquista do presidente Lula, é uma conquista do povo brasileiro...*” (linhas 18 e 19). Nesse caso, percebe-se que o locutor (ao fazer referência às palavras do Presidente Lula) usa a terceira pessoa (*ele*) no lugar da primeira pessoa (*eu*), para “esvaziar” um indivíduo de sua subjetividade, instaurando-o como um papel social, ou seja, é do Lula no exercício de Presidente da República que estamos falando. Como sabemos, pode-se usar uma pessoa no

lugar de outra para criar certos efeitos de sentido: esse uso tem uma dimensão política, pois não é qualquer pessoa que enuncia, e sim, o Presidente em sua função social.

O locutor encerra a notícia com “as palavras do Presidente Lula”, conforme excerto: *“Acho que esse momento é muito bom e eu não vou estragar. Todo mundo sabe o carinho que eu tenho pelos aposentados brasileiros, todo mundo sabe a minha relação com os trabalhadores e vou fazer aquilo que eu achar que é melhor para o Brasil”* (linhas 20 a 22). A escolha de concluir o discurso noticioso com o dizer do Presidente Lula não revela apenas a instauração da subjetividade na linguagem pela inserção da voz do “eu” na instância discursiva, mas sim o ponto de vista de um sujeito. Quando se começa a verificar a forma de construção da notícia, percebe-se que o jornalista produtor dos enunciados atribui grande valor às palavras do Presidente, tanto que o texto é encerrado com o discurso direto e o uso constante da primeira pessoa do discurso (eu). Fiorin (2005) ressalta que “é preciso notar que a escolha das citações e sua colocação num dado contexto revelam o ponto de vista do narrador³⁷”. (FIORIN, 2005, p. 81). A seleção das citações envolve um processo de apropriação, ou seja, o sujeito estabelece relações com as formas da língua e seleciona aquelas compatíveis com a ideia a ser expressa. Dessa forma, a escolha das citações e sua colocação em um dado contexto revelam o ponto de vista do locutor que fala em uma dada instância de discurso e que, ao enunciar, se autoindica através de marcas específicas da língua, neste caso, a categoria de pessoa.

4.4.2 Análise da notícia 2

Esta notícia, publicada em outubro de 2012, traz informações sobre o julgamento de José Dirceu, um dos políticos envolvidos no escândalo do mensalão.

	Zero Hora- 31/10/2012
	Ex-mulher afirma que José Dirceu está pagando por Lula no caso do mensalão
	Clara Becker critica parlamentares que teriam exigido pagamento para apoiar o governo e diz temer que o ex-marido se mate na prisão

³⁷ Na obra *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*, Fiorin (2005) usa o termo “narrador”.

1	Clara Becker, 71 anos, primeira mulher do ex-ministro José Dirceu e mãe de seu filho
2	mais velho, o deputado federal Zeca Dirceu (PT-PR), falou ao jornal O Estado de São
3	Paulo sobre a condenação do ex-marido. Ela disse duvidar da tese de que o ex-
4	presidente Lula desconhecia o esquema do mensalão e afirmou que Dirceu e outros réus
5	petistas estão sendo sacrificados.
6	— Eles estão pagando pelo Lula. Ou você acha que o Lula não sabia das coisas, se é que
7	houve alguma coisa errada? Eles assumiram os compromissos e estão se sacrificando —
8	indigna-se.
9	Ao falar sobre a participação de José Dirceu no esquema, Clara critica parlamentares
10	que acusa de exigirem pagamento para apoiarem o governo.
11	— Se ele [Dirceu] fez algum pecado, foi pagar para vagabundo que não aceita mudar o
12	país sem ganhar um dinheiro. (...) Se ele pagou, foi pelos projetos do Lula, que mudou o
13	Brasil em 12 anos — diz.
14	Clara afirma que a família já se prepara para o pior: a condenação de Dirceu ao regime
15	fechado por envolvimento com o mensalão. Enquanto o Supremo Tribunal Federal não
16	decide a pena, parentes já cogitam como serão as visitas na cadeia. A refeição da
17	penitenciária é uma das preocupações, pois ele é reconhecido como um sujeito bom de
18	garfo.
19	— Meu medo é que ele se mate na prisão — afirma ela.
20	Casados por apenas quatro anos na época da ditadura militar, ela é amiga próxima do
21	ex-marido há mais de três décadas e tem certeza de que "Dirceu não é ladrão".
22	— Sabe, é muito sofrimento. Uma vez peguei meu filho chorando de preocupação com
23	o pai. E minha neta, Camila, também sente muito.

Quadro 5: Notícia 2, Zero Hora, 31/10/2012.

Fonte: Zero Hora, 31 out. 2012.

Nesse texto, as marcas da enunciação presentes nos enunciados nos permitem reconstruir o ato enunciativo, a fim de observarmos o uso da língua e as marcas de subjetividade neste uso.

A notícia jornalística é informação, na qual o jornalista (locutor) transcreve parte de um fenômeno social. O discurso noticioso envolve fatos que desejamos saber a fim de realizar uma avaliação “objetiva” da realidade. No entanto, o gênero notícia é um relato particular de descrição de um fato ou realidade. Se cada jornalista reconta a realidade de forma particular, estamos diante de um relato subjetivo de alguém que conta algo.

O fazer jornalístico apresenta características que determinam as relações do locutor (neste caso o jornalista) com a enunciação. O locutor possui competência discursiva que envolve a utilização da norma linguística adequada, os modos de citação do discurso alheio, o uso da terceira pessoa (ele) a fim de produzir sentido (s) de “objetividade”. As regras que compõem a escrita do Jornal (neste caso o Zero Hora) restringem o ponto de vista de quem enuncia através de algumas estratégias discursivas que denunciam, particularmente, as marcas de subjetividade. É possível observar marcas linguísticas da categoria de pessoa como marca

de subjetividade na linguagem, no seguinte excerto: “*Eles estão pagando pelo Lula. Ou você acha que o Lula não sabia das coisas, se é que houve alguma coisa errada? Eles assumiram os compromissos e estão se sacrificando — indigna-se*” (linhas 6 a 8). Nesse caso, temos uma mudança na enunciação, pois o jornalista (locutor) cede a palavra para “Clara Becker³⁸” que se institui como sujeito.

Fiorin (2005) ressalta que a enunciação tem o poder de instaurar como pessoa aqueles a quem dá a palavra. Quando o locutor toma a palavra e usa a expressão “indigna-se”, distancia-se da instância enunciativa enfatizando que o discurso foi proferido pela mulher do ex-ministro José Dirceu. Outro aspecto a ser destacado nesse excerto diz respeito à repetição da terceira pessoa (não-pessoa) “ele”, conforme as palavras de Clara Becker, que neste momento fala a respeito do presidente Lula e dos políticos envolvidos no escândalo do mensalão, os quais não participam da instância discursiva expressa por “eu”.

Os índices de pessoa emergem apenas na e pela enunciação. O locutor institui a categoria de pessoa quando se apropria da língua e enuncia. “Encontramos aí o fundamento da ‘subjetividade’ que se determina pelo status linguístico da pessoa”. (BENVENISTE, 2005c, p. 286). O sujeito que fala se faz presente nas marcas linguísticas que remetem à subjetividade na linguagem, ou seja, a categoria de pessoa. É importante destacar que mesmo o “eu” não estando explícito no enunciado, subjaz a ele, pois na Teoria da Enunciação de Benveniste (2005c) o uso que o sujeito faz da língua revela a sua inserção no discurso.

Vejamos outra ocorrência do uso da categoria de pessoa como marca de subjetividade: “*Se ele [Dirceu] fez algum pecado, foi pagar para vagabundo que não aceita mudar o país sem ganhar um dinheiro. [...] Se ele pagou, foi pelos projetos do Lula, que mudou o Brasil em 12 anos — diz*” (linhas 11 a 13). Sempre que nos deparamos com a transcrição das palavras da ex-mulher de José Dirceu, temos a impressão de que o jornalista (produtor dos enunciados) está apenas repetindo o que ela disse. Isso revela, também, um desejo de parecer objetivo. Além disso, observamos que “Clara Becker” fala a respeito de um “ele” (Dirceu) que está ausente do discurso. Nesse contexto, podemos destacar o seguinte: ao final das palavras do *outro*, quando usa o termo “diz” (linha 13), o locutor enfatiza que aquele discurso não foi proferido por ele.

De acordo com Benveniste (2005c, p. 288), “os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para essa revelação da subjetividade da linguagem”. As formas pronominais não remetem a posições objetivas na instância de discurso, mas à enunciação única e

³⁸ Desde a manchete da notícia, Clara Becker é a pessoa de quem se fala. A partir do momento que o enunciador transcreve as “suas palavras”, ela “abandona” o estatuto de “ele” e torna-se sujeito da sua fala.

irrepetível que contém “eu” e “tu”. A passagem de locutor a sujeito da qual Benveniste (2005) se refere em *Da subjetividade na linguagem* (2005c) acontece na instância de discurso única e irrepetível. Por isso, a manifestação da subjetividade é percebida, também, mediante o estudo do *presente* da enunciação, pois nesse momento ocorre a intervenção do locutor no *espaço* e no *tempo*. “Estudando-se o presente da enunciação, se vê a manifestação de subjetividade, a intervenção do sujeito no espaço e no tempo”. (FLORES et al., 2008, p. 54). O ato de discurso aparecerá “igual” para aquele que o entende, mas para quem enuncia será sempre novo e único, ainda que repetido várias vezes, porque se realiza a cada instante a inserção “de quem fala” num momento novo no *tempo* e numa situação diferente com circunstâncias de discurso distintas.

A categoria de pessoa se refere a uma realidade de discurso, muito singular, pois a forma “eu” só adquire existência linguística no ato de palavras que profere. Percebe-se a subjetividade altamente marcada nos seguintes trechos da notícia: “*Meu medo é que ele se mate na prisão — afirma ela*”. “*Sabe, é muito sofrimento. Uma vez peguei meu filho chorando de preocupação com o pai. E minha neta, Camila, também sente muito*” (linhas 19, 22 e 23). Nesses excertos, quando o locutor passa a palavra para “Clara Becker”, percebe-se a capacidade do locutor de instaurar-se como sujeito da enunciação. “Eu”, a princípio um signo vazio, tornou-se pleno na instância de discurso, pois fora de uma situação de emprego não indica ninguém. “Mas, fora do discurso efetivo, o pronome não é senão uma forma vazia, que não pode ser ligada nem a um objeto nem a um conceito. Ele recebe sua realidade e sua substância somente do discurso”. (BENVENISTE, 2006a, p. 69). Ao fazer uso da língua por meio da sua enunciação, o sujeito põe a língua em funcionamento e implanta o *outro* diante de si, ou seja, instaura um “tu”, que neste caso é o leitor do Jornal.

Observemos o excerto que apresenta marcas linguísticas que mostram a intersubjetividade na linguagem: “*Ou você acha que o Lula não sabia das coisas, se é que houve alguma coisa errada?*” (linhas 6 e 7). Benveniste (2005a) atribuiu duas características à categoria de pessoa: a unicidade e a inversibilidade. Na primeira, *eu* e *tu* se renovam a cada situação enunciativa, ou seja, são sempre únicos. A segunda aponta também para o fato de que a situação enunciativa é sempre nova. Por exemplo: Se *tu* toma a palavra, já não é mais *tu*, e sim, *eu*. Dessa forma, cada vez que uma pessoa do discurso enuncia a relação é refeita e já não é mais a mesma. Segundo Andersen (2009), a reversibilidade (em alguns casos) só ocorre posteriormente à publicação da notícia:

A possibilidade de reversibilidade dá-se apenas em momento posterior, quando parte do público coletivo se dirige à redação do jornal, para opinar sobre o que leu ou ouviu. Dessa forma, o locutor tem, no momento da sua enunciação, certa autonomia para conduzir os caminhos de seu discurso, sem interferências de um interlocutor [...]. (ANDERSEN, 2009, p. 12).

A ausência de um interlocutor na instância discursiva possibilita maior autonomia para o locutor na elaboração do seu discurso. Assim, ressaltamos que o “tu” (leitor), mesmo não respondendo (explicitamente) à enunciação do “eu”, pode instaurar-se como sujeito e responder a outro “tu”, não nesta situação discursiva que é singular, mas em outras que tratem do tema “mensalão”, porém será uma enunciação totalmente nova.

Quando distingue os pronomes pessoais em “eu”, “tu” e “ele”, Benveniste (2005d) explica que a noção de pessoa “é própria somente de *eu/tu* e falta em *ele*”. (BENVENISTE, 2005d, p. 278). Para distinguir os pronomes devemos ter em mente que eles apresentam diferenças em sua natureza, pois o “ele” (não-pessoa) pertence à sintaxe da língua, enquanto “eu” e “tu” são característicos da instância de discurso, da qual emana um locutor. São o *eu* e o *tu*, enquanto categorias de pessoa, constituídas na enunciação, que possibilitam a conversão da língua em língua-discurso.

Na manchete e no olho da notícia, destacam-se marcas linguísticas da presença da não-pessoa “ele” enquanto recurso linguístico que evidencia a busca pela objetividade: “*Ex-mulher afirma que José Dirceu está pagando por Lula no caso do mensalão*”. “*Clara Becker critica parlamentares que teriam exigido pagamento para apoiar o governo e diz temer que o ex-marido se mate na prisão*”. Como dissemos anteriormente, a terceira pessoa (não-pessoa “ele”) não participa da instância de discurso, pois representa o indivíduo não marcado na correlação de pessoa. Quando o locutor fala a respeito da ex-mulher do ministro, ele distancia-se do discurso, já que foi “Clara Becker” (e não o jornalista) quem “afirmou que José Dirceu está pagando por Lula no caso do mensalão e criticou os parlamentares”. Observe-se que, explicitamente, não temos nenhum “eu” e nenhum “tu” instalado no texto. É como se os fatos (as informações) se narrassem a si mesmos. Isso é feito para criar efeitos de sentido de objetividade.

Segundo Fiorin (2012, p. 57), “quando se diz que um texto é objetivo, não se quer dizer que a objetividade faz parte da linguagem. Depois de Benveniste, sabemos que o discurso é sempre o ponto de vista de um sujeito, seja ele individual ou social”. Como sabemos que a subjetividade está inerente ao discurso, afirmamos que não há objetividade na linguagem. O que os jornalistas (na posição de locutores) fazem é criar efeitos de sentido,

“por isso é que se diz efeito de sentido de objetividade e não, sentido de objetividade”. (FIORIN, 2012, p, 57). Se dissermos “sentido de objetividade”, subentende-se que há objetividade no discurso. Ao referirmos “efeito de sentido de objetividade”, pretendemos revelar que essa objetividade é uma criação da linguagem.

A não-pessoa encontra-se submetida à enunciação, pois jamais será única, nunca apresentará reversibilidade e será privada da tomada da palavra na presente instância de discurso da qual faz parte a categoria de pessoa. Sempre que um locutor enuncia, instaurando-se como sujeito, ele estará situando os acontecimentos no tempo como contemporâneos à instância de discurso. O locutor estabelece como *presente* o seu discurso devido à forma linguística que ele emprega. Esse tempo será reinventado cada vez que o homem tomar a palavra, pois faz parte de um momento ainda não vivido, que, ao ser atualizado em uma determinada instância de discurso expressa por “eu”, jamais se repetirá.

Conforme Flores e Teixeira (2008, p. 39), “ao opor o ‘eu/tu’ ao ‘ele’, o autor [Benveniste] opõe a esfera subjetiva da língua à esfera objetiva”. Essas características do “ele” o tornam distinto do par linguístico *eu/tu* e mostram a sua particularidade em instaurar uma face “objetiva” da língua. Observe-se outro excerto em que o uso da não-pessoa “ele” se faz presente: “*Clara Becker, 71 anos, primeira mulher do ex-ministro José Dirceu e mãe de seu filho mais velho, o deputado federal Zeca Dirceu (PT-PR), falou ao jornal O Estado de São Paulo sobre a condenação do ex-marido. Ela disse duvidar da tese de que o ex-presidente Lula desconhecia o esquema do mensalão e afirmou que Dirceu e outros réus petistas estão sendo sacrificados*” (linhas 1 a 5). Novamente, o produtor dos enunciados busca a objetividade ao enunciar (e afirmar) que “Clara Becker disse duvidar da tese de que Lula desconhecia o esquema do mensalão” e “afirmou que Dirceu e outros réus petistas estão sendo sacrificados”. A partir do distanciamento do locutor com relação ao discurso, percebe-se que ele dá a sua versão do discurso da pessoa “de quem se fala”, pois o “ele” não participa desta instância discursiva.

O uso da não-pessoa (ele) instaura uma face “objetiva” da língua porque elimina as marcas enunciativas da presença da subjetividade na linguagem, conforme podemos observar no seguintes trechos: “*Ao falar sobre a participação de José Dirceu no esquema, Clara critica parlamentares que acusa de exigirem pagamento para apoiarem o governo*” (linhas 9 e 10). “*Clara afirma que a família já se prepara para o pior: a condenação de Dirceu ao regime fechado por envolvimento com o mensalão. Enquanto o Supremo Tribunal Federal não decide a pena, parentes já cogitam como serão as visitas na cadeia. A refeição da penitenciária é uma das preocupações, pois ele é reconhecido como um sujeito bom de*

garfo” (linhas 14 a 18). Nesses excertos, o locutor é o dono da palavra, na medida em que realiza as escolhas feitas no sistema da língua, mas se distancia do discurso estabelecendo uma relação descompromissada com as críticas e acusações realizadas na notícia, pois, segundo o produtor dos enunciados, foi “Clara Becker” (a não-pessoa) quem criticou os parlamentares, acusando-os de exigirem pagamento para apoiarem o governo. Além disso, evidencia-se que “Dirceu”, “Supremo Tribunal Federal” (que representa os membros do Tribunal federal) e “parentes”, também se encontram no domínio da não-pessoa, pois não são reflexivos da instância de discurso.

O paradigma do “ele” ocupa uma posição particular no domínio da palavra porque através do uso desse recurso linguístico, por parte do locutor, percebe-se que há uma busca constante pela objetividade, conforme este trecho da notícia: “*Casados por apenas quatro anos na época da ditadura militar, ela é amiga próxima do ex-marido há mais de três décadas e tem certeza de que "Dirceu não é ladrão"*” (linhas 20 e 21). No excerto, o locutor usa as aspas a fim de mostrar que esse enunciado pertence à pessoa “de quem se fala”, ou seja, essas palavras foram proferidas pela ex-mulher do ministro. Assim, segundo o locutor, a não-pessoa, na condição de ex-mulher do ministro com quem conviveu há mais de três décadas, afirma e tem total certeza de que “Dirceu não é ladrão”. Nesse enunciado, o locutor delega voz para “Clara Becker”, distanciando-se da instância de discurso e instaurando um “eu” que enuncia em defesa do réu José Dirceu. A partir dessa situação discursiva que envolve o uso das aspas para marcar o discurso do *ele*, percebemos a inserção da subjetividade na linguagem. Isso mostra que a não-pessoa “abandona” momentaneamente o seu estatuto de “pessoa de quem se fala” (desvinculada da instância discursiva) e passa a integrar-se ao discurso.

Como podemos perceber, nessa notícia temos o relato do julgamento do mensalão sob o ponto de vista daqueles que creem na inocência do réu José Dirceu. Percebe-se o ponto de vista do locutor mediante as marcas que o discurso deixa. A seleção de recursos linguísticos utilizados na produção da notícia, como a inserção da voz de um “eu” que enuncia (Clara Becker/ex-mulher de José Dirceu) em defesa do político, evidencia a presença da subjetividade na linguagem. Além disso, o uso constante da não-pessoa (ele) mostra a busca, por parte do locutor, pela objetividade e neutralidade.

4.4.3 Análise da notícia 3

Zero Hora- 29/10/2012	
Eduardo Leite afirma que sua prioridade inicial será a área da saúde	
Prefeito eleito afirma que vai conversar com Aécio Neves e Ana Amélia Lemos para buscar alternativas ao desenvolvimento da cidade do sul do Estado	
1	O mais jovem prefeito eleito em Pelotas, município do sul do Estado, Eduardo Leite
2	(PSDB), afirma que sua prioridade inicial quando assumir o comando do Paço
3	Municipal será enfrentar os problemas da área da saúde.
4	Em entrevista, na manhã desta segunda-feira, ao programa Atualidade, da Rádio
5	Gaúcha, o jovem de 27 anos disse que uma das primeiras medidas de seu governo será
6	garantir que os médicos tenham interesse em trabalhar para a prefeitura:
7	— Fui chefe de gabinete do prefeito por dois anos e sei bem os desafios que nos
8	aguardam. A partir de 1º de janeiro nosso foco será a saúde de Pelotas. Primeiro, garantir
9	que os médicos estejam interessados em trabalhar para a prefeitura de Pelotas. Hoje o
10	salário é baixo. (As prioridades serão) A questão da remuneração, a melhora do
11	atendimento e um plano de atendimento regional.
12	Principal vitória do PSDB no Estado, Eduardo Leite disse que não está ligado a
13	nenhuma corrente específica do partido. Os tucanos têm hoje duas linhas internas, a que
14	segue o presidente estadual da sigla, deputado Nelson Marchezan Jr., e a que segue a ex-
15	governadora Yeda Crusius. O prefeito eleito de Pelotas afirma que está no partido pelo
16	ideal:
17	— Da minha parte, sou PSDB desde pequeno. Meu pai foi fundador do partido aqui em
18	Pelotas. Não estou no PSDB pelas mãos de uma linha ou de uma corrente. Estou pelo
19	ideal. Tenho grande respeito pela ex-governadora Yeda e uma amizade grande com
20	Marchezan Jr..
21	Para ele, o PSDB terá grande papel na eleição de 2014, sendo que o grande nome
22	atualmente é o do senador mineiro Aécio Neves. E é com Aécio que Leite deverá se
23	encontrar nas próximas semanas. Deverá ir a Minas Gerais conversar com o político e
24	conhecer alguns projetos implementados pelos tucanos no Estado.
25	Outra conversa que terá nos próximos dias será com a senadora gaúcha Ana Amélia
26	Lemos:
27	— Tive o apoio importante da senadora, que se colocou a disposição para viabilizar
28	recursos necessários a Pelotas. Vamos, nas próximas semanas, conversar com ela sobre isso.
29	Questionado sobre a participação de Pelotas no polo naval de Rio Grande, Leite disse
30	que é preciso que o município esteja inserido para se beneficiar de todos os
31	investimentos que vêm sendo feitos na região. Uma das alternativas, segundo o tucano,
32	será a instalação de um distrito industrial em uma área do Canal São Gonçalo, que foi
33	repassado pelo governo do Estado à Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH). Para
34	Leite, é necessário articular que essa área se transforme em um polo adicional ao polo
35	naval de Rio Grande.

Quadro 6: Notícia 3, Zero Hora, 29/12, 2012.

Fonte: Zero Hora, 29 dez. 2012.

O texto trata das mudanças que irão ocorrer em Pelotas (RS), depois da posse do novo prefeito eleito em 2012. Primeiramente, nos detemos nas marcas de subjetividade na instância discursiva dessa notícia. A passagem de locutor a sujeito da qual fala Benveniste (2005c) ocorre sempre que o locutor mobiliza a língua por sua própria conta “por um ato individual de utilização”. (BENVENISTE, 2006b, p. 82). O locutor (jornalista) enuncia apropriando-se da língua e instaurando um “tu” (os leitores); ao se apropriar da língua e se enunciar, concretiza o ato de enunciação da notícia.

A primeira observação em relação à notícia é quanto às marcas linguísticas da categoria de pessoa que revelam a subjetividade na linguagem: *“Fui chefe de gabinete do prefeito por dois anos e sei bem os desafios que nos aguardam. A partir de 1º de janeiro nosso foco será a saúde de Pelotas. Primeiro, garantir que os médicos estejam interessados em trabalhar para a prefeitura de Pelotas. Hoje o salário é baixo. (As prioridades serão) A questão da remuneração, a melhora do atendimento e um plano de atendimento regional”* (linhas 7 a 11). Conforme o excerto, percebe-se que o locutor (produtor destes enunciados) distancia-se do discurso e delega voz a um “eu” que ao enunciar relata as suas experiências no âmbito político, bem como as principais mudanças (prioridades) que ocorrerão durante o seu mandato como prefeito de Pelotas. O “eu” é um signo único e móvel que ao ser assumido por um locutor remete somente à instância do seu próprio discurso. Segundo Benveniste (2005c, p. 288), “é na instância de discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como ‘sujeito’. É portanto verdade ao pé da letra que o fundamento da subjetividade está no exercício da língua”. Isso significa que o homem se constitui sujeito na e pela linguagem, e que o fundamento da subjetividade se determina pela categoria de pessoa.

Quando o locutor delega voz a “Eduardo Leite”, que inicialmente estava “ausente” da instância discursiva³⁹, temos a impressão de que o locutor está apenas repetindo as palavras da “pessoa de quem se fala” (ele/ aquele que está ausente). Entretanto, estamos diante de escolhas linguísticas realizadas pelo jornalista produtor dos enunciados. Desse prisma, podemos inferir que o sujeito que fala está implícito na apropriação e no uso dos recursos linguísticos: a categoria de pessoa (eu/tu) e a não-pessoa (ele).

Observemos outro trecho da notícia no qual se percebe a manifestação da subjetividade na linguagem – evidenciada pela inserção do sujeito (eu) na instância discursiva pelo uso da categoria de pessoa: *“Da minha parte, sou PSDB desde pequeno. Meu pai foi fundador do partido aqui em Pelotas. Não estou no PSDB pelas mãos de uma linha ou de*

³⁹ Posteriormente, analisaremos mais detalhadamente as marcas linguísticas que remetem aos efeitos de sentido de objetividade.

uma corrente. Estou pelo ideal. Tenho grande respeito pela ex-governadora Yeda e uma amizade grande com Marchezan Jr.” (linhas 17 a 20). O locutor é um indivíduo linguístico que se marca na língua toda vez que toma a palavra e enuncia em uma instância de discurso instaurando-se como sujeito. Ao falar na presente instância discursiva da notícia, o sujeito se autoindica através de marcas específicas da língua, que pertencem ao campo da categoria de pessoa, conforme podemos comprovar com o uso das palavras (pronomes e verbos⁴⁰): “minha”, “sou”, “meu”, “estou” e “tenho”. Para que as marcas linguísticas tenham existência no enunciado, é necessário que o “eu” as assuma em seu discurso enunciando-as, pois todas essas classes de palavras organizam-se em torno do sujeito.

Os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para a percepção da subjetividade na linguagem, pois todas as línguas possuem a marca de pessoa. “Todas as línguas possuem pronomes e, em todas elas, eles se definem como referindo-se às mesmas categorias de expressão”. (BENVENISTE, 2005d, p. 277). Nesse contexto, Benveniste (2005d) constata que todas as línguas possuem pronomes, sendo essas formas universais. Sendo assim, toda a língua tem a possibilidade de subjetividade.

Ao transcrever as palavras do novo prefeito de Pelotas, o produtor do texto causa um efeito de sentido de realidade e evidencia a busca pela objetividade, pois se distancia do discurso delegando voz a um outro “eu” que enuncia. Assim, não se compromete com os fatos descritos (narrados) na notícia. Segundo o locutor, produtor dos enunciados, foi o próprio “Eduardo Leite” quem disse “ser do PSDB desde pequeno”, “estar no PSDB pelo ideal”, “ter grande respeito pela ex-governadora Yeda” e “uma amizade grande com Marchezan Jr”. Há, no entanto, um aspecto importante a destacar: estamos diante de escolhas linguísticas realizadas pelo locutor (jornalista), e esse processo de apropriação é dotado de fatores subjetivos. Nessa perspectiva, conforme Flores et. al (2009), a subjetividade está marcada no sistema da língua e ligada ao exercício da linguagem.

Quando afirmamos, nesta pesquisa, que a notícia possui função social por pertencer à ordem do “informar”, destacamos que através desse gênero textual os fatos políticos são narrados e se tornam públicos. Assim, afirmamos que se a notícia traz fatos narrados, alguém os narra e o faz por meio de seu modo particular de ver o mundo, portanto, subjetivo.

A subjetividade manifesta-se na linguagem sempre que o locutor põe a língua em funcionamento através da enunciação do “eu”. De acordo com Benveniste (2005c, p. 288), “a linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor *apropriar-se* da língua

⁴⁰ Nessa pesquisa, não abordamos especificamente a categoria de pessoa no verbo.

toda designando-se como *eu*”. Vejamos o seguinte excerto que mostra a subjetividade altamente marcada pelo uso da categoria de pessoa: “*Tive o apoio importante da senadora, que se colocou a disposição para viabilizar recursos necessários a Pelotas. Vamos, nas próximas semanas, conversar com ela sobre isso*” (linhas 27 e 28). A subjetividade se faz presente neste trecho da notícia mediante a marca linguística “Tive” (Verbo ter), que pressupõe a existência de um “eu” que contou com o apoio da senadora. Mesmo o “eu” não estando explícito do enunciado, subjaz a ele.

Segundo Benveniste (2006a, p. 69), “desde que o pronome eu aparece num enunciado, evocando – explicitamente ou não – o pronome *tu* para se opor conjuntamente a *ele*, uma experiência humana se instaura de novo e revela o instrumento linguístico que a funda”. Essa experiência humana, mediada pela linguagem, acontece sempre que o “eu” se apropria da língua pressupondo a existência de um “tu”, que ao tomar a palavra torna-se “eu” pela inversibilidade que caracteriza a categoria de pessoa. Nesta notícia, no que diz respeito ao pronome “tu”, convém destacarmos o “explicitamente ou não” de Benveniste (2006a), pois “aquele a quem nos dirigimos” está implícito por tratar-se dos leitores da página política do jornal Zero Hora. Entretanto, esse mesmo “eu” é constitutivo da enunciação. Conforme Flores e Teixeira (2008, p. 34), “há aqui uma espécie de anterioridade lógica, ou seja, é porque existe intersubjetividade que se pode pensar em subjetividade. O sujeito, para se propor como tal na linguagem, tem de estar, ele mesmo, constituído pelo outro”. O “eu” sempre enuncia pressupondo um “tu”, ou seja, é porque existe um público leitor da página política do jornal, que existe um locutor que enuncia instaurando-se como sujeito.

Desde a manchete e o *lead* da notícia, evidenciam-se marcas linguísticas indicativas da presença da não-pessoa (ele) no enunciado: “*Eduardo Leite afirma que sua prioridade inicial será a área da saúde*”. “*Prefeito eleito afirma que vai conversar com Aécio Neves e Ana Amélia Lemos para buscar alternativas ao desenvolvimento da cidade do sul do Estado*”. Nesse trecho da notícia, percebe-se que não temos nenhum “eu/tu” explícito no texto, ou seja, as pessoas do discurso afastam-se do enunciado e tem-se apenas a terceira pessoa (não-pessoa).

Segundo Benveniste (2005c, p. 292),

É preciso ter no espírito que a “terceira pessoa” é a forma do paradigma verbal (ou pronominal) que *não* remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocação. Entretanto existe e só se caracteriza por oposição à pessoa *eu* do locutor que, enunciando-a, a situa como “não-pessoa”. Esse é o seu

status. A forma *ele...* tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por “eu”.

Partindo do pressuposto de que o “ele” não remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto fora da alocação, podemos inferir que na manchete e no lead da notícia, “Eduardo Leite” (Prefeito eleito), “Aécio Neves” e “Ana Amélia Lemos” são “aqueles que estão ausentes”, pois pertencem ao paradigma da não-pessoa. Fazem parte de um discurso enunciado por “eu”, visto que não participam da instância discursiva da notícia.

Fiorin (2012) explica que uma notícia não pode ser narrada em primeira pessoa, porque isso destrói a ideia de objetividade, que é a base da verdade jornalística. O uso da não-pessoa (*ele*) tem a particularidade de “produzir um sentido de objetividade”, conforme o seguinte excerto: *“O mais jovem prefeito eleito em Pelotas, município do sul do Estado, Eduardo Leite (PSDB), afirma que sua prioridade inicial quando assumir o comando do Paço Municipal será enfrentar os problemas da área da saúde. Em entrevista, na manhã desta segunda-feira, ao programa Atualidade, da Rádio Gaúcha, o jovem de 27 anos disse que uma das primeiras medidas de seu governo será garantir que os médicos tenham interesse em trabalhar para a prefeitura”* (linhas 1 a 6). A partir do excerto, inferimos que o locutor distancia-se do discurso, pois de acordo com suas escolhas linguísticas foi o próprio “Eduardo Leite” quem “afirmou que sua prioridade inicial será enfrentar os problemas da área da saúde”. Ao utilizar a não-pessoa (*ele*), o locutor estabelece uma relação descompromissada em relação aos fatos comentados na notícia.

Nesse momento, destacamos os excertos nos quais se percebe o uso da não-pessoa (*ele*) juntamente com a manifestação da subjetividade, marcada linguisticamente pelo “eu”: *“Principal vitória do PSDB no Estado, Eduardo Leite disse que não está ligado a nenhuma corrente específica do partido. Os tucanos têm hoje duas linhas internas, a que segue o presidente estadual da sigla, deputado Nelson Marchezan Jr., e a que segue a ex-governadora Yeda Crusius. O prefeito eleito de Pelotas afirma que está no partido pelo ideal:”* (linhas 12 a 16). Na sequência da notícia, temos os enunciados: *“Da minha parte, sou PSDB desde pequeno. Meu pai foi fundador do partido aqui em Pelotas. Não estou no PSDB pelas mãos de uma linha ou de uma corrente. Estou pelo ideal. Tenho grande respeito pela ex-governadora Yeda e uma amizade grande com Marchezan Jr.”* (linhas 17 a 20). É nesse trecho do texto que a não-pessoa “abandona” o estatuto inicial de “ele” e passa a integrar-se ao discurso. Conforme Flores et. al (2008, p. 63) “a não- pessoa, momentaneamente ‘ausente’ do discurso para que a noção de *pessoa* seja apresentada, devido à noção de *pessoa*, se integra

ao discurso. A “objetividade” da não-pessoa é desfeita quando ela abandona seu estatuto de virtualidade, ao ser atualizada por um locutor em uma instância enunciativa. Assim, o “ele”, ao ser empregado em uma situação de uso, indica um objeto singular, próprio à situação de discurso.

Observemos outro trecho no qual o locutor utiliza predominantemente a não-pessoa (ele): *“Para ele, o PSDB terá grande papel na eleição de 2014, sendo que o grande nome atualmente é o do senador mineiro Aécio Neves. E é com Aécio que Leite deverá se encontrar nas próximas semanas. Deverá ir a Minas Gerais conversar com o político e conhecer alguns projetos implementados pelos tucanos no Estado. Outra conversa que terá nos próximos dias será com a senadora gaúcha Ana Amélia Lemos”* (linhas 21 a 26). No excerto, os fatos estão contando-se a si mesmos. No entanto, quando se fazem certas construções como *“Para ele, o PSDB terá grande papel na eleição de 2014, sendo que o grande nome atualmente é o do senador mineiro Aécio Neves...”*, começa-se a verificar o ponto de vista de um sujeito. Tem-se uma busca pela objetividade, mas se percebe o ponto de vista daqueles que creem na vitória do PSDB na eleição de 2014.

De acordo com Fiorin (2012, p. 58), “os jornalistas apregoam que seu discurso é objetivo e neutro. Não há objetividade e neutralidade no discurso, porque, mesmo quando se cria um efeito de objetividade, o ponto de vista do sujeito vai estar marcado por substantivos, adjetivos⁴¹, etc”. O ponto de vista do locutor vai estar marcado nas suas escolhas linguísticas, ou seja, o lugar enunciativo estará sempre assinalado. No caso do trecho *“Para ele, o PSDB terá grande papel na eleição de 2014, sendo que o grande nome atualmente é o do senador mineiro Aécio Neves...”*, percebemos esse ponto vista pelo uso da não-pessoa (ele) significando que, segundo o locutor, o dono dessa opinião é “Eduardo Leite” e não o produtor dos enunciados. Isso deixa evidente a presença de “eu” – o jornalista, marcando uma subjetividade implícita, mas importante ao revelar uma apropriação do sistema linguístico pelo produtor do texto.

Podemos destacar que o locutor encerra a notícia instaurando a face “objetiva” da língua, ou seja, criando efeitos de objetividade, conforme se verifica no seguinte excerto: *“Questionado sobre a participação de Pelotas no polo naval de Rio Grande, Leite disse que é preciso que o município esteja inserido para se beneficiar de todos os investimentos que vêm sendo feitos na região. Uma das alternativas, segundo o tucano, será a instalação de um distrito industrial em uma área do Canal São Gonçalo, que foi repassado pelo governo do*

⁴¹ No excerto em destaque, percebe-se o ponto de vista do enunciador pela repetição do adjetivo “grande” que se refere ao papel do PSDB na eleição de 2014 e também a Aécio Neves.

Estado à Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH). Para Leite, é necessário articular que essa área se transforme em um polo adicional ao polo naval de Rio Grande” (linhas 30 a 36). Mais uma vez, o locutor distancia-se do discurso ao utilizar a não-pessoa (ele), explicitando que foi “Leite” quem disse “que é preciso que o município esteja inserido para se beneficiar dos investimentos”. Além disso, quando o locutor escreve (enuncia) “segundo o tucano” e “para Leite”, há uma busca constante pela objetividade.

Como vimos no decorrer desta análise, existe uma diferença de natureza que envolve os pronomes *eu/tu/ele*. Para Benveniste (2005d), apenas uma parte desses pronomes indica as pessoas do discurso, pois a noção de pessoa “é própria somente de *eu/tu*, e falta em *ele*. (BENVENISTE, 2005d, p. 278). Tal diferença que envolve o pronome pertencente à sintaxe da língua daqueles que pertencem à instância de discurso separa, de um lado, um modo subjetivo de atribuir sentido, através do uso da categoria de pessoa “eu/tu” (as pessoas do discurso), e, de outro lado, um modo objetivo de significar pelo uso da não-pessoa “ele”.

4.5 Discussão das análises

Neste estudo realizamos uma pesquisa qualitativa sobre a manifestação da categoria de pessoa em três textos de cunho político, observando a constituição da subjetividade na linguagem.

Após realizarmos as análises enunciativas das notícias, queremos finalizar este capítulo discutindo alguns aspectos que julgamos significativos.

Ao selecionarmos os textos que foram utilizados na análise, chamou-nos a atenção que, nas notícias do Zero Hora, especificamente as da página política, evidenciam-se marcas linguísticas comprobatórias da presença da categoria de pessoa (eu/tu), pela inserção do sujeito que enuncia e pressupõe a existência do outro (tu) na instância de discurso. Como exemplo da instauração da subjetividade no discurso noticioso, podemos destacar os excertos nos quais o locutor utiliza as aspas. Dessa forma, há o distanciamento de quem enuncia e marca-se a existência de um outro “eu”, que fala através das palavras do jornalista.

Lembrando de nosso objetivo principal, analisar a presença da categoria de pessoa na notícia jornalística, de acordo com a Teoria da Enunciação de Benveniste (2005c), as notícias

dão-nos essa condição, por apresentarem marcas de subjetividade e intersubjetividade pelo uso das pessoas do discurso (eu/tu).

É importante ressaltar a subjetividade altamente marcada nas notícias, através do uso da categoria de pessoa “eu/tu”, conforme os enunciados da primeira notícia analisada⁴²: *“Não pensem que eu me deixarei seduzir por qualquer extravagância que alguém queira fazer por causa do processo eleitoral [...]”* *“[...] Eu digo sempre que não é uma conquista do presidente Lula, é uma conquista do povo brasileiro [...]”* *“Acho que esse momento é muito bom e eu não vou estragar. Todo mundo sabe o carinho que eu tenho pelos aposentados brasileiros... e vou fazer aquilo que eu achar melhor para o Brasil [...]”* (linhas 11 a 22).

No texto 2⁴³, em *“Meu medo é que ele se mate na prisão — afirma ela”*. *“Sabe, é muito sofrimento. Uma vez peguei meu filho chorando de preocupação com o pai. E minha neta, Camila, também sente muito”* (linhas 19, 22 e 23), o locutor passa a palavra para “Clara Becker” (ex-mulher de José Dirceu), que antes era “aquele que está ausente”. Nesse enunciado percebe-se a capacidade do locutor de instaurar-se como sujeito da enunciação pelo uso da categoria de pessoa.

Na terceira notícia analisada⁴⁴, destacamos o seguinte enunciado que comprova a presença da categoria de pessoa: *“Da minha parte, sou PSDB desde pequeno. Meu pai foi fundador do partido aqui em Pelotas. Não estou no PSDB pelas mãos de uma linha ou de uma corrente. Estou pelo ideal. Tenho grande respeito pela ex-governadora Yeda e uma amizade grande com Marchezan Jr.”* (linhas 17 a 20). Nesse excerto, verificamos que o “ele” abandona o *status* de não-pessoa e se integra ao discurso. Ao falar na presente instância discursiva da notícia, o sujeito se autoindica através de marcas específicas da língua, que pertencem à categoria de pessoa, conforme comprovamos com o uso das palavras (classe dos pronomes e verbos): “minha”, “sou”, “meu”, “estou” e “tenho”. Essas marcas linguísticas passaram a ter existência no enunciado, a partir do momento em que foram atualizadas no discurso, ou seja, o “eu” as assumiu na instância de discurso, enunciando-as, sendo que essas classes de palavras organizam-se em torno do sujeito.

Como vimos, nas análises realizadas a intersubjetividade não ocorre em um processo comunicativo face a face, pois a inversibilidade da qual fazem parte “eu” e “tu” não se dá explicitamente nas notícias, visto que “aquele a quem nos dirigimos” não participa da instância discursiva. O alocutário é o leitor da página política do Jornal Zero Hora. No

⁴² Seção *Análise da notícia 1*: “Lula descarta extravagância em reajuste a aposentados”.

⁴³ *Análise da notícia 2*: “Ex-mulher afirma que José Dirceu está pagando por Lula no caso do mensalão”.

⁴⁴ *Análise da notícia 3*: “Eduardo Leite afirma que sua prioridade inicial será a área da saúde”.

entanto, no texto 2, em *“Ou você acha que o Lula não sabia das coisas, se é que houve alguma coisa errada?”* (linhas 6 e 7), percebemos marcas de subjetividade e intersubjetividade na linguagem, pois no enunciado temos um “eu” que enuncia para um “tu” (os leitores do Jornal).

Todos os textos utilizados, por serem notícias do mesmo suporte, neste caso o jornal Zero Hora, apresentam predominantemente o mesmo estilo como o uso da terceira pessoa (não-pessoa “ele”); recurso linguístico que neutraliza a presença do homem na língua devido à busca pela produção do sentido de “objetividade” no discurso. Dessa forma, nas análises realizadas foi possível observar que o locutor busca constantemente a objetividade ao utilizar a não-pessoa (ele). No texto 1, em *“Lula afirmou que já tomou a decisão, mas só irá anunciá-la após uma reunião com os ministros da Fazenda, Guido Mantega, do Planejamento, Paulo Bernardo, e da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas”* (linhas 5 a 7), o locutor distanciou-se automaticamente dos acontecimentos ao utilizar predominantemente o “ele”.

Na segunda notícia analisada, em *“Ao falar sobre a participação de José Dirceu no esquema, Clara critica parlamentares que acusa de exigirem pagamento para apoiarem o governo”* (linhas 9 e 10), o locutor estabeleceu uma relação descompromissada com as críticas e acusações realizadas na notícia, visto que foi “Clara Becker” (a não-pessoa) quem proferiu essas palavras.

No texto 3, podemos exemplificar as marcas linguísticas que comprovam a busca pela objetividade no enunciado: *“Para ele, o PSDB terá grande papel na eleição de 2014, sendo que o grande nome atualmente é o do senador mineiro Aécio Neves [...]”* (linhas 21 e 22). Neste enunciado, destacamos a busca pela objetividade por parte do locutor e o ponto de vista daqueles que almejam a vitória do PSDB na eleição de 2014.

Nas três notícias analisadas, o locutor busca a impessoalidade, a clareza e a objetividade ao realizar escolhas linguísticas como o uso da não-pessoa (ele). Além disso, percebemos a manifestação da subjetividade pela inserção da voz do “eu” na instância discursiva, através do uso da categoria de pessoa (eu/tu).

Desse modo, podemos ressaltar que a presença da subjetividade pode ser observada: a) pelas escolhas que o jornalista (locutor) faz ao produzir seu discurso. Suas escolhas o revelam na medida em que mostram o que ele pensa ou deixa de pensar sobre um assunto – polêmico – como a política; b) quando o jornalista dá voz a “eus” no texto. Se alguém toma a palavra e se instaura como sujeito, significa que o locutor permite isso acontecer discursivamente. Quem permite é um “eu” produtor do texto que deixa falar um “eu” entrevistado; c) pelo viés da intersubjetividade como condição para que exista a comunicação.

Na produção escrita da notícia há um “eu” (jornalista) que fala com um “tu” (os leitores da página política do jornal Zero Hora). Se há um “tu” leitor é porque há um “eu” que se dirige a ele. “Eu” só enuncia se pressupõe um parceiro (tu) que é o fim da sua enunciação.

Diante do exposto, entendemos que o discurso jornalístico (notícia) pode ser tratado através do conceito de enunciação que prevê a presença constante do *homem na língua* na medida em que o locutor se apropria do sistema da língua, revelando a subjetividade na linguagem sempre que enuncia tornando-se *eu* ao pôr a língua em funcionamento através de uma relação constante e necessária com o alocutário (tu/ leitor do Jornal). De acordo com Flores et al. (2008, p. 41), “a perspectiva enunciativa é levada desde sempre a supor que os sujeitos que falam uma língua não estão ausentes daquilo que dizem e, portanto, se marcam na estrutura do que dizem”. O que destacamos com isso é a irrepetibilidade da enunciação e a maneira como o sujeito se marca naquilo que diz através do uso constante da categoria de pessoa, que é um indicador de subjetividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos propusemos desenvolver um estudo envolvendo a temática *Enunciação e subjetividade na linguagem*, com base nos princípios da Teoria da Enunciação, apoiamos nossa reflexão teórica nos pressupostos desenvolvidos por Émile Benveniste (2005c). Nas diversas leituras de Benveniste (2005c) e de seus leitores, deparamo-nos com a singularidade do pensamento de um linguista que revelou novas possibilidades de pensar-se a linguagem, levando-nos a refletir acerca da presença constante do *homem na língua*, ou seja, o sujeito no exercício da linguagem que se apropria da língua de forma individual e enuncia deixando transparecer marcas de subjetividade no discurso.

Inicialmente, estabelecemos algumas questões que problematizaram essa investigação: a) A notícia jornalística revela (predominantemente) um caráter objetivo na linguagem? b) De que maneira podemos evidenciar a presença da categoria de pessoa? Será que essa categoria se constitui como um indicador de subjetividade nesse gênero textual? c) De que maneira a categoria de pessoa evidencia a presença de marcas linguísticas que mostram o sujeito, ou seja, a subjetividade no discurso? A princípio, o que tínhamos era a hipótese de que a notícia não revelava um caráter “objetivo” na linguagem, mas um modo “objetivo” de significar. Além disso, a categoria de pessoa constitui-se como um indicador de subjetividade no gênero notícia. Assim, a notícia apresenta marcas constantes de subjetividade através da inserção da voz do *eu* na instância de discurso, evidenciada pelo uso das pessoas do discurso (*eu/tu*). Dessa forma, as marcas linguísticas que mostram o sujeito (a subjetividade) pertencem à categoria de pessoa (*eu/tu*).

Nesta pesquisa, tínhamos o objetivo geral de analisar a presença da categoria de pessoa na notícia jornalística, observando a constituição da subjetividade na linguagem. Para tanto, propusemos como objetivos específicos apresentar algumas reflexões sobre a questão da “objetividade” da notícia jornalística; identificar as marcas de subjetividade no gênero notícia através do uso da categoria de pessoa; demonstrar a instauração do sujeito (*eu*) e da segunda pessoa (*tu*), ou seja, as marcas de subjetividade (e intersubjetividade) na notícia; identificar a não-pessoa (*ele*) como fator responsável pela busca de objetividade no discurso; compreender a relação de intersubjetividade como constitutiva da enunciação.

A fim de realizar nosso propósito, dividimos o trabalho em três capítulos. No primeiro apresentamos algumas considerações sobre o gênero notícia com base nos pressupostos teóricos da Linguística Textual e na perspectiva bakhtiniana da linguagem. Além disso, abordamos as características e peculiaridades da notícia, com destaque ao histórico do gênero, funcionalidade e principais estudos que envolvem esse texto jornalístico.

No segundo capítulo apresentamos um panorama geral contextualizando os principais estudos da linguística da enunciação. Entretanto, realizamos a proposta de estudar a notícia jornalística pelo viés da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste (2005c) porque ele é considerado um dos principais linguistas da enunciação e, principalmente, por acreditarmos que os conceitos da perspectiva benvenistiana nos forneceriam elementos fundamentais para as análises das notícias, como as noções de enunciação, sujeito, subjetividade, intersubjetividade, pessoa e não-pessoa.

No terceiro e último capítulo, definimos os procedimentos metodológicos de pesquisa, realizamos a coleta de dados do *corpus* do trabalho, as explicações a respeito de como procedemos às análises realizadas nos três textos selecionados e, por fim, algumas discussões sobre o *corpus* deste estudo.

Para a realização da pesquisa refletimos sobre o que significa olhar para a linguagem considerando-a como uma condição da existência do homem, constitutiva de todo o falante. Assim, compreendemos que conceber a linguagem em seus aspectos enunciativos significa que o foco de estudo está no sentido das palavras e que o *corpus* mostra um *fato enunciativo de linguagem*, que explica a maneira pela qual o sujeito se marca naquilo que diz, ou seja, a manifestação do sujeito em uma dada instância enunciativa. Dessa forma, estuda-se a língua atribuindo importância às situações reais de uso.

Após a seleção das três notícias do jornal Zero Hora, procedemos à análise de elementos abordados e desenvolvidos por Benveniste (2005c), sobretudo nos artigos “Da subjetividade na linguagem” (2005c), “A natureza dos pronomes” (2005d) e “A linguagem e a experiência humana” (2006a). No decorrer das análises procuramos analisar a presença da categoria de pessoa em textos do gênero notícia, observando a constituição da subjetividade na linguagem. Para isso, em cada notícia e instância enunciativa evidenciamos alguns elementos, como as marcas de subjetividade – a categoria de pessoa (eu/tu) e a não-pessoa (ele). Pudemos confirmar, por meio das análises, a hipótese inicial de que a notícia não revela um caráter objetivo, mas um modo “objetivo” de significar, ou seja, a busca pela “objetividade”. Isso nos leva a afirmar que essa objetividade é uma criação da linguagem, pois os jornalistas (enquanto locutores) buscam produzir sentido de objetividade através do

uso da não-pessoa (ele). Com a Teoria da Enunciação de Benveniste (2005), sabemos que o discurso é sempre o ponto de vista de um sujeito porque a subjetividade é inerente ao discurso.

A partir das análises, constatamos que a terceira pessoa (não-pessoa “ele”) não participa da instância de discurso, pois representa o indivíduo não marcado na correlação de pessoa. Ao utilizar a não-pessoa, o jornalista distancia-se do discurso eliminando as marcas enunciativas da subjetividade (categoria de pessoa “eu/tu”). Nesse contexto, constatamos, também, que a não-pessoa pode ser usada no lugar de outra para criar outros efeitos de sentido. Por exemplo, na notícia 1, em “[...] *Eu digo sempre que não é uma conquista do presidente Lula, é uma conquista do povo brasileiro...*” (linhas 18 e 19), o uso da terceira pessoa no lugar da primeira mostra “Lula” no exercício de Presidente da República, ou seja, o locutor enfatizou o papel social do indivíduo. Assim, esse uso da não-pessoa adquiriu uma dimensão política.

Pudemos evidenciar a presença da categoria de pessoa como um indicador de subjetividade no gênero notícia sempre que o “eu” se manifestou no discurso por um ato individual de utilização da língua. Percebemos a subjetividade altamente marcada no discurso através do uso da categoria de pessoa (eu/tu) e de alguns pronomes, como, por exemplo, “meu”, que nesse caso trouxe consigo, mesmo implicitamente, a instância discursiva, um sujeito (eu) que enuncia. Ao utilizar a categoria de pessoa, o locutor (jornalista produtor dos enunciados) quis demonstrar que a não-pessoa (aquela que inicialmente estava ausente do discurso) era o sujeito da enunciação. Essa instauração de um sujeito que enuncia mostra que os sentidos são construídos a cada instância de discurso, ou seja, a cada enunciação.

Por meio das análises, confirmamos que a categoria de pessoa torna evidente a presença de marcas linguísticas que mostram o sujeito (a subjetividade) quando o locutor realiza escolhas linguísticas que envolvem a apropriação, ou seja, sempre que o sujeito relaciona-se com as formas da língua e seleciona aquelas compatíveis com a ideia a ser expressa. Assim, constatamos que a inserção do sujeito da língua não acontece por acaso, pois o locutor tem necessidade de referir pelo discurso. Como exemplo, podemos perceber que na notícia 3, quando o locutor delegou voz a “Eduardo Leite”, que inicialmente estava “ausente” da instância discursiva, tivemos a impressão de que o locutor estava apenas repetindo as palavras da “pessoa de quem se fala”. Entretanto, estávamos diante de escolhas linguísticas realizadas pelo jornalista produtor dos enunciados. Desse prisma, pudemos inferir que o sujeito que fala estava implícito na apropriação e no uso dos recursos linguísticos: a categoria de pessoa (eu/tu) e a não-pessoa (ele).

As marcas linguísticas que mostram o sujeito revelam o ponto de vista do locutor. A exemplo disso podemos destacar a análise da notícia 2, onde temos o relato do julgamento do mensalão sob o ponto de vista daqueles que creem na inocência do réu José Dirceu. Percebemos isso mediante a seleção de recursos linguísticos utilizados na produção do texto, como a inserção da voz de um “eu” que enuncia em defesa do político. A presença da subjetividade na linguagem e o uso constante da não-pessoa (ele) mostraram a passagem de locutor a sujeito e a busca, por parte do locutor, pela objetividade.

Dessa forma, a notícia jornalística compõe-se de situações enunciativas reveladoras do grau de subjetividade no texto, a qual, de alguma forma, sempre se faz presente, pois sempre que o locutor se apropria dos recursos linguísticos o faz individualmente. Esse ato de apropriação é capaz de revelar a sua inserção no discurso.

Pudemos constatar que a intersubjetividade não ocorre em um processo comunicativo face a face, pois a inversibilidade da qual fazem parte “eu” e “tu” não se dá explicitamente nas notícias, visto que “aquele a quem nos dirigimos” não participa da instância discursiva. O “tu” é o leitor da página política do Jornal Zero Hora. Entretanto, no texto 2, em “*Ou você acha que o Lula não sabia das coisas, se é que houve alguma coisa errada?*” (linhas 6 e 7), percebemos marcas de subjetividade e intersubjetividade na linguagem, pois no enunciado temos um “eu” que enuncia para um “tu” (os leitores do Jornal).

Através das manifestações discursivas da categoria de pessoa podemos afirmar que a intersubjetividade se marca intensamente no gênero notícia, uma vez que um *eu* sempre constituirá seu discurso em função de um *tu*. O discurso jornalístico revelado nas notícias analisadas constitui-se de uma clara relação marcada pelas pessoas do discurso (eu/tu) e a não-pessoa (ele), no intuito de buscar a objetividade e imparcialidade sobre o leitor, entendido aqui como o *tu* do ato enunciativo, apesar de não aparecer marcado explicitamente no discurso. Trata-se de uma intersubjetividade constitutiva da enunciação.

As questões abordadas acerca da Teoria da Enunciação de Benveniste são mais abrangentes do que as reflexões propostas neste estudo. Ao abordar a teoria enunciativa e ao realizar as análises, procedemos a “recortes” de alguns conceitos na teoria estudada e postulamos interpretações em que priorizamos alguns elementos na análise das notícias em detrimento de outros. Entretanto, enfatizamos que em todas as análises permanece a ideia de que o sujeito se marca na enunciação, que é o ato individual de utilização pelo qual o locutor coloca em funcionamento a língua.

Como salientamos ao iniciar essas considerações, nosso propósito era analisar a presença da categoria de pessoa na notícia jornalística, observando a constituição da subjetividade na linguagem, mas também tomamos como pano de fundo a necessidade de estudar melhor a língua levando em consideração as situações reais de uso. Isso porque, observando o ensino da língua portuguesa na educação básica, mais especificamente a maneira como se ensinam os pronomes, percebemos que ainda prevalece o estudo de conteúdos gramaticais desvinculados do uso da língua, que concebem o texto e a gramática como se fossem dissociáveis e possíveis de serem compreendidos isoladamente.

Por outro lado, constatamos também, pelas dissertações que vêm sendo defendidas nas universidades, que muitos professores têm procurado modificar essa realidade, desenvolvendo pesquisas com sugestões de atividades que visam um efetivo trabalho com o texto. No entanto, essa tarefa não é fácil e requer tanto subsídios teóricos quanto a aplicabilidade deles. Como professores de língua portuguesa, percebemos que ainda há muito a ser pesquisado, pois o ensino da língua necessita de práticas que levem em conta uma visão enunciativa da linguagem. Por esse motivo, o ensino da gramática no texto nas aulas de língua portuguesa, considerando-se a perspectiva enunciativa de Benveniste (2005c), é de fundamental importância, pois, dessa forma, abordar-se-iam conceitos que auxiliariam os alunos no entendimento do funcionamento da linguagem.

Nesse contexto enquadram-se as contribuições deste estudo. Propomos a possibilidade de estudar a notícia na perspectiva benvenistiana, que traz uma outra visão acerca do estudo dos pronomes pessoais, considerando-se as suas diferenças de natureza e função, pois a Teoria da Enunciação de Benveniste (2005c) nos permite analisar, em diferentes gêneros textuais, o sentido inerente ao uso da categoria de pessoa (eu/tu), como categoria presente em todas as línguas, capaz de revelar a subjetividade na linguagem e a não-pessoa (ele) como uma categoria que, ao ser utilizada por um locutor, neutraliza a presença do homem na língua.

As limitações desse estudo estão alicerçadas na necessidade de delimitação do tema a ser pesquisado, bem como na seleção das principais categorias teóricas a serem abordadas durante o trabalho, pois a Teoria da Enunciação de Benveniste enfatiza outras categorias importantes (além da categoria de pessoa e não-pessoa) para a realização de uma análise enunciativa, que são o tempo e o espaço da enunciação. Deparamo-nos com outra limitação: a necessidade de definir os procedimentos metodológicos para a realização das análises, pois o quadro da enunciação de Benveniste (2006b), formalizado em *eu/tu/aqui/agora*, não apresenta uma metodologia própria de análise. Nesse sentido, os estudos dos leitores de Benveniste,

especialmente Flores e Teixeira (2008) e Normand (2009), tiveram função fundamental por possibilitarem esclarecimento de conceitos e procedimentos que não estavam evidentes em um contato inicial com as obras de Benveniste.

Como sugestão de outros estudos correlatos à perspectiva enunciativa de Benveniste, podemos destacar o estudo de diferentes gêneros do jornal como a reportagem, o artigo de opinião e a crônica, considerando os efeitos de sentido produzidos pelo uso da categoria de pessoa (eu/tu) e não-pessoa (ele). Esta pesquisa poderia materializar-se em sugestões de atividades para as aulas de língua portuguesa através do ensino das classes de palavras como os verbos e os pronomes, considerando-se uma visão enunciativa da linguagem.

Podemos depreender deste trabalho que estudar a língua numa perspectiva enunciativa é ir além dos aspectos formais e analisar os enunciados, percebendo que os sentidos são construídos a cada instância de discurso, única e irrepetível, da qual emana um locutor que enuncia, instaurando-se como sujeito e pressupondo a existência do *outro* (tu) na linguagem. Assim, concluímos esta investigação com o propósito de, em estudos posteriores, darmos sequência à abordagem aqui iniciada na certeza de que a Teoria da Enunciação de Benveniste abre um novo olhar para a língua e o discurso.

REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, Francisco. *Gêneros jornalísticos: notícias e cartas de leitor no ensino fundamental*. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDERSEN, Elenice Maria Larroza. Um olhar sobre o tu na interação pela linguagem. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, vol. 7, n. 13, 2009. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

AUTHIER- REVUZ, J. Enunciação e metaenunciação- heterogeneidades enunciativas e problemáticas do sujeito. In:_____. *Palavras incertas: as não -coincidências do dizer*. Campinas, SP: UNICAMP, 1998, p. 177-198.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo*. São Paulo: Ática, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In:_____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 261-306.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2010.

BARBISAN, Leci Borges; FLORES, Valdir do Nascimento. A enunciação em perspectiva. *Revista Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 5-8, jan./mar. 2009. Disponível em: <<http://www.revistaseletronicas.pucrs.br>>. Acesso em: 10 maio 2011.

BARBISAN, Leci B. O conceito de enunciação em Benveniste e Ducrot. In: GIACOMELLI, Karina; PIRES, Vera L. (Org.). *Émile Benveniste: interfaces e discursos*. Santa Maria: UFSM, n 33, p. 23-35, jul/dez. 2006.

BRAIT, Beth. *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

_____. Enunciação e intersubjetividade. In: GIACOMELLI, Karina; PIRES, Vera L. (Org.). *Émile Benveniste: interfaces, enunciação e discursos*. Santa Maria: UFSM, nº 33, p. 37-50, jul/dez. 2006.

BRANDÃO, H. N. Discurso, gênero e cenografia enunciativa. In: MICHELETTI, Guaraciaba. *Enunciação e gêneros discursivos*. São Paulo: Cortez, 2008, p. x-y.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BENVENISTE, Émile. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005a, p. 247-259.

_____. Comunicação animal e linguagem humana. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005b, p. 60-67.

_____. Da subjetividade na linguagem. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005c, p. 284-293.

_____. A natureza dos pronomes. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005d, p. 277-283.

_____. A linguagem e a experiência humana. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 2006a, p. 68-80.

_____. O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 2006b, p. 81-90.

_____. A forma e o sentido na linguagem. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 2006c, p. 220-242.

BONINI, Adair. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher. *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 53-68.

CEZARIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 141-155.

CÍRCULO Linguístico de Praga. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%ADrculo_Lingu%C3%ADstico_de_Praga>. Acesso em: 10 dez. 2012.

DIJK, T. A. Van. *La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información*. Buenos Aires: Paidós, 1990.

DOSSE, François. *História do estruturalismo: I. O campo do Signo, 1945/1966*. Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Universidade Federal de Campinas, 1993.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

EDUARDO Leite afirma que sua prioridade inicial será a área da saúde. *Zero Hora*, Porto Alegre, 29 out. 2012. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/politica/eleicoes-2012/noticia/2012/10/eduardo-leite-afirma-que-sua-prioridade-inicial-sera-a-area-da-saude-3933423.html>>. Acesso em: 29 dez. 2012.

ERBOLATO, Mário. *Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário*. São Paulo: Ática, 1991.

EX-MULHER afirma que José Dirceu está pagando por Lula no caso do mensalão. *Zero Hora*, Porto Alegre, 31 out. 2012. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/politica/noticia/2012/10/ex-mulher-afirma-que-jose-dirceu-esta-pagando-por-lula-no-caso-do-mensalao-3935974.html>>. Acesso em: 31 dez. 2012.

FAUSTO NETO, Antônio. *O corpo falado: a doença e morte de Tancredo Neves nas revistas semanais brasileiras*. João Pessoa: UFBP/MEC, 1988.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça. *Linguística Textual: introdução*. São Paulo: Cortez, 1994.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: As categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 2005.

_____. Enunciação e comunicação. In: FIGARO, Roseli. *Comunicação e análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 45-78.

FLÔRES, Onici; KARNOPP, Lodenir; GEDRAT, Dóris. *Teorias do texto e do discurso*. Canoas: ULBRA, 2006.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Linguística e psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

_____. Por que gosto de Benveniste? *Desenredo*, Passo Fundo: UPF Editora, v.1 n.2, p. 127-138 jul./dez, 2005.

_____ et al. *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____ et al. *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2008.

FRANK, J. *Pelo prisma russo: ensaios sobre literatura e cultura*. São Paulo: Edusp, 1992.

GIACOMELLI, Karina; PIRES, Vera Lúcia. Apresentação. In: GIACOMELLI, Karina; PIRES, Vera L. (Org.). *Émile Benveniste: interfaces, enunciação e discursos*. Santa Maria: UFSM, n° 33, p. 13-23, jul/dez. 2006.

GRUPO RBS. Guia de ética, qualidade e responsabilidade social. 2. ed. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007. 60 p. Disponível em: <http://www.rbs.com.br/responsabilidade_social/guia_etica/Guia_de_Etica_20_11_2008.pdf> Acesso em: 30 dez. 2012.

HJEMSLEV, Louis. Louis Hjelmslev. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$louis-hjelmslev](http://www.infopedia.pt/$louis-hjelmslev)>. Acesso em: 20 nov. 2011.

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1974.

_____. *Arte verbal, signo verbal, tiempo verbal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

KOCH, Ingedore Villaça. Linguística Textual: uma entrevista com Ingedore Villaça Koch. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL*. Vol. 1, n. 1, ago. de 2003a. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br>>. Acesso em: 28 jun. 2012.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2003b.

_____. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 03-47.

_____. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2008.

KUTTAH, Eduardo. *Lula descarta extravagância em reajuste a aposentados*. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2010/06/lula-descarta-extravagancia-em-reajuste-a-aposentados-2936820.html>>. Acesso em: 14 jun. 2011.

LAGE, Nilson. *Teoria e técnica do texto jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. *Ideologia e técnica da notícia*. Florianópolis: Insular-Edufsc, 2001.

LULA descarta extravagância em reajuste a aposentados. Disponível em:

<<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2010/06/lula-descarta-extravagancia-em-reajuste-a-aposentados-2936820.html>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

LUSTOSA, Elcias. *O texto da notícia*. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela P., MACHADO, Anna R., BEZERRA, Maria A. (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

_____. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher. (Org.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 17-31.

MEDINA, Cremilda. *Notícia: um produto à venda (jornalismo na sociedade urbana e industrial)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.

_____. *Notícia: um produto à venda (jornalismo na sociedade urbana e industrial)*. São Paulo: Summus, 1988.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

NORMAND, Claudine. Leituras de Benveniste: algumas variantes sobre o itinerário demarcado. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 12-19, jan./mar. 2009.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Análise de discurso. In: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Org.). *Discurso e textualidade*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2006.

PIBID- LETRAS/UEA. *Gênero notícia*. Disponível em:

<<http://pibidletrasuea.blogspot.com.br/2011/04/genero-noticia.html>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

PIRES, Vera Lúcia; WERNER, Kelly Cristina G. A dêixis na teoria da enunciação de Benveniste. In: GIACOMELLI, Karina; PIRES, Vera L. (Org.). *Émile Benveniste: interfaces, enunciação e discursos*. Santa Maria: UFSM, n° 33, p. 13-23, jul/dez. 2006.

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C; *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

REVISTA Virtual de Estudos da Linguagem. *Sobre a ReVEL*. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br/pt/sobre>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (Org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 152-183.

SAUSSURE, Ferdinand. (1975). *Curso de linguística geral*. Trad. de Antônio Chelini. São Paulo: Cultrix, 2003.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2010.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 2007.

ANEXOS

ANEXO A – TEXTO 1

14/06/2010 | 16h08

Lula descarta extravagância em reajuste a aposentados

Presidente disse que já tomou a decisão, mas só irá anunciá-la após reunião com ministros

Ao comentar o reajuste aprovado pelo Congresso Nacional, de 7,7% aos aposentados que ganham mais de um salário mínimo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse hoje que não se deixará seduzir por "qualquer extravagância" durante o período eleitoral. O prazo final para sanção ou veto do presidente termina amanhã.

Lula afirmou que já tomou a decisão, mas só irá anunciá-la após uma reunião com os ministros da Fazenda, Guido Mantega, do Planejamento, Paulo Bernardo, e da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas.

Após participar da cerimônia de inauguração do Gasoduto Rio de Janeiro-Belo Horizonte II (Gasbel II), em Queluzito, Minas Gerais, o presidente disse que não pretende "estragar" sua relação com os aposentados, mas salientou que irá tomar uma decisão pensando no que "for melhor para o Brasil".

— Não pensem que eu me deixarei seduzir por qualquer extravagância que alguém queira fazer por causa do processo eleitoral. Minha cabeça não funciona assim. A eleição é uma coisa passageira e o Brasil não jogará fora no século 21 as oportunidades que ele jogou fora no século 20. Enquanto eu for presidente não jogará fora — afirmou.

Segundo Lula, o Brasil vive um momento muito bom e todos são "reatores" desse momento.

— Precisamos todos trabalhar para que o Brasil continue assim. Eu digo sempre que não é uma conquista do presidente Lula, é uma conquista do povo brasileiro — afirmou.

— Acho que esse momento é muito bom e eu não vou estragar. Todo mundo sabe o carinho que eu tenho pelos aposentados brasileiros, todo mundo sabe a minha relação com os trabalhadores e vou fazer aquilo que eu achar que é melhor para o Brasil.

ANEXO B – TEXTO 2

Condenado no STF31/10/2012 | 13h46

Ex-mulher afirma que José Dirceu está pagando por Lula no caso do mensalão

Clara Becker critica parlamentares que teriam exigido pagamento para apoiar o governo e diz temer que o ex-marido se mate na prisão

Clara Becker, 71 anos, primeira mulher do ex-ministro José Dirceu e mãe de seu filho mais velho, o deputado federal Zeca Dirceu (PT-PR), falou ao jornal O Estado de São Paulo sobre a condenação do ex-marido. Ela disse duvidar da tese de que o ex-presidente Lula desconhecia o esquema do mensalão e afirmou que Dirceu e outros réus petistas estão sendo sacrificados.

— Eles estão pagando pelo Lula. Ou você acha que o Lula não sabia das coisas, se é que houve alguma coisa errada? Eles assumiram os compromissos e estão se sacrificando — indigna-se.

Ao falar sobre a participação de José Dirceu no esquema, Clara critica parlamentares que acusa de exigirem pagamento para apoiarem o governo.

— Se ele [Dirceu] fez algum pecado, foi pagar para vagabundo que não aceita mudar o país sem ganhar um dinheiro. (...) Se ele pagou, foi pelos projetos do Lula, que mudou o Brasil em 12 anos — diz.

Clara afirma que a família já se prepara para o pior: a condenação de Dirceu ao regime fechado por envolvimento com o mensalão. Enquanto o Supremo Tribunal Federal não decide a pena, parentes já cogitam como serão as visitas na cadeia. A refeição da penitenciária é uma das preocupações, pois ele é reconhecido como um sujeito bom de garfo.

— Meu medo é que ele se mate na prisão — afirma ela.

Casados por apenas quatro anos na época da ditadura militar, ela é amiga próxima do ex-marido há mais de três décadas e tem certeza de que "Dirceu não é ladrão".

— Sabe, é muito sofrimento. Uma vez peguei meu filho chorando de preocupação com o pai. E minha neta, Camila, também sente muito.

ANEXO C – TEXTO 3

Futuro de Pelotas 29/10/2012 | 09h29

Eduardo Leite afirma que sua prioridade inicial será a área da saúde

Prefeito eleito afirma que vai conversar com Aécio Neves e Ana Amélia Lemos para buscar alternativas ao desenvolvimento da cidade do sul do Estado

O mais jovem prefeito eleito em Pelotas, município do sul do Estado, **Eduardo Leite** (PSDB), afirma que sua prioridade inicial quando assumir o comando do Paço Municipal será enfrentar os problemas da área da saúde.

Em entrevista, na manhã desta segunda-feira, ao programa Atualidade, da Rádio Gaúcha, o jovem de 27 anos disse que uma das primeiras medidas de seu governo será garantir que os médicos tenham interesse em trabalhar para a prefeitura:

— Fui chefe de gabinete do prefeito por dois anos e sei bem os desafios que nos aguardam. A partir de 1º de janeiro nosso foco será a saúde de Pelotas. Primeiro, garantir que os médicos estejam interessados em trabalhar para a prefeitura de Pelotas. Hoje o salário é baixo. (As prioridades serão) A questão da remuneração, a melhora do atendimento e um plano de atendimento regional.

Principal vitória do PSDB no Estado, Eduardo Leite disse que não está ligado a nenhuma corrente específica do partido. Os tucanos têm hoje duas linhas internas, a que segue o presidente estadual da sigla, deputado Nelson Marchezan Jr., e a que segue a ex-governadora Yeda Crusius. O prefeito eleito de Pelotas afirma que está no partido pelo ideal:

— Da minha parte, sou PSDB desde pequeno. Meu pai foi fundador do partido aqui em Pelotas. Não estou no PSDB pelas mãos de uma linha ou de uma corrente. Estou pelo ideal. Tenho grande respeito pela ex-governadora Yeda e uma amizade grande com Marchezan Jr..

Para ele, o PSDB terá grande papel na eleição de 2014, sendo que o grande nome atualmente é o do senador mineiro Aécio Neves. E é com Aécio que Leite deverá se encontrar nas próximas semanas. Deverá ir a Minas Gerais conversar com o político e conhecer alguns projetos implementados pelos tucanos no Estado.

Outra conversa que terá nos próximos dias será com a senadora gaúcha Ana Amélia Lemos:

— Tive o apoio importante da senadora, que se colocou a disposição para viabilizar recursos necessários a Pelotas. Vamos, nas próximas semanas, conversar com ela sobre isso.

Questionado sobre a participação de Pelotas no polo naval de Rio Grande, Leite disse que é preciso que o município esteja inserido para se beneficiar de todos os investimentos que vêm sendo feitos na região. Uma das alternativas, segundo o tucano, será a instalação de um distrito industrial em uma área do Canal São Gonçalo, que foi repassado pelo governo do Estado à Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH). Para Leite, é necessário articular que essa área se transforme em um polo adicional ao polo naval de Rio Grande.